



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

-----ACTA NÚMERO TRÊS / DOIS MIL-----

----- Aos vinte e seis dias do mês de Janeiro do ano de dois mil, nesta Vila de Oeiras e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vereadores Doutor José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, Engenheiro José Arménio Lopes Neno, Emanuel Silva Martins, Doutor Arnaldo António Pereira, Doutor Jorge Manuel Bico da Costa, Doutor José Eduardo Leitão Pires Costa, Doutora Teresa Maria da Silva Pais Zambujo e ainda presentes embora entrados no decurso da reunião Luís Filipe Martins Pires e Doutor José David Gomes Justino. -----

----- Faltou a Senhora Vereadora Doutora Maria Manuela Augusto tendo a Câmara considerado justificada a respectiva falta. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às dezassete horas e cinco minutos, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respectiva ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade dos presentes. - -----

2 - APROVAÇÃO DE ACTAS: -----

----- O Senhor Presidente submeteu à votação a acta número vinte e sete, de noventa e nove, de vinte e dois de Dezembro, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação por unanimidade dos presentes, sem prejuízo de possíveis futuros pedidos da alteração ao respectivo texto.-----

----- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. -----

3 - DESPACHOS:-----

----- A Câmara tomou conhecimento, de harmonia com o disposto no número três, do artigo sexagésimo quinto, do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de

dezoito de Setembro, dos despachos proferidos pelos Senhores Presidente e Vereadores no uso de competências delegadas. -----

4 - SITUAÇÃO FINANCEIRA:-----

-----Foi presente o balancete referente ao movimento de fundos do dia de ontem, o qual acusa um saldo de operações orçamentais no valor de um bilião trezentos e vinte e três milhões cinquenta e oito mil quatrocentos e sete escudos, tendo o Senhor Presidente informado da situação financeira, saldos cativos e encargos existentes, traduzindo-se a situação num saldo real negativo de cento e quinze mil trezentos e um contos.-----

5 - PAGAMENTOS:-----

-----a) Pagamentos autorizados anteriormente:-----

-----A Câmara tomou conhecimento de terem sido processados os pagamentos a que respeitam as autorizações números um a quatrocentos e um, no valor global de um bilião noventa e oito milhões duzentos e oitenta e oito mil cento e quarenta e seis escudos.-----

-----b) Pagamentos autorizados:-----

-----Sob proposta do Senhor Presidente a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar os seguintes subsídios: -----

----- - Ao Centro de Cultura e Desporto, no valor de quatro milhões novecentos e cinquenta mil escudos. -----

----- - Aos Bombeiros Voluntários do Concelho, no valor de seis milhões cento e noventa e oito mil e setecentos escudos.-----

-----Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

6 – ASSUNTOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SMAS: -----

----- A Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Administração dos SMAS realizada no passado dia dezoito de Janeiro, os quais são:

----- - “Foi presente a acta da Reunião anterior.-----

----- - Informações -----

----- Tomou conhecimento do Balancete de Movimento de Tesouraria à data. -----

----- Tomou conhecimento da Listagem das Ordens de Pagamento processadas nas semanas transactas. -----

----- Tomou conhecimento do Relatório referente à participação de funcionários dos SMAS de Oeiras e Amadora, no Décimo Nono Colóquio da ATAM. -----

----- Tomou conhecimento do Relatório sobre Campanha de Fugas de Água na Via Pública, referente ao período de cinco de Novembro a cinco de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove. -----

----- Tomou conhecimento da legalidade de prestação de trabalho em dias de descanso semanal, de descanso complementar e em feriados, por pessoal dirigente e de chefia.-----

----- Tomou conhecimento da adequação legal e avaliação das modalidades de horário de trabalho aprovadas e em vigor nos SMAS – Análise do relatório elaborado. -----

----- Tomou conhecimento da situação anómala apresentada pela administração do condomínio do prédio número doze, sito na Praceta São Jorge da Mina, na Damaia, Amadora. ---

----- Tomou conhecimento da actualização do tarifário dos serviços postais para dois mil.

----- – Tomada de Conhecimento-----

----- Renovação do Contrato de Trabalho a Termo Certo celebrado com o Assistente Administrativo – Carlos Emanuel Santos Mourão, por um novo período de seis meses, com início em nove de Fevereiro de dois mil. -----

-----Renovação do Contrato de Trabalho a Termo Certo celebrado com o Assistente Administrativo – Miguel Alexandre de Jesus Ferreira Louro, por um novo período de seis meses, com início em nove de Fevereiro de dois mil.-----

-----Concepção e Execução da Iluminação para o Reservatório Elevado de Tercena – Adjudicação do fornecimento por ajuste directo, à empresa Factor Criativo – Comunicação e Publicidade, Limitada, pelo valor global de dois milhões trezentos e noventa mil escudos, mais IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito.-----

-----Execução de Pavimento na Quinta de Santa Margarida, em Linda-a-Pastora – Adjudicação da Empreitada por Ajuste Directo, à empresa Tomás de Oliveira, Empreiteiros, Sociedade Anónima, pelo valor de um milhão novecentos e oitenta mil escudos, mais IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito.-----

-----Carreira de Operário Altamente Qualificado – Alteração do Quadro de Pessoal e Respectiva Transição Decorrente de Imposição Legal.-----

-----Contratos de Trabalho a Termo Certo celebrados com Maria Otelinda João Gonçalves, Verónica Elizabete de Oliveira Silveira e Bruno Sérgio Santiago Maia de Veneza Nobre – Primeira Renovação.-----

-----Reembolso de Tarifa de Ligação referente ao ano de mil novecentos e oitenta, no valor de um milhão trinta e cinco mil, oitocentos e vinte e cinco escudos.-----

-----Aquisição de Peças para Contadores para Reposição de Stock – Adjudicação do Fornecimento por Ajuste Directo à empresa Schlumberger, Sociedade Anónima, pelo valor global de um milhão setecentos e quarenta mil escudos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito.-----

----- Proposta de Ratificação -----

-----Concurso para Admissão de um Técnico Profissional Analista de Segunda Classe, em Regime de Contrato de Trabalho a Termo Certo para desempenho de funções na D.C.Q. –



Homologação da Acta número um e Contratação do candidato Luís Miguel Silva Lopes. -----

----- Propostas de Deliberação -----

----- Concurso Limitado destinado à Instalação de um Colector Unitário na Doutor José Pontes e parte da Avenida Dom José Primeiro, na Reboleira, Amadora – Foi aprovada por unanimidade a adjudicação da empreitada à empresa António Filipe Teodósio e Companhia, Limitada, pelo valor de quarenta milhões seiscentos e vinte e um mil e seiscentos escudos, mais IVA, sendo sessenta por cento pago pela CMA e os restantes quarenta por cento suportados pelos SMAS, com celebração de contrato escrito.-----

----- Foi autorizado por unanimidade o abate ao património de diverso equipamento existente em vários sectores. -----

----- Foi aprovada por unanimidade a Rectificação da Proposta de Deliberação número cento e setenta e seis, de catorze de Abril de noventa e oito, referente a Abates ao Património.----

----- Foi autorizado por unanimidade o pedido de aposentação requerido pela funcionária Arlete da Silva Garcia. -----

----- Empreitada de Substituição das Redes de Abastecimento de Água em Carenque, Amadora, Estrada das Águas Livres e Arruamentos Confluentes (Segunda Fase) – Foi aprovado por unanimidade, os trabalhos a mais adjudicados à empresa António Carvalho Baptista, Limitada, pelo valor de oito milhões setenta e nove mil cento e oitenta escudos, mais IVA, que corresponde a cerca de quarenta e sete vírgula noventa e quatro por cento do valor da adjudicação, não sendo necessário a celebração de contrato escrito. -----

----- Foi aprovada por unanimidade a constituição das listas para composição de júri por sorteio tendo em vista a Abertura de Concurso para Provimento do Cargo de Chefe da Divisão de Exploração de Redes de Água, Pessoal Dirigente. -----

----- Reformulação do nó da Estrada dos Salgados/Amadora – Foi aprovada por unanimidade a Adjudicação da empreitada, por ajuste directo, à empresa António Filipe

Teodósio & Companhia, Limitada, pelo valor de vinte e quatro milhões cento e quarenta e nove mil quinhentos e cinquenta e seis escudos, mais IVA, com dispensa de celebração de contrato escrito.-----

-----Concurso Limitado Destinado à Substituição das Redes de Abastecimento de Água na Avenida Dom José Primeiro, na Reboleira – Amadora – Foi aprovada por unanimidade a adjudicação à empresa António Filipe Teodósio & Companhia, Limitada, no valor de doze milhões quatrocentos e oitenta e três mil e trezentos escudos, mais IVA, com dispensa de celebração de contrato escrito.-----

-----Concurso para admissão de um auxiliar administrativo, em regime de trabalho a termo certo de seis meses – Foi homologada a acta número um e autorizada a contratação do candidato classificado em primeiro lugar, Sónia Cristina Silva de Almeida.-----

-----Concurso Interno Geral de Acesso para Provimento de um Lugar na Categoria de Técnico Profissional Analista Especialista Principal – Foi homologada a acta número dois e nomeada por votação secreta e por unanimidade o candidato proposto Floriano Brazete dos Santos.-----

-----Concurso para Admissão de um Técnico Profissional Analista de Segunda Classe, em Regime de Contrato de Trabalho a Termo Certo, para desempenho de funções na DCQ – Foi homologada acta número um e contratada a candidata Elsa Maria de Pina Gonçalves, pelo período de seis meses.-----

-----Empreitada de Instalação do Colector Doméstico na Rua Guerra Junqueiro, Rua Camilo Castelo Branco e na Estrada do Caruncho – Foi aprovado por unanimidade os Trabalhos a Mais adjudicados à empresa Valtécnica, Limitada, pelo valor de oitocentos e noventa e nove mil e trezentos escudos, mais IVA, que corresponde a cerca de dezoito vírgula cinquenta e cinco por cento, do valor da adjudicação, não sendo necessário a celebração de contrato escrito.-----

-----Foi aprovada por unanimidade a anulação de ordens de pagamentos não pagas em



mil novecentos e noventa e nove, no montante de vinte e oito milhões setenta e seis mil quinhentos e trinta escudos. -----

----- Foi aprovado por unanimidade as horas propostas para o mês de Fevereiro de dois mil de realização de Trabalho em Dia de Descanso Semanal, Descanso Complementar e Feriados, por Pessoal Dirigente e de Chefia. -----

----- Foi aprovada por unanimidade e escrutínio secreto a Proposta de decisão referente ao processo de inquérito mandado instaurar ao funcionário Manuel Alves Pereira, no sentido da aplicação da pena de repreensão escrita, com suspensão da pena por dezoito meses. -----

----- Foi aprovada por unanimidade a abertura de Concurso Limitado Destinado à Reposição de Pavimentos em Diversos Locais das Freguesias de Carnaxide, Queijas e Barcarena – Aprovação do Caderno de Encargos, Programa de Concurso, Constituição da Comissão de Abertura do Concurso e Comissão de Análise das Propostas, bem como das empresas a consultar. - -----

----- Foi aprovada por unanimidade a Abertura de Concurso Limitado Destinado à Reposição de Pavimentos em Diversos Locais das Freguesias de Oeiras, Porto Salvo e Paço de Arcos – Aprovação do Caderno de Encargos, Programa de Concurso, Constituição da Comissão de Abertura do Concurso e Comissão de Análise das Propostas, bem como das empresas a consultar. - -----

----- Foi aprovada por unanimidade a Abertura de Concurso Limitado destinado à Reposição de Pavimentos em Diversos Locais das Freguesias de Algés, Dafundo/Cruz Quebrada, Carnaxide, Queijas e Barcarena – Aprovação do Caderno de Encargos, Programa de Concurso, Constituição da Comissão de Abertura do Concurso e Comissão de Análise das Propostas, bem como das empresas a consultar. -----

----- Aquisição de Peças para Contadores para Reposição de Stock – Foi aprovada por unanimidade a Adjudicação do Fornecimento por Ajuste Directo à empresa Resopre, pelo valor

global de três milhões quatrocentos e sessenta e sete mil escudos, acrescido de IVA, sem
necessidade de celebração de contrato escrito. -----

-----Celebração de Protocolo entre a Câmara Municipal da Amadora/SANEST - Foi
aprovado por unanimidade o pagamento das obras (Colectores domésticos) que dizem respeito
aos SMAS de Oeiras e Amadora no âmbito do protocolo a celebrar. -----

-----Concurso Interno de Acesso Geral para provimento de dezoito lugares na categoria
de assistente Administrativo Principal - Foi homologada a acta número quatro.” -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

7 – INFORMAÇÕES – SR. PRESIDENTE: -----

----- O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção dando conhecimento que no dia treze de Janeiro, quinta-feira, pelas quinze horas e trinta minutos, foi assinado o auto de consignação da obra da Estrada Nacional da Variante Duzentos e Quarenta e Nove-Três, Porto Salvo, a qual contou com a presença do Senhor Ministro das Obras Públicas – Jorge Coelho, pensando que as obras que arrancaram estejam prontas em Março de dois mil e um.-----

----- De seguida deu conhecimento do teor de parte da uma carta enviada em vinte e três de Outubro de mil novecentos e noventa e oito, pelo Senhor António Fausto Costa Coelho Jesus:

----- “Assunto: Bloqueio colocado na travessa aos automóveis, entre a Praceta António Aleixo e a Rua Portal das Terras, sem razão nenhuma e que prejudica também a Rua Francisco Patarrão, em Carnaxide:-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Doutor Isaltino Morais, escrevo-lhe esta carta, porque estou bastante indignado com a actuação dos serviços da Câmara para ser mais preciso com o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística e com o Departamento de Infra-Estruturas Municipais. -----

----- Infelizmente com a forma de actuar, por parte dos responsáveis destas duas áreas, leva-me a supor que ambos foram subornados, por alguém ligado ao condomínio privado, que foi construído na zona. -----

----- A situação que vou descrever, é afinal uma situação incompreensível que traduz a passividade dos dois responsáveis da Câmara, acima mencionados, por este assunto. -----

----- Voltando ao que me leva a abordá-lo, na data de treze de Julho a vinte e um de Julho de mil novecentos e noventa e oito decorreram obras na via pública, e no fim destas, qual não foi o meu espanto e dos habitantes da zona em questão pelo bloqueio à circulação dos automóveis da travessa que existe entre a Praceta António Aleixo com a Rua Portal das Terras, e que prejudica

também os habitantes da pequena Rua Francisco Patarrão.” -----

-----Seguidamente, deu também conhecimento de outra carta enviada pelo mesmo munícipe em dez de Janeiro de dois mil:-----

-----“Assunto: Retractação e pedido de desculpas: -----

-----Venho pela presente apresentar a Vossa Excelência o meu mais sincero pedido de desculpas pelo teor da minha carta do passado dia vinte e três de Outubro de mil novecentos e noventa e oito, na qual manifestei o meu desagrado relativamente ao bloqueio, na altura existente, situado entre a Praceta António Aleixo e a Rua Portal das Terras.-----

-----Nessa carta foram proferidas afirmações contra os responsáveis dos Departamentos de Planeamento e Gestão Urbanística e de Infra-Estruturas Municipais, Engenheiro Luís Manuel Bastos dos Reis Melo e Engenheira Maria de Fátima do Rosário Alves de Azambuja Fonseca D’Almeida Azevedo e contra o Município de Oeiras, do qual Vossa Excelência é o presidente que apenas se compreendem em face do estado de ansiedade e angustia no qual me encontrava ao ver o problema a arrastar-se sem solução.-----

-----Por essas palavras precipitadas e ofensivas do bom nome das pessoas e edilidade envolvidas, reitero-lhe, pois, as minhas mais profundas desculpas que faço extensivas à Engenheira Maria de Fátima D’Almeida Azevedo e ao Engenheiro Luís dos Reis Melo, a quem muito agradecia que comunicasse igualmente a presente retractação.”-----

-----Deu conta, de seguida, de uma carta enviada pelo Doutor Vasconcelos Abreu – Advogados, a qual a seguir se transcreve:-----

-----“Serve a presente carta para comunicar um facto ocorrido nessa Câmara e, por via do mesmo, felicitar Vossa Excelência pelo sucedido, que passo a expor: -----

-----Aconteceu no passado dia vinte e nove de Dezembro ter-me dirigido a essa Câmara na qualidade de advogado, representando uma cliente que tinha um prédio de habitação localizado na Praceta de Nampula, em Oeiras, relativamente ao qual se ia efectuar um escritura



de compra e venda.-----

----- Face a não ter sido, oportuna e correctamente informado pela cliente da data de construção do prédio – pressupunha-se prédio construído anteriormente a mil novecentos e cinquenta e um – chegou-se à véspera da escritura – citado dia vinte e nove – sem licença de habitação.- -----

----- Na troca de impressões havida nesse dia com a Notária e dúvidas levantadas face à documentação em causa, concluiu-se por ter de diligenciar-se nas Finanças e na Câmara, sobre a real situação do prédio e perante a mesma solicitar, se necessário, a licença de habitação.-----

----- Em época festiva como aquela, obviamente nos Serviços dessa Câmara, o número de funcionários era reduzido. Conheci e contactei, no entanto, com a Senhora Dona Celeste, funcionária do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística no dia vinte e nove de Dezembro, solicitando-lhe para o dia trinta, data da escritura, que estava marcada para as doze horas e quinze minutos, certidão da licença de habitação em causa. -----

----- Efectivamente foi-me entregue cerca das onze horas do dia trinta e Dezembro o documento pedido, que em qualquer outra Câmara demoraria vários dias a obter. -----

----- Mais sucedeu, durante a leitura da escritura no referido dia trinta, levantarem-se dúvidas aos presentes relativamente ao número de porta do andar em questão – havia a cliente referido o número sete e estava-se efectivamente perante um erro de informação da mesma. -----

----- Interrompeu-se a escritura, desloquei-me ao local do prédio e pude confirmar o lapso cometido, pois tratava-se do número cinco em vez do número sete. -----

----- Contactada mais uma vez a Senhora Dona Celeste, a quem se expôs a situação, obteve-se nova certidão com os dados corrigidos relativos ao número de porta e nesse mesmo dia pôde concretizar-se a escritura de venda em causa. -----

----- Pelas diligências encetadas, tempo de execução das mesmas, eficácia quanto a resultados obtidos, só perante um funcionário, com letra grande sublinho, como a Senhora Dona

Celeste, cuja competência profissional, trato, rigor, isenção e idoneidade pude registar, é que é possível dizer que perante estas excepções se confirma a regra do sentido público dos serviços que devia ser de todos, com o que nos devemos congratular. -----

-----É este o motivo pelo qual dou conhecimento a Vossa Excelência da situação referida prestando homenagem à referida Senhora Dona Celeste e, também a Vossa Excelência, que tem na sua Câmara esta funcionária de excepção.” -----

-----Por último informou o Executivo sobre o resultado das análises efectuadas no Concelho de Oeiras, relativamente ao Controlo de Qualidade da Água de Abastecimento durante os meses de Outubro e Novembro de mil novecentos e noventa e nove, pela Divisão de Controlo de Qualidade dos SMAS de Oeiras e Amadora.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

8 – INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR JORGE BICÓ DA COSTA: -----

----- O Senhor Vereador Jorge Bicó da Costa usou da palavra apenas para desejar as boas vindas ao público presente, congratulando-se que a sala esteja cheia, esperando que isso aconteça mais vezes. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

9 – INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR EMANUEL MARTINS:-----

----- Ao iniciar a sua intervenção, o Senhor Vereador Emanuel Martins, corroborou as palavras do Senhor Vereador Jorge Bico da Costa quanto ao público presente.-----

----- De seguida informou o Executivo que ontem esteve em representação da Câmara de Oeiras, na C.M. de Lisboa, na assinatura de um protocolo na área da metrologia e como Oeiras já possuía uns avanços nesta matéria porque já cumpria o Decreto-Lei, coadjuvada com o Instituto Português da Qualidade, pensa que a assinatura deste protocolo irá garantir uma melhor defesa, quer dos comerciantes deste concelho, quer dos utentes e consumidores, dado que isto tem a ver com a aferição e verificação das unidades de pesos e medidas utilizadas no comércio em geral.---

----- Seguidamente, informou a Câmara que brevemente apresentará uma proposta viabilizando a abertura do mercado de levante junto ao mercado de Tercena, na medida em que já está concluído pelos serviços o enquadramento, a avaliação e a divisão do mesmo-----

----- Ainda a propósito de mercados, esclareceu que irá ser feita uma experiência piloto, que consta da entrega ao domicílio do material que os munícipes comprem nos mercados. -----

----- Por último, a propósito do hábito das pessoas levarem os animais de estimação à rua e deixarem dejectos em todo o lado, informou que a Câmara de Oeiras irá lançar um projecto piloto criando sanitários para animais, numa área demarcada, onde os animais são convidados através dos seus donos, a fazerem lá as suas necessidades, tendo sido colocados sacos para que os donos, quando assim não acontece poderem dar às ruas do Concelho um ar mais limpo, visto serem muitas as queixas de munícipes que se vêm confrontados com as sujidades que os cães dos outros fazem invariavelmente em qualquer sítio, sem que os donos se responsabilizem pela limpeza da via pública.-----

----- Nesse contexto, prosseguiu, está a ser feita a pedagogia dessa matéria, a qual na sua opinião está a ser bem sucedida, pensando levá-la para outros pontos do concelho, de modo que

quem tem animais tem que se responsabilizar por aquilo que eles fazem na via pública, a qual deve ser usufruída também por quem não tem cães.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

10 – INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR TAVARES SALGADO:-----

----- O Senhor Vereador Tavares Salgado prestou à Câmara as seguintes informações:-----

----- - No dia dezanove, quarta-feira, esteve presente na sessão de abertura da Bolsa de Turismo de Lisboa, na FIL, no Parque das Nações, onde a CMO teve um stand, o qual foi bastante visitado.-----

----- - No dia vinte, quinta-feira, em representação do Senhor Presidente, esteve presente na Escola Náutica Infante Dom Henrique, na sessão de abertura do ano escolar, a qual contou com a presença do Senhor Secretário de Estado da Administração Portuária.-----

----- - No dia vinte e um, sexta-feira, assistiu no INA a uma conferência proferida pelo Senhor Primeiro Ministro da Polónia, intitulada a Polónia na Europa.-----

----- - No dia vinte e dois, sábado, presidiu no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, à sessão de encerramento do Congresso Internacional organizado pela Sociedade Portuguesa dos Estudos do Século Dezoito, sobre o Marquês de Pombal, a qual contou com o apoio, para além da CMO, da CML e da Gulbenkian.-----

----- - Nesse mesmo dia à noite, assistiu na Igreja de Paço de Arcos , a um concerto de Ano Nono – Ano do Jubileu, tendo actuado o Coro de Santo Amaro de Oeiras e o Coro de Paço de Arcos. ------

----- - No dia vinte e quatro, segunda-feira, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, presidiu à sessão de abertura do Colóquio Cidade e Metrópole, Centralidades e Marginalidades, organizado pelo Centro de Estudos da História Contemporânea Portuguesa.-----

----- -No mesmo dia, da parte da tarde, esteve presente na Faculdade de Motricidade Humana, na sessão académica comemorativa do Sexagésimo Aniversário do ISEF e daquela faculdade, a qual contou com a presença do Senhor Reitor da Universidade Técnica e dos Senhores Secretários de Estado do Ensino Superior e do Desporto.-----

-----Durante esta intervenção entrou na sala o Senhor Vereador Luís Pires.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

11 – INFORMAÇÕES – SR^a. VEREADORA TERESA ZAMBUJO:-----

----- Ao iniciar a sua intervenção a Senhora Vereadora Teresa Zambujo informou o Executivo que no dia catorze teve lugar a primeira reunião da Comissão Municipal de Saúde, a qual foi bastante marcante, dado que houve uma decisão sobre a metodologia do funcionamento daquela comissão, pensando que em plenário é muito difícil funcionar, pelo que foram criados três subgrupos para desenvolverem em detalhe três temas. -----

----- Estes são grupos temáticos que envolvem todo os elementos da Comissão Municipal da Juventude, para que possam, de forma assídua e com uma certa periodicidade, produzir trabalho, analisando em detalhe todas as questões de modo que de uma forma preventiva a Comissão Municipal possa actuar e canalizar para as sedes próprias as suas preocupações. -----

----- Informou de seguida, que no dia dezassete, assistiu no LNEC, em representação do Senhor Presidente, à apresentação pela Senhora Ministra do Planeamento, do Programa Operacional na Região de Lisboa e Vale do Tejo, acrescentando que sobre um dos programas do QCA Três não foi distribuída documentação, aguardando a todo o momento que a proposta do programa operacional seja enviada à Câmara. -----

----- Por último, referiu que hoje assistiu à apresentação do Plano Estratégico de Lisboa Oeste e Vale do Tejo, uma iniciativa da Comissão da Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo. --- -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

12 – INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR JOSÉ EDUARDO COSTA: -----

----- No uso da palavra o Senhor Vereador José Eduardo Costa, informou o Executivo que se continua a viver a mesma situação em relação às urgências do Hospital São Francisco Xavier e como o seu pelouro está ligado ao Gabinete de Protecção Civil foi alertado nas últimas semanas pelos Comandantes das Corporações de Bombeiros do Concelho para o facto das ambulâncias dessas corporações ficarem retidas no referido hospital durante várias horas, o que provoca uma certa complicação, na medida em que as ambulâncias são precisas para outras situações e estão retidas, acrescentando que a explicação dada é que as macas são precisas no hospital dado serem insuficientes e não podem transferir os doentes de umas macas para outras, porque as não têm.---

----- Perante esta situação, contactou a Administração do Hospital S. Francisco Xavier, tendo sido atendido pela Senhora Directora que lhe disse que havia uma grande afluência de doentes às urgências e apesar de ter comprado o número de macas possíveis, nada mais poderá fazer, porque se forem compradas mais macas também não têm lugar para as por, porque dentro das instalações do hospital já não havia capacidade para mais macas e elas teriam que ficar na rua, porque até as salas de observação se tinham transformado em salas de espera e perante aquela situação nada mais podia fazer se não esperar a compreensão quer dos bombeiros, quer da autarquia, porque apesar de ter havido obras de ampliação daquele hospital, elas eram insuficientes visto receberem os doentes de todo o concelho de Oeiras, mas também doentes de neurocirurgia dos Hospitais de Cascais e Amadora-Sintra. -----

----- Por último deu conhecimento que recebeu uma carta assinada por três entidades: Olho Vivo, Quercus e Liga para a Protecção da Natureza, a qual é do seguinte teor: -----

----- “Ao anos passam e, apesar da tendência crescente para a ocorrência de precipitações extremas (alterações climáticas), as autoridades responsáveis pelo planeamento urbanístico à escala metropolitana e em particular, a CM de Sintra, parecem já ter esquecido a lição das

dramáticas cheias de mil novecentos e setenta e seis e de mil novecentos e oitenta e três, continuando a agravar a principal causa do problema: a impermeabilização crescente do solo com densas urbanizações e em locais inadequados do ponto de vista hidrológico. -----

-----A confirmá-lo estão as urbanizações para as cabeceiras das ribeiras das Lages, das Jardas., de Belas e do Jamor que continuam a ser licenciadas e em ritmo crescente, agora que se projecta a expansão da mancha urbana de betão para áreas até então quase intocadas como a Serra da Carregueira ou a zona de Meleças. -----

-----Tudo isto apesar das recomendações e directrizes constantes no ante-projecto do PROTAML aconselharem à salvaguarda destas áreas. -----

-----E apesar de se estar a preparar a impermeabilização de centenas de hectares de solos, essenciais para a infiltração das águas das chuvas, sem terem sido feitos quaisquer estudos hidrológicos com vista à salvaguarda das áreas de infiltração prioritárias ou introdução de medidas minimizadoras das consequências (poços infiltrantes, etc.,). -----

-----Ao invés de procurar o desenvolvimento urbanístico sustentável e equilibrado, a CMS continua a executar obras de regularização de ribeiras (betonização em perfil trapezoidal ou entubamento) que tem como objectivo de escoar para jusante, o mais rapidamente possível, os caudais de ponta crescentes.-----

-----Mas a jusante fica Oeiras... -----

-----As ONGAs consideram que a C.M. Sintra não pode continuar a ignorar as consequências previsíveis desta prática urbanística, quer à escala local, quer à escala supra-municipal. - -----

-----Por todas as razões apontadas e pelo legítimo direito à defesa da Segurança Ambiental e Qualidade de Vida dos seus munícipes, julgamos ser do interesse do Município de Oeiras tomar conhecimento da carta em anexo. -----

-----Solicitamos ainda a intervenção do Executivo da C.M. Oeiras no sentido de: -----



----- Um – sensibilizar a CMS, para a necessidade de promover o adequado ordenamento das bacias hidrográficas das ribeiras de regime torrencial, nomeadamente através de Planos de Pormenor, com discussão pública, para todas as urbanizações a licenciar.-----

----- Dois – que, através dos organismos responsáveis pelo planeamento do território á escala metropolitana e regional, se promova um estudo científico alargado, que identifique e determine as consequências da urbanização das áreas de cabeceira das ribeiras torrenciais com vista à determinação de quais as medidas essenciais a tomar de forma a se reduzir o actual risco de cheias e se evitar a progressão em marcha para uma futura catástrofe.” -----

----- “Temos conhecimento de que se encontram em apreciação pelos serviços da CMS, projectos de loteamento, viabilizados pela recente ratificação do PDM, para algumas áreas sensíveis em termos ecológicos. -----

----- Referimo-nos em particular, mas não exclusivamente, ao projecto para a Tala e Meleças, que abrange parcialmente solos de aluvião (de grande aptidão agrícola que deveriam estar integrados na RAN) e uma área parcialmente situada no leito de cheia da Ribeira das Jardas; com consequências potencialmente negativas para localidades a jusante (Aqualva-Cacém) e para o vizinho concelho de Oeiras, aquando de uma futura cheia.-----

----- Vimos por esta carta lembrar a Vossa Excelência que estes projectos e outros similares, não deverão ser aprovados pela CMS sem que antes tenham sido elaborados, discutidos em público e aprovados, Planos de Pormenor para essas zonas, que salvaguardem os valores acima referidos. -----

----- Continuaremos a acompanhar a situação referente a estes projectos e outros análogos, por forma a garantir – para o que esperamos poder contar com o seu empenho e colaboração – a preservação dos valores ambientais do concelho (e no caso específico, da Ribeira das Jardas, afluente do Rio Jamor pertencente também ao vizinho Concelho de Oeiras)”.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

13 – INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR ARNALDO PEREIRA: -----

----- Ao iniciar a sua intervenção o Senhor Vereador Arnaldo Pereira deu conhecimento da carta recebida pelo Grupo Musical Primeiro de Dezembro – Queijas, a qual a seguir se transcreve: -----

----- “Vimos por este meio, informá-lo de alguns resultados obtidos pelos nossos atletas no Regional de Corta Mato de Benjamins, Infantis e Iniciados, no passado fim-de-semana, Mário Carvalho Vice-Campeão Regional de Corta Mato de Iniciados masculinos, Nádía Gonçalves sétimo lugar da geral iniciadas femininas.-----

----- No Primeiro Regional de Lisboa de Corta Mato Curto, Leão Carvalho, obteve o terceiro lugar do pódio.” -----

----- De seguida, informou o Executivo que segundo um ranking das provas de estrada que se realizam em Portugal, segundo o critério objectivo de participação a Corrida do Tejo, organizada pela CMO, ficou classificada em terceiro lugar, acrescentando que gostaria de chamar a atenção do Senhor Vereador Luís Pires, que tem manifestado alguma preocupação relativamente a essa iniciativa, lembrando que a Corrida do Tejo mantém a sua tradição, no que diz respeito aos prémios e à oferta de uma t-shirt aos participantes, mantendo-se fiel em congregar tanta gente numa jornada de festa e confraternização sem cair na tentação de oferecer prémios materiais, estando à frente de um conjunto de outras iniciativas em termos de números de participantes. -----

----- Nesse âmbito deu conhecimento da seguinte informação:-----

----- “Prova – Local – mil novecentos e noventa e nove – mil novecentos e noventa e oito – Promotor: -----

----- Meia-Maratona de Lisboa – Lisboa – três mil seiscentos e sessenta e seis - três mil e quinhentos – Maratona Clube de Portugal-----

-----Corrida de São João – Porto – dois mil novecentos e cinquenta e seis - Dois mil
seiscentos e quarenta e oito – CA Porto -----

-----Corrida do Tejo – Oeiras – dois mil e cinquenta e nove – mil novecentos e trinta e
oito – CM Oeiras-----

-----Meia-Maratona de Ovar – Ovar – mil seiscentos e dez – mil quatrocentos e oitenta e
um – AFIS -----

-----Vinte Quilómetros de Almeirim – Almeirim – mil quinhentos e vinte e oito – mil
novecentos e trinta e dois – Associação vinte quilómetros Almeirim-----

-----GP BNU – Lisboa – mil quinhentos e vinte e cinco - mil e vinte e três – BNU-----

-----Corrida dos Sinos – Mafra – mil quatrocentos e vinte e quatro – mil trezentos e
cinquenta – AA Mafra -----

-----Meia-Maratona da Nazaré – Nazaré – mil trezentos e noventa e um – novecentos e
noventa – Associação Meia-Maratona-----

-----Corrida das Fogueiras – Peniche – mil e cinquenta e quatro – oitocentos e oitenta e
dois – CM Peniche-----

-----Corrida Internacional Primeiro de Maio – Lisboa – mil e cinquenta e três – oitocentos
e oitenta e sete – USL/CGTP-IN -----

-----Corrida do Metropolitano – Lisboa – mil e trinta e sete – setecentos e setenta e sete –
CCD Metropolitano -----

-----Corrida da Festa do Avante – Seixal – novecentos e oitenta e quatro – novecentos e
quarenta e nove – Festa do Avante-----

-----Corrida da Casa Senna – Lisboa – novecentos e vinte e dois – novecentos e seis –
Casa Senna -----

-----GP de Lezírias – Vila Franca de Xira – novecentos – setecentos e dezoito – CM Vila
Franca de Xira-----



----- Meia-Maratona Xistarca – Lisboa – oitocentos e cinquenta e oito – mil e vinte e sete
– Xistarca- -----

----- Meia-Maratona de Setúbal – Setúbal – setecentos e setenta e cinco – seiscentos e
sessenta e nove – CCD CM Setúbal-----

----- Vinte quilómetros de Cascais – Cascais – setecentos e sessenta e sete – seiscentos e
cinquenta e nove – CCD CM Cascais-----

----- Três Léguas do Nabão – Tomar – seiscentos e cinquenta e seis – seiscentos e
cinquenta e nove - CALMA -----

----- GP Ano Novo – Cacém – quinhentos e cinquenta e dois - ...– JF Agualva-Cacém ----

----- Meia-Maratona Ribeirinha – Moita – quinhentos e dois – trezentos e quarenta e
quatro – CM Moita.” -----

----- Por último inquiriu o Senhor Presidente sobre a data prevista da realização da reunião
para apreciação do PDM, acrescentando que através das informações prestadas pelo Senhor
Vereador José Eduardo Costa e da carta por si lida sobre o problema da recuperação das ribeiras
e da necessidade de articular a intervenção das duas câmaras envolvidas, já que Oeiras também é
confrontada com problemas a montante, o que impõe uma estreita coordenação entre os dois
municípios pensa que isso só será possível depois de se ter realizado a reunião de avaliação e do
cumprimento do PDM e de se equacionar a sua revisão já que se coloca nova questão, na medida
em que o cumprimento dos Planos Directores Municipais impõe a coordenação com os outros
municípios; de resto, estão a crescer grandes urbanizações no Concelho de Sintra, de uma
maneira avassaladora e em locais impróprios, o que eventualmente poderá exigir medidas no
sentido de, relativamente às consequências negativas, haver aumento de cumprimento da
execução dos planos. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

14 – VOTO DE LOUVOR AO GRUPO MUSICAL 1º. DE DEZEMBRO – QUEIJAS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, sob proposta do Senhor Vereador Arnaldo Pereira, exarar em acta um voto de louvor ao Grupo Musical Primeiro de Dezembro, pelos resultados obtidos pelos seus atletas no Regional de Corta Mato de Benjamins, Infantis e Iniciados. -----

----- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

15 – PROCº. 7010-PV/99 APENSO AO 5965-PL/98 – PROJECTO DE LOTEAMENTO EM NOME DE ANTUNES & PESSOA – TERCENA: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Por Antunes & Pessoa, foi apresentado projecto de loteamento com a área de cinco mil oitocentos e oitenta metros quadrados, sito no aglomerado de Tercena, em área considerada no Plano Director Municipal como “Espaço Urbano”, o qual foi informado conjuntamente, uma vez que a solução viária e respectivas infra-estruturas, só se tornaria possível integrando duas propriedades.-----

----- Analisado o assunto pelos respectivos serviços técnicos em sua informação número seiscentos e setenta e três, de noventa e oito, da Divisão de Planeamento e parecer junto, informam que o processo de loteamento pode ser submetido à aprovação da Câmara. Assim, até à emissão do alvará de loteamento deverá Antunes & Pessoa apresentar à Câmara a definição das áreas a ceder, nos terrenos ainda expectantes da antiga Sociedade Urbanizadora de Tercena, de acordo com os parâmetros e orientações indicados na sua informação número seiscentos e setenta e três, de noventa e oito, da Divisão de Planeamento e parecer junto (relativo ao processo cinco mil novecentos e sessenta e cinco-PL/noventa e oito). -----

----- Pelo exposto, proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aprovar o projecto de loteamento número cinco mil novecentos e sessenta e cinco-PL/noventa e oito, nos termos da informação número seiscentos e setenta e três, de noventa e oito, da Divisão de Planeamento. -----

----- - Comunicar ao requerente.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

16 – PROCº. 7095-PV/99 APENSO AO 5964-PL/98 – PROJECTO DE LOTEAMENTO EM NOME DA FUNDAÇÃO DR. JOSÉ LOURENÇO JÚNIOR – TERCENA:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Fundação Doutor José Lourenço Júnior, foi apresentado projecto de loteamento com a área de oito mil trezentos e trinta e seis metros quadrados, sito no aglomerado de Tercena, em área considerada no Plano Director Municipal como “Espaço Urbano”, o qual foi informado conjuntamente, uma vez que a solução viária e respectivas infra-estruturas, só se tornaria possível integrando duas propriedades. -----

----- Analisado o assunto pelos respectivos serviços técnicos em suas informação número seiscentos e setenta e três, de noventa e oito, da Divisão de Planeamento e parecer junto, informam que o processo de loteamento pode ser submetido à aprovação da Câmara. Assim, até à emissão do alvará de loteamento deverá a Fundação Doutor José Lourenço Júnior apresentar à Câmara a definição das áreas a ceder, nos terrenos ainda expectantes da antiga Sociedade Urbanizadora de Tercena, de acordo com os parâmetros e orientações indicados na sua informação número seiscentos e setenta e três, de noventa e oito, da Divisão de Planeamento e parecer junto (relativo ao processo cinco mil novecentos e sessenta e quatro-PL/noventa e oito). -

----- Pelo exposto, proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aprovar o projecto de loteamento número cinco mil novecentos e sessenta e quatro-PL/noventa e oito, nos termos da informação número seiscentos e setenta e três, de noventa e oito, da Divisão de Planeamento. -----

----- - Comunicar ao requerente.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

17 - MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA: -----

----- Sob proposta do Senhor Presidente a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, marcar uma reunião extraordinária para o próximo dia dois de Fevereiro, pelas dezoito horas e trinta minutos, a fim de analisar o ponto agendado sob o número dois mil setecentos e setenta e dois, de noventa e nove “Concessão de exploração conjunta da actividade desenvolvida pelos SMAS de Oeiras e Amadora”. -----

----- Mais foi deliberado considerar desde já convocados, para o efeito, os Senhores Vereadores, bem como, elaborar o respectivo Edital. -----

----- Finalmente foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

18 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELA EMPRESA HABITÁGUA - ACTUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO - SMAS: -----

----- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de vinte e oito de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, deliberou, por unanimidade, aprovar a actualização do valor do contrato de prestação de serviços, nas áreas de contadores domiciliários e fechos/aberturas de água, celebrado com a empresa Habitágua, para o valor de cento e trinta e oito milhões e seiscentos mil escudos, acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, tendo em conta a proposta de deliberação que se junta ao processo. -----

----- Face ao exposto, proponho: -----

----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos S.M.A.S., de actualização do valor do contrato de prestação de serviços, nas áreas de contadores domiciliários e fechos/aberturas de água, celebrado com a empresa Habitágua, para o valor de cento e trinta e oito milhões e seiscentos mil escudos, acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor; -

----- Dois - A aprovação da presente proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

19 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA NOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS – CP

11.02.07.11.:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Um – Por deliberação de Câmara tomada em reunião ordinária de vinte e nove de Setembro de mil novecentos e noventa e nove, foram adjudicados os serviços de limpeza à firma Vadeca, Serviços de Limpeza, Limitada, tudo conforme consta de cópia da referida deliberação junta ao processo. -----

----- Dois – Por fax datado de dez de Janeiro de dois mil, a adjudicatária vem propor a actualização do preço de dois vírgula oito por cento para o ano de mil novecentos e noventa e oito/noventa e nove e de dois vírgula cinco por cento de mil novecentos e noventa e nove para dois mil, assim, o valor total anual para o contrato a celebrar será de vinte e cinco milhões duzentos e setenta e oito mil duzentos e sessenta e três escudos, sem IVA incluído. -----

----- Três – Este pedido de actualização funda-se no facto de o preço apresentado no processo de concurso público ter já ocorrido em mil novecentos e noventa e oito. -----

----- Quatro – O aumento dos salários e os encargos sociais preconizados para o sector da limpeza determinam que a Câmara considere a proposta apresentada de ajustada às circunstâncias. -----

----- Nestes termos, propomos: -----

----- - Que a Câmara delibere aceitar a proposta apresentada pela adjudicatária nos termos constantes do número dois da presente proposta de deliberação. -----

----- - A aprovação em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

20 – REPERFILAGEM DA ESTRADA DA OUTURELA/PORTELA (2ª. FASE), EM CARNAXIDE – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No âmbito do programa Urban, encontra-se prevista a acção de requalificação urbana e ambiental – “Reperfilamento e passeios na Estrada da Outurela/Portela”, por forma a permitir a melhoria das condições de circulação não só rodoviária, mas sobretudo pedonal. -----

----- Assim, irá proceder-se à beneficiação da estrada, bem como à construção de passeios e reforço do sistema de drenagem pluvial. -----

----- Para tal, foi elaborado no exterior o respectivo projecto de execução, cujos trabalhos se encontram orçamentados no valor de sessenta e um milhões setecentos e oitenta e um mil setecentos e sessenta e um escudos, ao qual deverá ser acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Neste sentido, proponho à Câmara que aprove: -----

----- - O projecto de execução;-----

----- - A abertura de concurso público nos termos do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março; -----

----- - O respectivo programa de concurso. -----

----- Proponho ainda a nomeação e aprovação das comissões de abertura e análise de propostas.- -----

----- Assim, a comissão que presidirá ao acto público do concurso será composta pelos seguintes membros:-----

----- - Engenheiro Carlos Elvas, como presidente;-----

----- - Doutora Sílvia Almeida Breu, jurista como vogal;-----

----- - Engenheira Ana Cristina Infante, como vogal. -----

-----A comissão de análise de propostas, será composta pelos seguintes membros:-----

----- Engenheiro Nuno Vasconcelos, Director do Gabinete Urban, como presidente;-----

----- Engenheira Ana Cristina Infante;-----

----- Arquitecto João Alves Baptista.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**21 – PARQUE URBANO – FASE II - ARRANJOS EXTERIORES DO BAIRRO DA LAGE -
“COMPARTICIPAÇÃO URBANA” – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE TRABALHOS
CONTRATUAIS – 10º. ATC – CP 05.04.02.15.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela fiscalização do Gabinete de Projectos Especiais foi elaborado o décimo auto de
medição de trabalhos contratuais, referente à empreitada do Parque Urbano da Lage. -----

----- Os trabalhos foram executados de acordo com o caderno de encargos. -----

----- Assim, face ao acima exposto, propõe-se: -----

----- Que seja aprovado o presente auto de medição cujo valor total é de um milhão
seiscentos e quarenta e dois mil duzentos e treze escudos, ao qual acresce o valor do IVA à taxa
legal em vigor, no montante de oitenta e dois mil cento e onze escudos, totalizando um milhão
setecentos e vinte e quatro mil trezentos e vinte e quatro escudos, bem assim como o pagamento
à firma Canas Correia, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem
como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

22 – APROVAÇÃO DA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA ATRIBUIÇÃO DE DIREITO DE ARRENDAMENTO DO ELÉCTRICO-BAR, SITUADO NO JARDIM MUNICIPAL DE OEIRAS E RESPECTIVOS PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Considerando que o equipamento municipal designado por Eléctrico-Bar, sito no Jardim Municipal de Oeiras, se encontra devoluto e que é preocupação da Câmara Municipal de Oeiras afectar os seus equipamentos à sua vocação pública e à sua exploração comercial racional, propõe-se a abertura do concurso público para a atribuição do direito ao arrendamento do Eléctrico-Bar. -----

----- Para o efeito procedeu-se à elaboração dos documentos que instruem o concurso, o programa de concurso e caderno de encargos, prevendo-se como valor meramente indicativo de renda, a quantia de cinquenta mil escudos.-----

----- Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

----- a) Aprovar a abertura de concurso;-----

----- b) Aprovar o programa de concurso e caderno de encargos.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

23 - IMPRESSÃO DO ROTEIRO “30 DIAS” - JANEIRO - CP 02.01.07.22.: -----

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

----- “A agenda cultural Roteiro Trinta Dias constitui um veículo de acesso a tudo quanto culturalmente se produz no Concelho de Oeiras. A sua crescente procura, desde o momento em que se procedeu à edição do primeiro número desta publicação até à presente data, deve-se à sua diversidade temática e ao facto de as suas páginas nos darem conta não só dos eventos culturais que têm lugar no nosso Município, mas também de tudo aquilo que se relaciona com a vida empresarial, a investigação científica, as actividades desportivas, as ofertas no domínio do lazer e do turismo e até as mais variadas indicações indispensáveis ao nosso quotidiano. -----

----- Assim e no âmbito da edição de Janeiro de dois mil que diz respeito à paginação, realização de fotografias, entrevista, redacção e execução de textos alusivos às rubricas fixas, tratamento global dos textos presentes em cada número, fotolitos, montagem, impressão, acabamentos e distribuição de vinte e cinco mil exemplares impressos a quatro/quatro cores com quarenta páginas impressas em papel couché no formato doze por vinte centímetros e considerando que o Roteiro Trinta Dias é hoje um instrumento de consulta obrigatória a quem, em Oeiras, quer conhecer lugares, iniciativas culturais, actividades e acontecimentos de relevo na vida do Concelho, propõe-se que este trabalho seja executado pela empresa Estrelas de Papel - Edições e Artigos de Papelaria, Limitada, dado ser a empresa que é autora da concepção e design deste projecto, bem como reunir a capacidade técnica necessária à execução, mantendo-se, deste modo, a imagem e linha gráfica em vigor. -----

----- Em face do exposto e dada a qualidade verificada em trabalhos anteriormente apresentados, propõe-se a dispensa de procedimentos na adjudicação deste trabalho e o seu ajuste directo, de acordo com o estatuído no artigo octogésimo primeiro, alínea c), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, conjugado com a alínea d),

do número um, do artigo octogésimo sexto, do mesmo Decreto-Lei, por motivos de aptidão técnica e artística à empresa, Estrelas de Papel - Edições e Artigos de Papelaria, Limitada. -----

-----Desta forma, deverá ser passada a respectiva requisição e efectuado o seu posterior pagamento no valor de dois milhões trezentos e sessenta mil escudos, mais cento e dezoito mil escudos (cinco por cento de IVA), num total de dois milhões quatrocentos e setenta e oito mil escudos. --- -----

-----Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

24 – APOIOS A BANDAS DO CONCELHO – FARDAMENTOS – CP 08.01.13.01.:-----

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

----- “No âmbito do apoio que esta Câmara Municipal presta aos Agentes Culturais do Concelho, propõe-se que seja atribuída uma comparticipação financeira para as despesas de confecção de quarenta e oito uniformes completos para a banda da Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide. -----

----- Nesse sentido, propõe-se que seja atribuído à Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide, um subsídio no valor de um milhão e quinhentos mil escudos. -----

----- Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

25 - PEDIDOS DE VISTORIA AO ABRIGO DO ARTº. 10º. DO R.G.E.U. - NOTIFICAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS - DF'S NºS. – 10819, 12320, 12403, 12404, 12422, 12513, 12616, 12641, 12664, 12695, 12763 E 12793/99:-----

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

----- “Face às vistorias efectuadas pela respectiva Comissão resultantes de pedidos anteriormente requeridos pelos respectivos inquilinos, proponho, que esta Câmara Municipal delibere, em conformidade com o artigo décimo, do Regulamento Geral de Edificações Urbanas, notificar os proprietários dos imóveis abaixo discriminados a procederem às obras de beneficiação e salubridade, constantes dos respectivos autos de vistoria: -----

----- Construções Salvado & Santos, Limitada, proprietário do prédio sito em Linda-a-Velha, Rua Quirino da Fonseca, Edifício Foz do Tejo, lote dois;-----

----- Pedro Júlio Rodrigues Almeida, proprietário do prédio sito no Dafundo, Rua Sete de Junho, número catorze;-----

----- Carlos Alberto Dias, proprietário do prédio sito em Oeiras, Rua Doutor António Patrício Gouveia, número vinte e seis, oitavo-B;-----

----- Administração do prédio sito em Oeiras, Praceta de Maputo, número um;-----

----- Administração do prédio sito em Oeiras, Rua António Enes, número cinco, Figueirinha; -----

----- Manuel Margarido Neves, proprietário do prédio sito em Oeiras, Rua Cesário Verde, número dois, quinto-G;-----

----- Administração do prédio sito em Algés, Rua Luís de Camões, número setenta e um; -

----- Maria do Carmo Amorim, proprietária do prédio sito na Cruz-Quebrada, Rua Sacadura Cabral, número cento e nove, primeiro direito;-----

----- Administração do prédio sito em Tercena, Rua António Quadros, número doze; -----

-----Manuela Simsim e Paulo Jorge S. Lopes, proprietária do prédio sito em Carnaxide,
Praceta Gonçalves Crespo, número três, terceiro esquerdo; -----

-----Manuela Agrela Nascimento, proprietária do prédio sito em Algés, Avenida
Combatentes da Grande Guerra, número cento e vinte e cinco, segundo esquerdo. -----

-----Que mais seja deliberado dar conhecimento aos requerentes dos resultados das
vistorias.” - -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem
como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

26 – ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO NA FREGUESIA DE PORTO SALVO: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Existindo um arruamento já antigo, em Porto Salvo, para o qual é necessário atribuir designação toponímica, proponho à Câmara a aprovação do topónimo a seguir discriminado, de que se junta a respectiva biografia e tendo em conta que não foi dada resposta até à presente data pela Junta de Freguesia de Porto Salvo, ao nosso ofício número quarenta e nove mil seiscentos e noventa, de treze de Novembro. -----

----- Rua José Cardoso Pires - Escritor (mil novecentos e vinte e cinco / mil novecentos e noventa e oito)-----

----- Arruamento com início na Rua José Filipe Rodrigues e fim sem saída.” -----

----- “Curriculum de Topónimo -----

----- Nome: José Cardoso Pires-----

----- Data de nascimento: dois de Outubro de mil novecentos e vinte e cinco-----

----- Falecido: vinte e seis de Outubro de mil novecentos e noventa e oito -----

----- Actividade Profissional: Escritor-----

----- Estudante na Faculdade de Ciências de Lisboa, trocou as matemáticas superiores pela marinha mercante.-----

----- Fez parte do primeiro grupo surrealista (mil novecentos e quarenta e sete). Foi director literário de editoras em Lisboa, director-adjunto do Diário de Lisboa (mil novecentos e setenta e quatro - mil novecentos e setenta e cinco). Estreou-se com “Os Caminheiros e Outros Contos”, mil novecentos e quarenta e nove. Com o romance “Hóspede de Job”, mil novecentos e sessenta e quatro, obteve o Prémio Camilo Castelo Branco. Dentro do neo-realismo, retoma a tradição da sátira setecentista.-----

-----Outros romances: “O Delfim”, mil novecentos e sessenta e oito, “Dinossauro Excelentíssimo”, mil novecentos e setenta e dois, a “Balada da Praia dos Cães”, mil novecentos e oitenta e dois, com o qual obtive o Prémio da Associação Portuguesa de Escritores, “Alexandre Alpha”, mil novecentos e oitenta e sete e “República dos Corvos”, mil novecentos oitenta e oito, etc.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

27 - ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO NA FREGUESIA DE PAÇO DE ARCOS - MURGANHAL / CAXIAS: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Existindo um arruamento sem designação, sito no Murganhal / Caxias, para o qual é necessário atribuir designação toponímica, proponho à Câmara a aprovação do topónimo a seguir discriminado, de que se junta a respectiva biografia, para o qual foi recebido parecer favorável da Junta de Freguesia de Paço de Arcos, transmitido pelo ofício que ficou registado sob o número trinta e seis mil oitocentos e noventa e sete, de quinze de Dezembro do corrente ano. -----

----- Praceta António de Sousa - Poeta (mil oitocentos e noventa e oito / mil novecentos e oitenta e um. -----

----- Arruamento com início na Estrada do Murganhal e fim sem saída.” -----

----- “Curriculum de Topónimo -----

----- Nome: António de Sousa -----

----- Data de nascimento: vinte e cinco de Dezembro de mil oitocentos e noventa e oito (Porto) -----

----- Falecido: quinze de fevereiro de mil novecentos e oitenta e um (Oeiras) -----

----- Actividade Profissional: Poeta -----

----- Frequentou as Faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra, onde se formou. Foi presidente da Associação Académica de Coimbra, secretário-geral da Associação Cristã de Estudantes da mesma cidade e um dos fundadores da Universidade Livre ali criada. -----

----- Estreou-se com o volume “Cruzeiro de Opalas”, mil novecentos e dezoito e “O Encantado”, mil novecentos e dezanove (ambos publicados sob o pseudónimo António de Portucale). Depois de ter seguido a escola saudosista, aderiu ao movimento da Presença, tendo

publicado, entre outras obras, “Ilha Deserta” mil novecentos e trinta e sete, “Sete Luas”, mil novecentos e quarenta e três, “O Náufrago Perfeito”, mil novecentos e quarenta e quatro, “Jangada”, mil novecentos e quarenta e seis, “Livro de Bordo”, mil novecentos e cinquenta, “Linha da Terra”, mil novecentos e cinquenta e um e “Terra ao Mar”, mil novecentos e cinquenta e quatro.”-- -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

28 - CHEQUE DEVOLVIDO POR FALTA DE PROVISÃO: -----

----- I – O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Através do Serviço de Tesouraria foi dado conhecimento de que o cheque número cinco biliões setecentos e quinze milhões quinhentos e noventa e quatro mil novecentos e noventa, sobre o BPI, na importância de quarenta sete mil e setenta e três escudos, em nome de Sérgio Manuel Pinheiro Ferreira, tendo sido devolvido por falta de provisão. -----

----- O cheque supramencionado destinava-se ao pagamento do valor da renda da Loja sita na Rua Augusto Nobre número dois, no Bairro Encosta da Portela relativo ao mês de Janeiro de dois mil, através da guia A Zero Sete, número vinte e quatro mil novecentos e oitenta. -----

----- Propõe-se, nos termos do número um, do artigo segundo, do Decreto-Lei número cento e setenta e seis, de setenta e dois, de vinte e cinco de Maio, que seja anulada a receita no valor de quarenta sete mil e setenta e três escudos correspondente ao cheque devolvido por falta de provisão.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**29 - PER/FAMÍLIAS - PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO -
COMPARTICIPAÇÃO NO REALOJAMENTO DO MUNÍCIPE ADRIANO AUGUSTO DA
SILVA - CP 05.01.09.01.:-----**

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Através do ofício número nove mil e quarenta e um, datado de vinte de Dezembro
do passado ano, comunica o Instituto Nacional de Habitação que o processo de candidatura ao
programa mencionado em epígrafe relativo à aquisição de habitação própria do munícipe
Adriano Augusto da Silva (duzentos e trinta e um, PERF, noventa e nove), se encontra aprovado,
com a matrícula número dez ponto quarenta e sete ponto quatro. -----

----- Em face do que antecede, proponho que esta Câmara Municipal delibere: -----

----- - Conceder, tendo em consideração o disposto no número sete, do artigo terceiro, do
Decreto-Lei número setenta e nove, de noventa e seis, a fundo perdido, uma comparticipação de
novecentos e quarenta e um mil e setecentos escudos, correspondente a dez por cento do preço
fixado para um fogo de tipologia T Dois, destinada à aquisição da habitação própria, permanente
e exclusiva do munícipe e seu agregado familiar, devendo o Departamento de Ambiente e
Equipamento, conjuntamente com a Divisão de Polícia Municipal, assegurar a demolição
tempestiva da barraca número trinta e nove, na Estrada Militar, Talude de Queijas. -----

----- - Aprovar a presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**30 - PER/FAMÍLIAS - PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO -
COMPARTICIPAÇÃO NO REALOJAMENTO DA MUNÍCIPE IOLANDA DE OLIVEIRA
DIAS SANTOS - CP 05.01.09.01.: -----**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Através do ofício número oito mil oitocentos e setenta e cinco, datado de catorze de
Dezembro do passado ano, comunica o Instituto Nacional de Habitação que o processo de
candidatura ao programa mencionado em epígrafe relativo à aquisição de habitação própria da
municípe Iolanda de Oliveira Dias Santos (duzentos e vinte e sete, PERF, noventa e nove), se
encontra aprovado, com a matrícula número um ponto cento e dezassete ponto quatro. -----

----- Em face do que antecede, proponho que esta Câmara Municipal delibere: -----

----- - Conceder, tendo em consideração o disposto no número sete, do artigo terceiro, do
Decreto-Lei número setenta e nove, de noventa e seis, a fundo perdido, uma comparticipação de
setecentos e quarenta e nove mil e cem escudos, correspondente a dez por cento do preço fixado
para um fogo de tipologia T Um, destinada à aquisição da habitação própria, permanente e
exclusiva da municípe e seu agregado familiar, devendo o Departamento de Ambiente e
Equipamento, conjuntamente com a Divisão de Polícia Municipal, assegurar a demolição
tempestiva da barraca número onze, no Largo do J, do Bairro Pedreira dos Húngaros, em Linda-
a-Velha. --- -----

----- - Aprovar a presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**31 - PER/FAMÍLIAS - PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO -
COMPARTICIPAÇÃO NO REALOJAMENTO DO MUNÍCIPE ADRIANO AUGUSTO DAS
DORES ANTAS - CP 05.01.09.01.: -----**

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Através do ofício número nove mil e trinta e sete, datado de vinte de Dezembro do
passado ano, comunica o Instituto Nacional de Habitação que o processo de candidatura ao
programa mencionado em epígrafe relativo à aquisição de habitação própria do munícipe
Adriano Augusto das Dore Antas (duzentos e trinta e dois, PERF, noventa e nove), se encontra
aprovado, com a matrícula número cinquenta e dois ponto cinco ponto três. -----

----- Em face do que antecede, proponho que esta Câmara Municipal delibere: -----

----- - Conceder, tendo em consideração o disposto no número sete, do artigo terceiro, do
Decreto-Lei número setenta e nove, de noventa e seis a fundo perdido, uma comparticipação de
novecentos e quarenta e um mil e setecentos escudos, correspondente a dez por cento do preço
fixado para um fogo de tipologia T Dois, destinada à aquisição da habitação própria, permanente
e exclusiva do munícipe e seu agregado familiar, devendo o Departamento de Ambiente e
Equipamento, conjuntamente com a Divisão de Polícia Municipal, assegurar a demolição
tempestiva da barraca número vinte e seis, no Largo do Murganhal, em Caxias, em Paço de
Arcos. -----

----- - Aprovar a presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

32 – DESPEJO SUMÁRIO NA AV^a. DOS CAVALEIROS, 19-B – B^o. MOINHO DA PORTELA: --

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Em dezanove de Julho de noventa e oito, foi atribuído em regime de arrendamento, a fracção autónoma localizada no número dezanove-B, da Avenida dos Cavaleiros, sita no Bairro Moinho da Portela, ao agregado familiar de Armindo Reis Calado e Linda Maria Cardoso Nunes Calado.-----

----- Os arrendatários são devedores de rendas de acordo com a informação número cento e quarenta e nove, de noventa e nove, da Secção de Taxas e Licenças, tendo-se esgotado o processo de negociação para o pagamento das mesmas. -----

----- Deste modo, propõe-se: -----

----- Um – Que seja executado o despejo sumário; -----

----- Dois – Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

33 – DESPEJO SUMÁRIO NA AV^a. DOS CAVALEIROS, 24, 3^o.A - OUTURELA/PORTELA:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Um – Em Fevereiro de noventa e nove, foi atribuído o fogo T Três, sito na Avenida dos Cavaleiros, vinte e quatro, terceiro-A, Outurela/Portela, ao agregado familiar de António Veiga Vieira.-----

----- Dois – De acordo com os despachos exarados na informação número três mil duzentos e vinte e três, de noventa e nove, do Departamento de Habitação e considerando:-----

----- - que o agregado familiar referido tem adoptado um comportamento desrespeitador das regras de convivência entre vizinhos, estipuladas no contrato de arrendamento;-----

----- - que é devedor de rendas desde Setembro de noventa e nove. -----

----- Três – Face ao exposto, propõe-se que seja executado o despejo sumário. -----

----- Quatro – Que esta proposta seja aprovada em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

34 – ATRIBUIÇÃO DE FOGO T4 DA AV^a. DOS CAVALEIROS, 23 DTº, Bº. MOINHO DA PORTELA, AO AGREGADO DE VALDEMAR JESUS ALMEIDA:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Na sequência da informação número três mil e setenta e quatro, de noventa e nove, do Departamento de Habitação e considerando que Valdemar Jesus Almeida efectuou o pagamento das rendas vencidas e respectivos juros de mora, comprometendo-se a cumprir com as suas obrigações de arrendatário, propõe-se:-----

----- Um – Atribuir de novo a referida fracção ao agregado de Valdemar Jesus Almeida; --

----- Dois – Efectuar novo contrato de arrendamento; -----

----- Três – A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

35 – CAMPANHA “JOVENS EM MOVIMENTO” - 2000 – CP 06.02.07.03.:-----

----- I – O Senhor Vereador José Eduardo costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Para efeitos de prosseguimento da Campanha “Jovens em Movimento” – programa anual, com a ocupação de tempos livres dos jovens munícipes, em actividades de interesse público e na área da Educação Ambiental e em conformidade com a receptividade alcançada junto dos munícipes em geral e dos jovens participantes, vem a Divisão de Higiene Pública submeter a aprovação a continuidade da campanha referenciada, tal como se descreve no programa que a seguir se transcreve, bem como o subsídio a atribuir aos participantes, prevendo-se um encargo mensal máximo no valor de um milhão novecentos e cinquenta e oito mil e quinhentos escudos.-----

----- Que a C.M.O. delibere aprovar em minuta a presente proposta.” -----

----- “Um – Objectivo da Campanha:-----

----- Ocupar de forma sã e produtiva os jovens munícipes nos seus tempos livres; -----

----- Sensibilizar para comportamentos e atitudes perante a problemática dos resíduos; ----

----- Oportunidade de primeiro contacto com o meio de trabalho; -----

----- Promover actividades de educação ambiental, dirigida a jovens do ensino básico.-----

----- Dois – Tempo de Duração:-----

----- Turnos mensais, com início a Janeiro de dois mil.-----

----- Três – Horário das actividades:-----

----- De Segunda-feira a Sexta-feira das treze horas às dezoito horas.-----

----- Quatro – Participantes:-----

----- Jovens residentes no Concelho, com idades compreendidas entre os dezasseis anos e os vinte e três anos, para um total máximo de quarenta jovens por mês. -----

----- Cinco – Subsídios a atribuir – encargo máximo mensal: -----

-----A) Jovens participantes -----
-----Dois mil escudos por dias vezes vinte e dois dias úteis vezes quarenta jovens igual a um milhão setecentos e sessenta mil escudos / total acção -----
-----B) Monitor-----
-----Dois mil e quinhentos escudos por dias vezes vinte e dois dias úteis vezes um monitor igual a cinquenta e cinco mil escudos / total acção-----
-----C) De deslocação / transporte-----
-----Aos jovens e monitor, equivalente ao passe social no valor de três mil e quinhentos escudos / mensal. -----
-----Três mil e quinhentos escudos vezes quarenta e um participantes igual a cento e quarenta e três mil e quinhentos escudos / mensal. -----
-----Total de encargos mensal, A mais B mais C igual a um milhão novecentos e cinquenta e oito mil e quinhentos escudos. -----
-----Seis – Equipamentos e materiais -----
-----Equipamento de protecção -----
----- Bota apropriada, bota de borracha (ocasional), luva apropriada, sweat-shirt, t'shirt e fato de oleado;-----
----- Sacos de limpeza;-----
----- Pás;-----
----- Vassouras de varredura; -----
----- Vassouras de leque; -----
----- Ancinhos; -----
----- Enxadas;-----
----- Sachos, -----
----- Serrotes;-----



----- - Forquilhas; -----

----- - Cordas;-----

----- - Carrinho de mão. -----

----- Para efeitos de aquisição destes materiais, prevê-se um encargo máximo no valor de um milhão de escudos. -----

----- Para o ideal desenvolvimento desta actividade, é imprescindível a afectação de um transporte do tipo Renault Traffic ou similar.“ -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

36 – REVESTIMENTO EM PEDRA MÁRMORE PARA DUAS SEPULTURAS SITAS NO CEMITÉRIO DE OEIRAS, ONDE SE ENCONTRAM ELEMENTOS QUE PERTENCIAM AO CORPO DOS B.V. DE OEIRAS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS B.V. DE OEIRAS – CP

07.01.13.01.:-----

----- I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Um – Considerando o facto dos Senhores Manuel José Esteves e Rui Manuel Sanches Marques, que pertenciam ao Corpo dos Bombeiros Voluntários de Oeiras, terem falecido e estarem sepultados no talhão dos Combatentes, sito no Cemitério de Oeiras. -----

----- Dois – Considerando que esta Câmara Municipal tem suportado os custos relacionados com os revestimentos das sepulturas onde se encontram elementos dos Corpos dos Bombeiros. -----

----- Três – Considerando que relativamente aos falecidos mencionados no ponto um, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oeiras tratou imediatamente dos revestimentos para as duas sepulturas, liquidando a importância total de duzentos e dez mil e seiscentos escudos com IVA incluído, em face do que antecede, proponho:-----

----- - A atribuição de um subsídio no montante de duzentos e dez mil e seiscentos escudos, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oeiras, destinado a fazer face aos custos de dois revestimentos, em pedra mármore, colocados em sepulturas, sitas no talhão dos Combatentes, no Cemitério Municipal de Oeiras -----

----- - A comunicação da presente proposta à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oeiras.-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

37 – INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS NA VIATURA FIAT TIPO, DE MATRÍCULA VD-08-48, PERTENCENTE AO SR. ANTÓNIO MANUEL PINTO FERRÃO: -----

----- I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Através do registo trinta e seis mil e noventa, de noventa e nove, de seis de Dezembro findo, vem o Senhor António Manuel Pinto Ferrão, pedir indemnização no valor de vinte e cinco mil escudos, pelos danos causados na viatura da marca Fiat Tipo, matrícula VD-zero oito-quarenta e oito, que se encontrava estacionada na Avenida Embaixador Assis Chateaubriand, em Oeiras, devido a uma pedra que saltou da máquina de cortar relva. -----

----- De acordo com informação do Encarregado de Brigada, no dia vinte e quatro de Novembro próximo passado, procedeu-se à desmatação das ervas, com uma roçadora mecânica, do terreno junto à placa dos Militares e, apesar do funcionário ao serviço não ter dado por nada, existe a possibilidade da moessa na parte da frente do lado direito da viatura ter sido provocada por uma pedra. -----

----- Em face do que antecede, proponho:-----

----- - O pagamento do montante de vinte e cinco mil escudos, ao Senhor António Manuel Pinto Ferrão, pelos danos causados na viatura. -----

----- - A comunicação da presente deliberação ao município.-----

----- - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**38 – ECOPONTOS/ECOCENTRO – AJUSTE DIRECTO PARA AQUISIÇÃO DE VIDRÕES
PARA A DIVISÃO DE HIGIENE PÚBLICA – CP 06.01.05.04.: -----**

----- I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Um – Para melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, bem como de todos os seus visitantes, tem o Município de Oeiras promovido a instalação de equipamentos com vista à recolha de lixos e outros resíduos sólidos, procurando aproveitar o passível de reciclagem. -----

----- Dois – Com o objectivo atrás referido, foi efectuado um contrato com a firma Revolta, tendo em vista a colocação de “vidrões” em diversos locais do Concelho. -----

----- Três – Com o final deste contrato a coincidir com o fim de mil novecentos e noventa e nove, foi estabelecido o primeiro trimestre para a referida firma proceder ao levantamento de todos os vidrões, num total de cento e trinta, tendo sido já levantados até esta altura cerca de trinta vidrões. -----

----- Quatro – Em face da delicadeza da situação, contactaram-se vários municípios vizinhos – Lisboa, Palmela, Montijo, Barreiro e Moita – que procederam recentemente à colocação de “Ecopontos” e consequentemente, à substituição de vidrões, a fim de se aferir da possibilidade de empréstimo destes recipientes que actualmente se encontram em estaleiro. -----

----- Cinco – Dada a resposta positiva de alguns destes municípios e com onze recipientes da Câmara Municipal da Moita em nosso poder, a situação encontra-se controlada. Todavia, torna-se necessário proceder-se, urgentemente, à aquisição de novos recipientes em número suficiente que respondam, não só à actual crise, como também aos novos pedidos existentes em carteira. --- -----

----- Seis – Assim, e porque já era intenção proceder-se à aquisição de outro modelo de recipiente que viesse de algum modo modernizar a imagem do Concelho em matéria de recolha selectiva, consultaram-se diversos catálogos que frequentemente chegam à Divisão de Higiene

Pública e os respectivos fornecedores a fim de se aferir das melhores opções, quer em matéria de custos, quer em matéria de prazos de entrega, tendo-se concluído que a melhor solução é a apresentada pela empresa Otto Industrial, Sociedade Anónima.-----

-----Sete – Para o efeito, apresentou esta empresa, através de fax datado de dezasseis de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, uma proposta para o fornecimento de vidrões modelo Cyclea, com capacidade de dois vírgula cinco metros cúbicos, tendo apresentado o preço unitário de oitenta e cinco mil escudos, mais IVA, para os recipientes simples e noventa e dois mil e quinhentos escudos, mais IVA para os recipientes equipados com “porta-bar”. -----

-----Oito – Considerando que os municípios vizinhos apontados no ponto quatro desta proposta já utilizam o referido recipiente com óptimos resultados. -----

-----Nove – Considerando a urgência nesta aquisição e o facto do recipiente apresentado pela empresa Otto Industrial, Sociedade Anónima, ser modelo exclusivo, proponho: -----

----- A escolha do ajuste directo como tipo de procedimento. -----

----- A adjudicação de setenta vidrões Cyclea, sendo cinquenta e cinco simples e quinze equipados com “porta-bar” à empresa Otto Industrial, Transformados de Plástico, Sociedade Anónima, pelo valor global de seis milhões sessenta e dois mil e quinhentos escudos, acrescido do valor do IVA à taxa de dezassete por cento, ao abrigo da alínea d), do número um, do artigo octogésimo sexto, do Decreto-lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho.-----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**39 – PIPA - PLANO INTEGRADO DE PAÇO DE ARCOS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO
41º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 09.01.02.01.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela fiscalização da REFER, Empresa Pública, Consulgal e pelo representante do adjudicatário, foi elaborado o quadragésimo primeiro auto de medição de trabalhos, da empreitada designada em epígrafe, no montante de dez milhões trezentos e trinta e cinco mil duzentos e noventa e sete escudos. -----

----- Segundo a informação número mil trezentos e quarenta e nove, de noventa e nove, do Serviço de Edifícios Municipais, o pagamento no montante de sete milhões novecentos e setenta e três mil seiscentos e sessenta e cinco escudos, será por conta da REFER, Empresa Pública e a verba de dois milhões trezentos e sessenta e um mil seiscentos e trinta e dois escudos, por conta desta Autarquia, sendo todos os trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede, proponho:-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de dois milhões quatrocentos e setenta e nove mil setecentos e catorze escudos, o qual inclui a importância de cento e dezoito mil e oitenta e dois escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à Empresa Teixeira Duarte, Sociedade Anónima. -----

----- - Comunicação à REFER, Consulgal e Teixeira Duarte; -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

40 - Pº 265-DIM/DAD/98 - REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE CALÇADAS EM OEIRAS, PAÇO DE ARCOS E PORTO SALVO - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 09.01.03.03.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o terceiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de três milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e setenta e cinco escudos, o qual corresponde a:-----

----- - Trabalhos previstos - dois milhões oitocentos e noventa e cinco mil quinhentos e setenta e cinco escudos; -----

----- - Trabalhos a mais de natureza prevista – novecentos e sessenta mil escudos. -----

----- Em vinte e nove de Julho de noventa e nove, foi aprovado antecipadamente trabalhos a mais, até ao valor da adjudicação. -----

----- Os trabalhos a mais não implicam nesta fase da obra encargos financeiros, pois serão compensados com trabalhos a menos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais no valor de novecentos e sessenta mil escudos;---

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões quarenta e oito mil trezentos e cinquenta e quatro escudos, o qual inclui a importância de cento e noventa e dois mil setecentos e setenta e nove escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa C.M.E. - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima; -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

41 - Pº 266-DIM/DAD/98 - REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE CALÇADAS EM ALGÉS, DAFUNDO E LINDA-A-VELHA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.03.: -----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o terceiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de seis milhões quinhentos e cinquenta e oito mil seiscentos e quarenta e dois escudos, o qual corresponde a: -----

----- - Trabalhos previstos – quatro milhões quatrocentos e trinta e três mil trezentos e trinta e dois escudos;-----

----- - Trabalhos a mais de natureza prevista – dois milhões cento e vinte e cinco mil trezentos e dez escudos. -----

----- Em vinte e nove de Julho de noventa e nove, foi aprovado antecipadamente trabalhos a mais, até ao valor da adjudicação. -----

----- Os trabalhos a mais foram aprovados na reunião de Câmara de treze de Outubro de noventa e nove. -----

----- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de doze vírgula três por cento. -

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais no valor de dois milhões cento e vinte e cinco mil trezentos e dez escudos. -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de seis milhões oitocentos e oitenta e seis mil quinhentos e setenta e quatro escudos, o qual inclui a importância de trezentos e vinte e sete mil novecentos e trinta e dois escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa C.M.E. - Construção e Manutenção

Electromecânica, Sociedade Anónima. -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

42 – Pº 268-DIM/DEIM/98 – REPARAÇÃO DO FORTE DE S. BRUNO – FASE 1B – TRABALHOS A MAIS E A MENOS - CP 02.03.03.07.: -----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Estando em curso a empreitada em epígrafe, verificou-se que no processo patentado a concurso não contemplava a instalação eléctrica e ventilação sem o que as salas não poderiam entrar em funcionamento.-----

----- A sua execução noutra fase da obra implicaria a demolição de trabalhos agora executados, por se tratar de tubagem embebida nas paredes.-----

----- Solicitou-se à Divisão de Serviços de Apoio os projectos em causa e ao adjudicatário os orçamentos respectivos.-----

----- Este assunto já foi objecto de informação e aprovação e importou em quarenta e cinco vírgula vinte e quatro por cento de trabalhos a mais. -----

----- Verificou-se entretanto que a medição constante no articulado e correspondente ao artigo nove ponto zero cinco, execução de pavimento entre os edifício e a muralha, é insuficiente, ultrapassando em cento e sessenta e oito vírgula quatro metros quadrados vezes quinze mil oitocentos e oitenta e seis escudos igual a dois milhões seiscentos e setenta e cinco mil duzentos e dois escudos o valor do orçamento. -----

----- Porque a obra é por série de preços e porque este pavimento é imprescindível, julga-se ser de retirar desta empreitada os trabalhos identificados no quadro de trabalhos a menos junto ao processo, que importa em um milhão novecentos e setenta mil duzentos e trinta e seis escudos que poderão vir a ser posteriormente executados.-----

----- O agravamento de custo devido aos trabalhos a mais e após o cômputo dos trabalhos menos, importa em setecentos e quatro mil novecentos e sessenta e sete escudos (dois milhões seiscentos e setenta e cinco mil duzentos e três escudos menos um milhão novecentos e setenta

mil duzentos e trinta e seis escudos), correspondente a quatro vírgula quarenta e dois por cento e totalizando a percentagem de quarenta e nove vírgula sessenta e seis por cento do valor de adjudicação.-----

-----Em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação de trabalhos a menos no valor de um milhão novecentos e setenta mil duzentos e trinta e seis escudos; -----

----- A aprovação de trabalhos a mais de natureza prevista no valor de dois milhões seiscentos e setenta e cinco mil duzentos e três escudos, que será acrescido do IVA à taxa de cinco por cento. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

43 - Pº 105-DIM/DAD/99 - COLOCAÇÃO DE BANDAS REDUTORAS DE VELOCIDADE EM VÁRIOS LOCAIS DO CONCELHO - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 09.02.03.08.: -----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de três milhões novecentos e noventa e sete mil e quinhentos escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões cento e noventa e sete mil trezentos e setenta e cinco escudos, o qual inclui a importância de cento e noventa e nove mil oitocentos e setenta e cinco escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Lanis - Sinalização, Limitada; -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

44 - Pº 161-DIM/DAD/99 - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE PILARETES RETRACTÉIS NA RUA 7 DE JUNHO, EM OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 09.02.03.06.: -----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dois milhões quatrocentos e sessenta e um mil quatrocentos e vinte escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. - -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dois milhões quinhentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e noventa e um escudos, o qual inclui a importância de cento e vinte e três mil e setenta e um escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Fernando L. Gaspar; -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

45 - Pº 184-DIM/DAD/99 - REPOSIÇÃO DE CALDEIRAS DE ÁRVORES - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 10.01.03.07.: -----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dois milhões quinhentos e quinze mil trezentos e sessenta escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dois milhões seiscentos e quarenta e um mil cento e vinte e oito escudos, o qual inclui a importância de cento e vinte e cinco mil setecentos e sessenta e oito escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma COPI - Construções Civas, Obras Públicas e Industriais, Limitada; - -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

46 - Pº 195-DIM/DAD/99 - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE FRADES METÁLICOS EM VÁRIOS LOCAIS DO CONCELHO - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 09.02.03.09.: -----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de um milhão cento e dezassete mil e duzentos escudos, o qual corresponde a: -----

----- - Trabalhos previstos – novecentos e oitenta mil escudos; -----

----- - Trabalhos a mais de natureza prevista – cento e trinta e sete mil e duzentos escudos.

----- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de catorze por cento. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais no valor de cento e trinta e sete mil e duzentos escudos.--- -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de um milhão cento e setenta e três mil e sessenta escudos, o qual inclui a importância de cinquenta e cinco mil oitocentos e sessenta escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Mosaico - Publicidade, Limitada; -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

47 - Pº 241-DIM/DAD/99 – BENEFICIAÇÃO DE DIVERSOS PASSEIOS NA FREGUESIA DE LINDA-A-VELHA – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 09.01.03.03.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de cinco milhões duzentos e noventa e dois mil e setenta e cinco escudos, o qual corresponde a:-----

----- - Trabalhos previstos – dois milhões novecentos e cinquenta e seis mil oitocentos e setenta e cinco escudos; -----

----- - Trabalhos a mais de natureza prevista – um milhão duzentos e oitenta e oito mil escudos;-----

----- - Trabalhos a mais de natureza não prevista – um milhão quarenta e sete mil e duzentos escudos. -----

----- Verificou-se ainda a existência de trabalhos a menos no valor de um milhão oitocentos e oito mil cento e vinte e cinco escudos. -----

----- Os trabalhos a mais, compensados com os trabalhos a menos (quinhentos e vinte e sete mil e setenta e cinco escudos) implicam um encargo financeiro total para a obra de onze vírgula um por cento. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais no montante de dois milhões trezentos e trinta e cinco mil e duzentos escudos;-----

----- - A aprovação dos trabalhos a menos no montante de um milhão oitocentos e oito mil cento e vinte e cinco escudos, -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de cinco milhões quinhentos e cinquenta e seis mil seiscentos e setenta e nove escudos, o qual inclui a importância de duzentos e sessenta e quatro mil seiscentos e quatro escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Alves Ribeiro, Limitada; -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

48 – ATRIBUIÇÃO DE MENÇÃO DE MÉRITO EXCEPCIONAL À FUNCIONÁRIA MARIA RITA DORNELLAS CYSNEIROS – TÉCNICA ADJUNTA DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A possibilidade de atribuição da menção de mérito excepcional aos funcionários da Câmara Municipal de Oeiras encontra-se prevista na proposta de deliberação de nove de Junho de mil novecentos e noventa e nove, em conformidade com o disposto no artigo trigésimo, do Decreto-Lei cento e oitenta e quatro, de oitenta e nove, de dois de Junho. -----

----- Determina o artigo segundo daquela proposta, que a atribuição da menção de mérito excepcional aos funcionários depende da verificação cumulativa dos seguintes requisitos: -----

----- a) ter prestado serviço na Administração Pública há pelo menos dez anos; -----

----- b) ter sido notado nos três últimos anos com a menção de Muito Bom e classificação não inferior a dez; -----

----- c) Não ter no período a que se refere o número anterior qualquer falta que desconte na antiguidade; -----

----- d) Não ter sido punido com qualquer falta disciplinar. -----

----- Maria Rita Dornellas Cysneiros, funcionária da Câmara Municipal de Oeiras, encontra-se em condições de satisfazer os requisitos exigidos pelo artigo segundo, exceptuando o constante da alínea b). Refira-se, porém, que tal se verifica em virtude da mesma funcionária apenas ter ingressado no quadro no dia um de Abril de mil novecentos e noventa e oito. No entanto, foi notada em mil novecentos e noventa e nove, relativamente ao ano de mil novecentos e noventa e oito com a menção de Muito Bom e classificação de nove vírgula cinco valores. -----

----- Contudo e apesar desta situação sempre se poderá, em conformidade com o disposto no número quatro, do artigo segundo, da mencionada proposta, prescindir daquele requisito

desde que se considere “... que o trabalhador tenha desenvolvido acções de reconhecido mérito e interesse para o município.”-----

-----É da competência dos dirigentes dos serviços da Câmara propor a atribuição da menção de mérito excepcional àqueles funcionários, por si dirigidos, que reúnam os requisitos legais para tal exigidos. Com base nessa competência, entendeu o Senhor Director do Gabinete do Projecto Urban, Engenheiro Nuno Vasconcelos, actual dirigente da funcionária, propor através da informação número duzentos e vinte e três, de noventa e nove, do Gabinete Urban, que lhe seja atribuída a referida menção, atendendo às razões que, de seguida, se expõem: -----

-----A funcionária, admitida na Câmara Municipal de Oeiras em dezassete de Abril de mil novecentos e oitenta e nove, iniciou as suas funções na Divisão de Habitação. -----

-----As informações prestadas pelas chefias de então enalteceram as qualidades desta técnica designadamente “... o elevado espírito profissional, o empenhamento voluntarioso e uma demonstração inequívoca de solidariedade...”. -----

-----Em mil novecentos e noventa e quatro é criado pela Comunidade Europeia o Projecto Urban, ao qual esta Câmara se candidatou, sendo um dos seis Municípios seleccionados. Tornou-se então necessário constituir uma equipa, para a qual foi nomeado Director o Senhor Engenheiro Nuno Vasconcelos, com o objectivo de levar por diante aquele projecto. Sendo este de âmbito muito lato, mas de cariz essencialmente social, era imperioso encontrar pessoas que, pelas suas qualidades e aptidões, fossem o garante desta iniciativa: pessoas com espírito de missão, dispostas a ultrapassar todos os contratempos e adversidades que um projecto desta natureza obrigatoriamente traz consigo; enfim, pessoas que interviessem a nível multidisciplinar e que fundamentalmente acreditassem no projecto. Rita Dornellas foi das primeiras pessoas a ser solicitada pelo referido Director para o projecto com o argumento de que a funcionária “... tinha conhecimento de todo o trabalho desenvolvido para a autarquia, do entusiasmo com que acolhia novos desafios, pela sua competência, brio profissional e força interior. É com inteira justiça



(continua a argumentar aquele dirigente) que hoje posso afirmar que a Rita Dornellas correspondeu em tudo ao que dela esperava, tendo sido e continuando a ser uma das peças fundamentais deste projecto. Projecto que não olha a horas, nem dias, que é trabalho com as pessoas do bairro quando estas estão em casa, ou com as entidades e serviços nos respectivos horários destes. -----

----- É um projecto em que é necessário estar disponível. E só está disponível para um projecto como este quem acredita nele e quem acima de tudo acredita na causa pública – A Rita Dornellas é um desses casos”.-----

----- Por fim, refere o Director do Gabinete Urban que “O caso da funcionária Maria Rita Dornellas afigura-se-me exemplar para a proposta aprovada pela Câmara Municipal de Oeiras. Foram dez anos de esforço, dedicação e brio profissional em que pôs sempre em primeiro lugar os interesses da autarquia em detrimento dos seus interesses pessoais; em que se valorizou profissionalmente, fora das horas de serviço, para mais facilmente integrar esta equipa que é a Câmara; em que apesar de todas as contrariedades foi capaz, como já descrevi anteriormente, de nos orgulhar de sermos funcionários camarários.”-----

----- Assim, nos termos do artigo trigésimo, do Decreto-Lei cento e oitenta e quatro, de oitenta e nove, de dois de Junho e dos artigos segundo e terceiro, da proposta de deliberação de nove de Junho de mil novecentos e noventa e nove, concordando com o teor da informação do Director do Gabinete Urban, proponho à Câmara que delibere no sentido de reduzir em dois anos o tempo de serviço legalmente exigido para a promoção na carreira da funcionária Maria Rita Dornellas Cysneiros.”-----

----- II – Submetida a proposta a votação, através de escrutínio secreto, em que se verificaram nove votos a favor, foi a mesma aprovada, por unanimidade dos presentes. -----

----- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

49 – DESPEJO SUMÁRIO DE MARIA LÚCIA SANTOS REBELO DIAS – RUA DR. OLIVEIRA MARTINS, N.º. 30, PISO 1-B, MOINHO DAS ROLAS:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Ao agregado familiar de Maria Lúcia Rebelo Dias foi atribuído o fogo T Dois, em Agosto de mil novecentos e noventa e oito, mencionado em epígrafe. -----

----- Considerando que o agregado familiar da arrendatária não habita há mais de um ano no fogo atribuído e, de acordo com os despachos exarados na informação trinta e quatro, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um – Despejo sumário do agregado familiar de Maria Lúcia Santos Rebelo Dias. ----

----- Dois – Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

50 – PROGRAMA QUINTA DA POLITEIRA – 160 FOGOS – OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE FOGOS – AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 1 – TRABALHOS CONTRATUAIS – SITUAÇÃO DE NOVEMBRO DE 99 – CP 05.01.02.01.:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação três mil trezentos e um, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – O pagamento à firma Canas Correia, Sociedade Anónima, do auto de medição número um (trabalhos contratuais), no valor de cinco milhões setecentos e vinte e um mil trezentos e oitenta e quatro escudos. -----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

51 - PROGRAMA DA ENCOSTA DA PORTELA - REABILITAÇÃO - OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DE FOGOS - PROJECTO DE INDIVIDUALIZAÇÃO DAS COBERTURAS E OUTROS TRABALHOS COMPLEMENTARES NOS EDIFÍCIOS DO Bº. ENCOSTA DA PORTELA - CP 05.01.03.02.:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação cento e seis, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um - O pagamento ao projectista do projecto de individualização das coberturas e outros trabalhos complementares nos edifícios do Bairro da Encosta da Portela, pelo valor de trezentos e noventa mil escudos, acrescido de sessenta e seis mil e trezentos escudos de IVA, o que totaliza quatrocentos e cinquenta e seis mil e trezentos escudos. -----

----- Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**52 – PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO – COMPARTICIPAÇÃO NO
REALOJAMENTO – ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO ECONÓMICA EM ALTERNATIVA
AO REALOJAMENTO AO GRUPO DE ISOLADOS RESIDENTES NO REDUTO NORTE, N.º.**

4-A – CP 05.01.09.01.:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Na sequência da informação número vinte e sete, de dois mil, do Departamento de
Habitação e do despacho nela exarado, propõe-se:-----

----- Um – A atribuição de uma compensação económica individual no valor de um
milhão de escudos, a cada um dos seguintes elementos: -----

----- - Armando Monteiro, natural da Guiné-Bissau, nascido a seis de Maio de mil
novecentos e sessenta, portador do Bilhete de Identidade onze milhões trezentos e oitenta e sete
mil setecentos e trinta e sete emitido a onze de Dezembro de noventa e oito, pelo Arquivo de
Identificação de Lisboa, com o número fiscal cento e oitenta e um milhões sete mil quinhentos e
noventa e dois;-----

----- - Umaro Gomes, natural da Guiné-Bissau, nascido a vinte e cinco de Dezembro de
mil novecentos e sessenta e seis, portador da autorização de residência número duzentos e
quarenta e oito mil quinhentos e noventa e quatro, tipo A, com o número fiscal duzentos e um
milhões seiscentos e trinta e sete mil duzentos e quarenta e três. -----

----- - Mário Joco, natural da Guiné-Bissau, nascido a vinte e cinco de Maio de mil
novecentos e sessenta e oito, portador da autorização de residência número duzentos e vinte e
três mil setecentos e oitenta e três, tipo A, com o número fiscal duzentos e onze milhões cento e
noventa e cinco mil novecentos e cinquenta e dois;-----

----- - Saco Joco, natural da Guiné-Bissau, nascido a dezassete de Maio de mil novecentos

e sessenta e um, portador do bilhete de identidade número onze milhões trezentos e noventa mil quatrocentos e sessenta e quatro, emitido a trinta de Maio de noventa e cinco, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com o número fiscal cento e oitenta milhões quinhentos e quarenta e oito mil trezentos e trinta e seis; -----

-----Dois – A demolição do alojamento número quatro-A, do Reduto Norte; -----

-----Três – A aprovação da proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**53 – PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO – COMPARTICIPAÇÃO NO
REALOJAMENTO – ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO ECONÓMICA POR RENÚNCIA AO
REALOJAMENTO A BONHILA MENDES – ALTO DOS BARRONHOS, 3 E 4 -CP 05.01.09.01.:**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Na sequência do despacho exarado na informação número três mil trezentos e
cinquenta e um, de noventa e nove, do Departamento de Habitação e da renúncia formal ao
realojamento por parte da Câmara Municipal de Oeiras, propõe-se: -----

----- Um – A atribuição de uma compensação económica no valor de um milhão de
escudos, a Bonhila Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a seis de Julho de sessenta e três,
portador da autorização de residência número duzentos e sessenta e nove mil seiscentos e sete,
temporária, emitida pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com o número fiscal duzentos e
quatro milhões duzentos e vinte e três mil seiscentos e noventa e cinco, por renúncia ao
realojamento. -----

----- Dois – A demolição das casas números três e quatro, do Alto dos Barronhos. -----

----- Três – A aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**54 – PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO – COMPARTICIPAÇÃO NO
REALOJAMENTO – ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO ECONÓMICA POR RENÚNCIA AO
REALOJAMENTO – ALTO DOS BARRINHOS, 3 E 4 – CP 05.01.09.01.:-----**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Na sequência do despacho exarado na informação número cento e cinco, de dois
mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um – A atribuição de uma compensação económica no valor de um milhão de
escudos, a cada um dos seguintes indivíduos: -----

----- - Marcelino Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a doze de Junho de cinquenta
e oito, portador da autorização de residência número duzentos e oitenta e três mil novecentos e
noventa e sete, tipo A, com o número fiscal duzentos e quatro milhões duzentos e quarenta e seis
mil duzentos e sessenta e dois. -----

----- - Jaime Gomes, natural da Guiné-Bissau, nascido a quatro de Novembro de sessenta
e quatro, portador da autorização de residência número duzentos e cinquenta e cinco mil
oitocentos e dezassete – tipo B, com o número fiscal duzentos e dois milhões seiscentos e setenta
e quatro mil seiscentos e cinquenta e sete. -----

----- - Júlio Gomes, natural da Guiné-Bissau, nascido a dez de Setembro de cinquenta e
nove, portador da autorização de residência número duzentos e sessenta e três mil quinhentos e
dez – tipo B, com o número fiscal cento e noventa e sete milhões duzentos e trinta e nove mil
trezentos e sessenta e seis. -----

----- Dois – A demolição das casas números três e quatro, do Alto dos Barrinhos. -----

----- Três – A aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

55 – OPERAÇÃO RECRIA/RECRIPH – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DE FOGOS – RUA VICTOR DUARTE PEDROSO, Nº. 10-D, EM ALGÉS - COMPARTICIPAÇÃO DA CMO NO ÂMBITO DO RECRIA – CP 05.01.03.01.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação três mil trezentos e oitenta e dois, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A anulação da proposta de deliberação mil novecentos e oitenta e sete, de noventa e nove, de vinte e dois de Setembro. -----

----- Dois – A aprovação pela Câmara do montante da comparticipação a atribuir pela mesma na recuperação do imóvel sito na Rua Victor Duarte Pedroso, número dez-D, em Algés de Cima, pertença de Belmira Rodrigues. -----

----- A comparticipação foi fixada em conformidade com as disposições legais aplicáveis em duzentos e catorze mil trezentos e sessenta e sete escudos, IVA a cinco por cento incluído, correspondente a quarenta por cento do valor total a financiar. -----

----- Três – Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

56 - OPERAÇÃO RECRIA/RECRIPH – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DE FOGOS - RUA TEIXEIRA DA MOTA, BLOCO A-1, EM NOVA OEIRAS - COMPARTICIPAÇÃO DA CMO NO ÂMBITO DO RECRIA – CP 05.01.03.01.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação três mil trezentos e oitenta e oito, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A anulação da proposta de deliberação dois mil duzentos e oitenta e três, de noventa e nove, de dez de Outubro. -----

----- Dois – A aprovação pela Câmara do montante da comparticipação a atribuir pela mesma na recuperação das partes comuns do imóvel sito na Rua Teixeira da Mota, Bloco A-Um, em Nova Oeiras.-----

----- A comparticipação requerida por Maria do Carmo Martins Lopes, foi fixada em conformidade com as disposições legais aplicáveis em duzentos e setenta mil quatrocentos e oitenta escudos, IVA a cinco por cento incluído, correspondente a quarenta por cento do valor total a financiar. -----

----- Três – Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

57 – ATRIBUIÇÃO DE FOGO T3 – Bº. DOS NAVEGADORES, AO AGREGADO FAMILIAR DE MARIA JOSEFINA DAVID:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Na sequência da informação número trinta e seis, de dois mil, do Departamento de Habitação e dos despachos nela exarados, propõe-se: -----

----- Um – A atribuição ao agregado familiar de Maria Joseфина David, do fogo T Três, sito no Bairro dos Navegadores, lote vinte e quatro, terceiro esquerdo; -----

----- Dois – A fixação da renda mensal no valor de dois mil seiscentos e sessenta escudos, com entrada em vigor a um de Fevereiro de dois mil; -----

----- Três – A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

58 – ATRIBUIÇÃO DE FOGO T1, NO Bº. DO POMBAL, À MUNÍCIPE CELESTE CARMO PINTO: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Na sequência da informação número dez, de dois mil, do Departamento de Habitação e dos despachos nela exarados, propõe-se: -----

----- Um – A atribuição do fogo T Um, sito na Rua Tomé de Barros Queiroz, número um, segundo esquerdo, no Bairro do Pombal, a Celeste Carmo Pinto, residente na Rua Cândido dos Reis – Vivenda Milu, número dois; -----

----- Dois – A fixação da renda social no valor de seiscentos e dez escudos, com entrada em vigor a um de Fevereiro de dois mil; -----

----- Três – A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

59 – ANULAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 2131, PONTO 59, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 13.10.99 E ATRIBUIÇÃO DE FOGO T3, NO Bº. DOS NAVEGADORES:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Na sequência da informação número trinta e sete, de dois mil, do Departamento de Habitação e dos despachos nela exarados, propõe-se: -----

----- Um – Anulação da atribuição do fogo T Dois, Bairro Moinho da Portela, Avenida dos Cavaleiros, trinta e um A, primeiro;-----

----- Dois – A atribuição ao agregado familiar de José Varela Moura, do fogo T Três, sito no Bairro dos Navegadores, lote vinte e quatro, terceiro esquerdo; -----

----- Três – A fixação da renda mensal no valor de onze mil duzentos e vinte escudos, com entrada em vigor a um de Fevereiro de dois mil;-----

----- Quatro – A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**60 – ANULAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE FOGOS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 2375,
PONTO 65, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24.11.99.: -----**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com as informações números trinta e oito, cinquenta e dois e cinquenta e
três, de dois mil, do Departamento de Habitação e despachos nelas exarados, propõe-se: -----

----- Um – A anulação do realojamento previsto para o Bairro dos Navegadores, para as
seguintes situações: -----

----- - Maria Antónia Delgado Gonçalves – lote vinte e seis, cave B; -----

----- - Marcelina Mendes – lote quarenta e dois, primeiro esquerdo; -----

----- - Armando Melo - lote trinta e cinco, segundo esquerdo. -----

----- Dois – Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**61 – RECTIFICAÇÃO DO MONTANTE A ATRIBUIR COMO COMPENSAÇÃO ECONÓMICA
POR RENÚNCIA AO REALOJAMENTO A ANTÓNIO MANUEL ARAÚJO DOS SANTOS –
ALTO DA BOA VIAGEM, 22 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 2225, PONTO 104, DA
REUNIÃO DE 27.10.99 – CP 05.01.09.01.: -----**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação número quarenta e um, de dois mil, do Departamento
de Habitação e despacho nela exarado, propõe-se:-----

----- Um – A atribuição do valor de duzentos e vinte e um mil e quatrocentos escudos,
correspondente à diferença entre o valor aprovado na proposta de deliberação número dois mil
duzentos e vinte e cinco, de novena e nove (novecentos e quarenta e um mil escudos) e o valor
que deveria ter sido proposto (um milhão cento e sessenta e três mil e cem escudos). -----

----- Dois – Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**62 – OPERAÇÃO RECRUA – REGIME ESPECIAL DE PARTICIPAÇÃO NA
RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS ARRENDADOS – APROVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO
DA CMO – CP 05.01.03.01.: -----**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação três mil trezentos e oitenta e um, de noventa e nove,
do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A aprovação pela Câmara do montante da participação a atribuir no valor
de um milhão oitocentos e sessenta e sete mil cento e trinta e cinco escudos, IVA de cinco por
cento incluído, a José Pedro da Silveira Cyrne de Vasconcelos, pelas obras de recuperação do
imóvel sito na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, número noventa e sete-D, em Algés.

----- A participação total é de quatro milhões seiscentos e sessenta e sete mil
oitocentos e trinta e oito escudos, cabendo ao IGAPHE o valor de dois milhões oitocentos mil
setecentos e três escudos. -----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**63 - PER/FAMÍLIAS - PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO -
COMPARTICIPAÇÃO NO REALOJAMENTO - CP 05.01.09.01.:-----**

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Através do ofício número oitenta, datado de cinco de Janeiro do corrente ano,
comunica o Instituto Nacional de Habitação que o processo de candidatura ao programa
mencionado em epígrafe relativo à aquisição de habitação própria do munícipe Fernando Romeu
Batista (duzentos e trinta-PERF/noventa e nove), se encontra aprovado, com a matrícula número
trinta e oito ponto trinta e dois ponto quatro. -----

----- Em face do que antecede, proponho que esta Câmara Municipal delibere: -----

----- - Conceder, tendo em consideração o disposto no número sete, do artigo terceiro, do
Decreto-Lei número setenta e nove, de noventa e seis, a fundo perdido, uma comparticipação de
um milhão cento e sessenta e três mil e cem escudos, correspondente a dez por cento do preço
fixado para um fogo de tipologia T Três, destinada à aquisição da habitação própria, permanente
e exclusiva do munícipe e seu agregado familiar, devendo o Departamento de Ambiente e
Equipamento, conjuntamente com a Divisão de Polícia Municipal, assegurar a demolição
tempestiva da barraca número vinte e dois/vinte e três, no Reduto Norte, em Paço de Arcos. -----

----- - Aprovar a presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**64 - CDH DO MOINHO DA ROLA - LISTA DE EVENTUAIS COMPRADORES -
CUMPRIMENTO DA CLÁUSULA 11ª. DO PROTOCOLO:-----**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com o sugerido na informação número duzentos e oito, de dois mil, da
Repartição de Apoio ao Departamento de Habitação, proponho que esta Câmara Municipal
aprove a lista dos eventuais compradores de habitação própria naquele empreendimento. -----

----- Mais proponho a aprovação da presente proposta em minuta, assim como a
comunicação oficiosa à empresa promotora do CDH da deliberação tomada.”-----

----- “Arnaldo Ribeiro Estriga -----

----- Mário José Antunes Batista -----

----- Atanásia Pedro do Nascimento Francisco-----

----- João Manuel Francisco António-----

----- Maria José Jerónimo Cebola Matos-----

----- Paula da Conceição Alves -----

----- José Severo Pimpão Gama -----

----- Helena José Sardinha-----

----- Carlos Alberto Almeida-----

----- Gregório Pedro Fernandes Júnior -----

----- Moraes Viegas -----

----- Olívia Ferreira Ribeiro -----

----- Emília de Jesus Soares Lisboa Hipólito -----

----- Maria Emília Barros Vaz -----

----- António Joaquim / Elizabete Maria Raposo -----

-----Agostinho Castanheira-----
-----Paulo Jorge Ferreira Mendes-----
-----Ezequiel Borges Dias Moreira-----
-----Paula Cristina Martins Silva -----
-----Maria Conceição V. Mano -----
-----Rui Manuel Inácio-----
-----José Afonso Gonçalves Lopes Tavares-----
-----João Carlos D’Almeida Godinho -----
-----Luís Caetano Ramalho-----
-----Victor Manuel Rodrigues da Fonseca -----
-----Carlos Alberto Lopes Sage” -----
-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

65 - Pº. 40-DH/99 - ALIENAÇÃO DE FOGOS MUNICIPAIS NA AVENIDA DOS CAVALEIROS:

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Na sequência da informação hoje recebida da Secção de Taxas e Licenças/Departamento de Finanças e Património, no que tange ao montante das rendas pagas, incluindo o mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, pelos “promitentes compradores” de algumas fracções que constituem o prédio número dezasseis, da Avenida dos Cavaleiros, freguesia de Carnaxide e verificando-se discrepância entre o quadro constante do ponto três, da deliberação tomada por esta Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em vinte e dois de Dezembro último, ponto vinte e três, e tal informação, submeto à aprovação deste Órgão Executivo a rectificação do mencionado quadro, tendo em conta os valores de facto entregues e o valor da renda igualitária aprovada no montante de catorze mil setecentos e cinquenta escudos, no que tange aos seguintes moradores: -----

----- Um - Cândido Rocha Oliveira Carvalho Garcia – rés-do-chão - C; -----

----- Dois - Luís Mendes Tavares – primeiro - D; -----

----- Três - Luís Fernando Martins Gonçalves – segundo - C; e -----

----- Quatro- José Manuel Gonçalves Barros – terceiro - A; -----

----- Mais proponho a aprovação da presente proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

66 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL - OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DE FOGOS - ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA - AJUSTE DIRECTO - REPARAÇÃO DE FOGOS DEVOLUTOS EM LAVEIRAS – CP 05.01.03.07.:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Segundo a informação número vinte, de dois mil, Departamento de Habitação, da Divisão de Promoção de Habitação, o fogo sito na Rua Tomás de Lima, número oito, rés-do-chão direito, em Laveiras/Caxias, freguesia de Paço de Arcos, encontra-se devoluto, necessitando de pequenas reparações. -----

----- Por esse facto, solicitou aquela Divisão directamente do empreiteiro de obra pública, “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”, orçamento para a execução dos trabalhos necessários para conferir à habitação em causa as necessárias condições de utilização. -----

----- O orçamento apresentado importa em quatrocentos e vinte e três mil quatrocentos e cinquenta escudos, sendo os preços os praticados no mercado corrente. -----

----- Atendendo à apreciação efectuada pela Divisão de Promoção de Habitação, constante da aludida informação número vinte, de dois mil, Departamento de Habitação, proponho que esta Câmara Municipal delibere: -----

----- - Ajustar directamente com a empresa “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”, de harmonia com o disposto na alínea e), do número dois, do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, por preço global, a execução dos trabalhos constantes do orçamento apresentado pelo empreiteiro e anexos à presente proposta, pela importância de quatrocentos e vinte e três mil quatrocentos e cinquenta escudos, quantia esta que será acrescida da importância correspondente ao IVA, à taxa legal em

vigor – cinco por cento - com um prazo de execução de duas semanas;-----

----- Notificar a empresa, tendo em consideração o estipulado no RJEOP - Regime Jurídico de Empreitadas de Obras Públicas da deliberação tomada, a fim de que preste a caução devida;-----

----- Dispensar contrato escrito, atentas as disposições contidas sobre a matéria no Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho; -----

----- Aprovar a presente proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

67 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL - OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DE FOGOS - ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA - AJUSTE DIRECTO - REPARAÇÃO DE FOGOS DEVOLUTOS EM LAVEIRAS – CP 05.01.03.07.:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Segundo a informação número vinte e um, de dois mil, Departamento de Habitação, da Divisão de Promoção de Habitação, o fogo sito no Largo da Quinta do Jardim, número três, terceiro esquerdo, em Laveiras/Caxias, freguesia de Paço de Arcos, encontra-se devoluto, necessitando de pequenas reparações.-----

----- Por esse facto, solicitou aquela Divisão directamente do empreiteiro de obra pública. “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”, orçamento para a execução dos trabalhos necessários para conferir à habitação em causa as necessárias condições de utilização. -----

----- O orçamento apresentado importa em seiscentos e dois mil seiscentos e sessenta escudos, sendo os preços os praticados no mercado corrente.-----

----- Atendendo à apreciação efectuada pela Divisão de Promoção de Habitação, constante da aludida informação número vinte e um, de dois mil, Departamento de Habitação, proponho que esta Câmara Municipal delibere:-----

----- - Ajustar directamente com a empresa “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”, de harmonia com o disposto na alínea e) do número dois, do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, por preço global, a execução dos trabalhos constantes do orçamento apresentado pelo empreiteiro e anexos à presente proposta, pela importância de seiscentos e dois mil seiscentos e sessenta escudos, quantia esta que será acrescida da importância correspondente ao IVA, à taxa legal em vigor –

cinco por cento - com um prazo de execução de três semanas; -----

----- Notificar a empresa, tendo em consideração o estipulado no RJEOP - Regime Jurídico de Empreitadas de Obras Públicas da deliberação tomada, a fim de que preste a caução devida;-----

----- Dispensar contrato escrito, atentas as disposições contidas sobre a matéria no Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho; -----

----- Aprovar a presente proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

68 - PROGRAMA DO BAIRRO DO POMBAL - REABILITAÇÃO - OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DE FOGOS - ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA - AJUSTE DIRECTO - REPARAÇÃO DE FOGOS DEVOLUTOS NO BAIRRO DO POMBAL, EM OEIRAS) – CP 05.01.03.04.:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Segundo a informação número noventa e cinco, de dois mil, Departamento de Habitação, da Divisão de Promoção de Habitação, o fogo sito na Rua Sousa Tavares, número sete, terceiro esquerdo, no Bairro do Pombal, em Oeiras, encontra-se devoluto, necessitando de pequenas reparações. -----

----- Por esse facto, solicitou aquela Divisão directamente do empreiteiro de obra pública, “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”, orçamento para a execução dos trabalhos necessários para conferir à habitação em causa as necessárias condições de utilização. -----

----- O orçamento apresentado importa em setecentos e nove mil e oitocentos escudos, sendo os preços os praticados no mercado corrente. -----

----- Atendendo à apreciação efectuada pela Divisão de Promoção de Habitação, constante da aludida informação número noventa e cinco, de dois mil, Departamento de Habitação, proponho que esta Câmara Municipal delibere: -----

----- - Ajustar directamente com a empresa “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”, de harmonia com o disposto na alínea e), do número dois, do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, por preço global, a execução dos trabalhos constantes do orçamento apresentado pelo empreiteiro e anexos à presente proposta, pela importância de setecentos e nove mil e oitocentos escudos, quantia esta que será acrescida da importância correspondente ao IVA, à taxa legal em vigor – cinco por

cento - com um prazo de execução de quinze dias;-----

----- Notificar a empresa, tendo em consideração o estipulado no RJEOP - Regime Jurídico de Empreitadas de Obras Públicas da deliberação tomada, a fim de que preste a caução devida;-----

----- Dispensar contrato escrito, atentas as disposições contidas sobre a matéria no Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho; -----

----- Aprovar a presente proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

69 - PROGRAMA DO BAIRRO DO POMBAL - REABILITAÇÃO - OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DE FOGOS - ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA - AJUSTE DIRECTO - REPARAÇÃO DE FOGOS DEVOLUTOS NO BAIRRO DO POMBAL, EM OEIRAS – CP 05.01.03.04.:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Segundo a informação número noventa e quatro, de dois mil, Departamento de Habitação, da Divisão de Promoção de Habitação, o fogo sito na Rua Azeredo Perdigão, número três, rés-do-chão esquerdo, no Bairro do Pombal, em Oeiras, encontra-se devoluto, necessitando de pequenas reparações.-----

----- Por esse facto, solicitou aquela Divisão directamente do empreiteiro de obra pública “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”, orçamento para a execução dos trabalhos necessários para conferir à habitação em causa as necessárias condições de utilização. -----

----- O orçamento apresentado importa em setecentos e noventa e um mil quatrocentos e cinquenta escudos, sendo os preços os praticados no mercado corrente. -----

----- Atendendo à apreciação efectuada pela Divisão de Promoção de Habitação, constante da aludida informação número noventa e quatro, de dois mil, Departamento de Habitação, proponho que esta Câmara Municipal delibere: -----

----- - Ajustar directamente com a empresa “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”, de harmonia com o disposto na alínea e), do número dois, do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, por preço global, a execução dos trabalhos constantes do orçamento apresentado pelo empreiteiro e anexos à presente proposta, pela importância de setecentos e noventa e um mil quatrocentos e cinquenta escudos, quantia esta que será acrescida da importância correspondente ao IVA, à taxa legal em

vigor – cinco por cento - com um prazo de execução de quinze dias; -----

----- Notificar a empresa, tendo em consideração o estipulado no RJEOP - Regime Jurídico de Empreitadas de Obras Públicas da deliberação tomada, a fim de que preste a caução devida;-----

----- Dispensar contrato escrito, atentas as disposições contidas sobre a matéria no Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho; -----

----- Aprovar a presente proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**70 – PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO – COMPARTICIPAÇÃO NO
REALOJAMENTO – ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO ECONÓMICA POR RENÚNCIA AO
REALOJAMENTO AO AGREGADO FAMILIAR DE ANTÓNIO MIRANDA DE SÁ - TALUDE
DE QUEIJAS, Nº. 60 – CP 05.01.09.01.: -----**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação número três mil quatrocentos e sete, de noventa e
nove, do Departamento de Habitação e atendendo à recusa ao direito de realojamento do
agregado familiar de António Miranda de Sá, recenseado no âmbito do PER no número sessenta,
dos Taludes de Queijas, propõe-se:-----

----- Um – A atribuição de uma compensação económica no valor de novecentos e
quarenta e um mil e setecentos escudos, ao munícipe António Miranda de Sá, correspondente a
dez por cento do valor do fogo T Dois, ao qual tinha direito em realojamento e cujo valor fixado
na Portaria oitocentos e vinte e um, de noventa e nove, é de nove milhões quatrocentos e
dezassete mil escudos.-----

----- Dois - A aprovação da proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**71 - PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO – COMPARTICIPAÇÃO NO
REALOJAMENTO – ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO ECONÓMICA POR RENÚNCIA AO
REALOJAMENTO A JOSÉ MENDES VIEIRA TAVARES - ALTO DOS BARRINHOS, N.º. 244**

– CP 05.01.09.01.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com as informações números dois mil e setenta e oito e três mil
quatrocentos e vinte e nove, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A atribuição de uma compensação económica no valor de um milhão de
escudos, ao isolado José Mendes Vieira Tavares, natural de Cabo Verde, nascido a um de Junho
de mil novecentos e cinquenta e cinco, portador da autorização de residência número duzentos e
quarenta e três mil quinhentos e quatro – tipo B, emitida pelo Serviço de Estrangeiros e
Fronteiras, com o número fiscal de contribuinte cento e quarenta e um milhões setecentos e
sessenta e oito mil novecentos e quarenta, por renúncia ao realojamento.-----

----- Dois - A aprovação da proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**72 - PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO – COMPARTICIPAÇÃO NO
REALOJAMENTO – ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO ECONÓMICA POR RENÚNCIA AO
REALOJAMENTO APRESENTADO POR EGUALDINA RODRIGUES FONSECA - ALTO DO
MONTIJO, Nº. 88 – CP 05.01.09.01.: -----**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação número dezasseis, de dois mil, do Departamento de
Habitação, propõe-se:-----

----- Um – A atribuição de uma compensação económica por renúncia ao realojamento à
municípe Egualdina Rodrigues Fonseca, recenseada no âmbito do PER, no número oitenta e oito,
do Alto do Montijo, no valor de seiscentos e oitenta e um mil e oitocentos escudos,
correspondente a dez por cento definido pela Portaria oitocentos e vinte e um, de noventa e nove,
para fogo T Zero, tipologia a que teria direito em realojamento.-----

----- Dois – A demolição do alojamento citado. -----

----- Três – A aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**73 - PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO – COMPARTICIPAÇÃO NO
REALOJAMENTO – ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO ECONÓMICA POR RENÚNCIA AO
REALOJAMENTO APRESENTADO POR CARLA FILIPA SÁ GONÇALVES - TALUDES DE
QUEIJAS, Nº. 40 – CP 05.01.09.01.:** -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação número trinta e nove, de dois mil, do Departamento de
Habitação, propõe-se:-----

----- Um – A atribuição de uma compensação económica por renúncia ao realojamento ao
agregado familiar de Carla Filipa Sá Gonçalves, recenseado no âmbito do PER, no número
quarenta, dos Taludes de Queijas, no valor de um milhão cento e sessenta e três mil e cem
escudos, correspondente a dez por cento definido pela Portaria oitocentos e vinte e um, de
noventa e nove, para fogo T Três, tipologia a que teria direito em realojamento. -----

----- Dois – A demolição do alojamento citado. -----

----- Três – A aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**74 – ATRIBUIÇÃO DE FOGO – Bº. DE S. MARÇAL, AO AGREGADO FAMILIAR DE
EDUARDO SEMEDO FERNANDES: -----**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação três mil trezentos e dezassete, de noventa e nove, do
Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A atribuição do fogo T Três, no Bairro de São Marçal, sito na Rua Alberto
Osório Castro, trinta e quatro, terceiro direito, ao agregado de Eduardo Semedo Fernandes,
residente no Alto dos Barronhos, número duzentos e quarenta e cinco. -----

----- Dois – A fixação mensal da renda no valor de quinze mil cento e sessenta escudos,
com entrada em vigor a um de Fevereiro de dois mil. -----

----- Três – A demolição da respectiva barraca.-----

----- Quatro – A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**75 – ATRIBUIÇÃO DE FOGO T2 AO AGREGADO FAMILAR DE ROSA MARIA GOMES -
ALTO DOS BARRONHOS, 165:-----**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação dois mil setecentos e oitenta e oito, de noventa e nove,
do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A atribuição ao agregado familiar de Rosa Maria Gomes, residente no Alto dos
Barronhos, cento e sessenta e cinco, do fogo T Dois, do Bairro Outurela/Portela, na Avenida dos
Cavaleiros, vinte e dois, terceiro D. -----

----- Dois – A fixação mensal da renda no valor de seis mil cento e oitenta escudos, com
início no mês de Março de dois mil. -----

----- Três – A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

76 - ATRIBUIÇÃO DE FOGO T4 AO AGREGADO FAMILAR DE MARIA CONCEIÇÃO MONTEIRO:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação três mil quatrocentos e seis, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A atribuição do fogo T Quatro, sito no Bairro dos Navegadores, lote dezassete, segundo direito, em Talaíde, ao agregado familiar de Maria da Conceição Monteiro. -----

----- Dois – A fixação mensal da renda no valor de vinte e quatro mil trezentos e sessenta escudos, com entrada em vigor a um de Fevereiro de dois mil. -----

----- Três – A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

77 – ATRIBUIÇÃO EM REGIME DE VENDA DO FOGO T4 NO BAIRRO DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, SITO NA RUA TOMÁS DE LIMA, Nº. 1, 1º. ESQº. - LAVEIRAS/CAXIAS: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “No âmbito do despacho do Senhor Vereador da Habitação, datado de onze de Setembro de noventa e nove, proponho: -----

----- Um – A atribuição do fogo T Quatro, sito no Bairro Doutor Francisco Sá Carneiro, Rua Tomás de Lima, número um, primeiro esquerdo, em Laveiras/Caxias, ao agregado familiar de Américo António Alegre. -----

----- Dois – A atribuição em regime de venda do fogo T Quatro, sito no Bairro Doutor Francisco Sá Carneiro, Rua Tomás de Lima, número um, primeiro esquerdo, em Laveiras, freguesia de Paço de Arcos, ao seu arrendatário Américo António Alegre, pelo preço de onze milhões setecentos e noventa e um mil escudos, correspondente ao valor máximo de venda pela C.M.O. à data da celebração do contrato promessa de compra e venda; todavia, tendo o representante de família comprometido efectuar as obras necessárias às condições de habitabilidade na importância de um milhão duzentos e um mil escudos, segundo informação da Divisão de Promoção de Habitação, quantia esta a descontar no valor da venda. -----

----- Três – Que esta proposta seja aprovada em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

78 - ATRIBUIÇÃO EM REGIME DE VENDA DO FOGO T4 NO Bº. DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, SITO NA RUA TOMÁS DE LIMA, Nº. 3, 1º. DTº. - LAVEIRAS/CAXIAS, AO AGREGADO FAMILIAR DE ISABEL MARIA FONSECA CASTRO RODRIGUES: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “No âmbito do despacho do Senhor Vereador da Habitação, datado de vinte e cinco de Outubro de noventa e nove, proponho:-----

----- Um – A atribuição do fogo T Quatro, sito no Bairro Doutor Francisco Sá Carneiro, Rua Tomás de Lima, número três, primeiro direito, em Laveiras/Caxias, ao agregado familiar de Isabel Maria Fonseca Castro Rodrigues.-----

----- Dois – A atribuição em regime de venda do fogo T Quatro, sito no Bairro Doutor Francisco Sá Carneiro, Rua Tomás de Lima, número três, primeiro andar direito, em Laveiras, freguesia de Paço de Arcos, à sua arrendatária Isabel Maria Fonseca Castro Rodrigues, pelo preço de onze milhões setecentos e noventa e um mil escudos, correspondente ao valor máximo de venda pela C.M.O. à data da celebração do contrato promessa de compra e venda; todavia, tendo o representante de família comprometido efectuar as obras necessárias às condições de habitabilidade na importância de um milhão quatrocentos e trinta mil quatrocentos e quinze escudos, segundo informação da Divisão de Promoção de Habitação, quantia esta a descontar no valor da venda. -----

----- Três – Que esta proposta seja aprovada em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

79 – CONTRATO PROMESSA DE COMPRA E VENDA RELATIVO AO ESTABELECIMENTO DA RUA TOMÁS DE MELO, Nº. 4-A - Bº. ALTO DA LOBA – PAÇO DE ARCOS:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Um – Foi apresentado pelo Senhor Luís Filipe Santos Martins um pedido de resolução do Contrato de Compra e Venda celebrado com a Câmara Municipal de Oeiras e relativo ao estabelecimento comercial sito na Rua Tomás de Melo, número quatro-A, Alto da Loba, motivado pelo facto de, até à data, esta Câmara não ter ainda realizado a competente escritura, invocando assim, o promitente comprador perda de interesse no negócio. -----

----- Dois – No sentido de negociar as condições de tal resolução contratual, foi proposto ao referido promitente comprador a devolução, pela Câmara Municipal de Oeiras, do montante correspondente ao sinal e reforços de sinal entregues em dobro, no valor de quatro milhões duzentos e sessenta e seis mil quatrocentos e oitenta e cinco escudos. -----

----- Acresce ainda o valor das benfeitorias úteis efectuadas, no montante de quatrocentos e cinquenta e cinco mil seiscientos e cinquenta escudos. -----

----- Três – Foi pelo referido promitente comprador aceite a proposta acima referida. -----

----- Quatro – Nesta conformidade, proponho que seja aceite a resolução do contrato promessa de compra e venda referente ao estabelecimento sito na Rua Tomás de Melo, número quatro-A, Alto da Loba e apresentado pelo Senhor Luís Filipe Santos Martins e que ao mesmo seja liquidada a quantia de quatro milhões setecentos e vinte e dois mil cento e trinta e cinco escudos.-----

----- Cinco – Que esta proposta seja aprovada em minuta.”-----

----- II – Intervindo, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** argumentou que a proposta trata de uma resolução de contrato de compra e venda entre um município e a Câmara de Oeiras,

na qual é dito que o comprador perdeu o interesse no negócio porque a Câmara não fez em tempo útil a escritura do estabelecimento comercial, pelo que gostaria de ser informado melhor sobre o assunto, retorquindo o **Senhor Presidente** que tal não pôde ser feito porque os fogos foram vendidos sem ter sido definida a propriedade horizontal ao nível do rés-do-chão e os condóminos desses rés-do-chão que já residem lá opuseram-se à alteração da constituição da propriedade horizontal, o que significa que a Câmara não pode vender, só pode alugar aqueles espaços. -----

-----III - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**80 – PROGRAMA DA PORTELA DE CARNAXIDE – 303 FOGOS – OBRAS DE
CONSTRUÇÃO DE FOGOS – RECUPERAÇÃO DO MOINHO VELHO, NA AV^a. DOS
CAVALEIROS – CARNAXIDE - 1^a. FASE – CP 05.01.02.03.: -----**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação cento e dezoito, de dois mil, do Departamento de
Habitação, propõe-se:-----

----- Um – O pagamento do auto de medição número cinco B, de trabalhos a mais, no
valor de trinta e nove milhões setecentos mil trezentos e nove escudos, à firma Edificadora Luz e
Alves, referente ao mês de Novembro de mil novecentos e noventa e nove.-----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

81 – PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DE FOGOS – ADJUDICAÇÃO RELATIVA À REPARAÇÃO DO FOGO DEVOLUTO NA RUA INFANTE SANTO, 24, 3º. E – CP 05.01.03.07.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação cento e onze, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um - A adjudicação dos trabalhos referidos em epígrafe, no número vinte e quatro, terceiro E, da Rua Infante Santo, no valor de setecentos e cinquenta e cinco mil e setecentos escudos, à firma “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”, com a conclusão prevista no prezo de duas semanas. -----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

82 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO - AUTO DE MEDIÇÃO ÚNICO - REPARAÇÃO DE 1 FOGO DEVOLUTO NA QTª. DA POLITEIRA, SITO NO LARGO NUNO GONÇALVES, N.º 8, 1.º. DT.º. – CP 05.01.03.07.:

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação três mil trezentos e catorze, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um - O pagamento do auto de medição único no valor de seiscentos e nove mil setecentos e trinta e cinco escudos, à firma “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”.-

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

83 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL – OBRA DE BENEFICIAÇÃO DE FOGOS - AUTO DE MEDIÇÃO ÚNICO - REPARAÇÃO DE 2 FOGOS DEVOLUTOS NA QTª. DA POLITEIRA, SITOS NO LARGO ANTÓNIO SOARES, Nº. 13, 2º. DTº. E Nº. 12, R/C DTº. – CP 05.01.03.07.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação três mil trezentos e quinze, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um - O pagamento do auto de medição único, no valor de seiscentos e vinte mil quinhentos e cinquenta escudos, à firma “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”. ----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

84 – PROGRAMA DA QUINTA DA POLITEIRA – 160 FOGOS – OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE FOGOS – AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 2 – TRABALHOS CONTRATUAIS – SITUAÇÃO DE DEZEMBRO/99 – CP 05.01.02.01.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação três mil quatrocentos e quarenta e um, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um - O pagamento à firma Canas Correia, Sociedade Anónima, do auto de medição número dois (trabalhos contratuais), no valor de dois milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil e vinte e um escudos. -----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

85 – PROGRAMA DA QUINTA DA POLITEIRA – 160 FOGOS – OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE AEI (RENOVAÇÃO URBANA) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 10 – TRABALHOS CONTRATUAIS – SITUAÇÃO DE DEZEMBRO/99 – CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO – PARQUE URBANO DA QUINTA DA POLITEIRA – CP 05.04.02.03.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação três mil quatrocentos e quarenta, de mil novecentos e noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um - O pagamento do auto de medição número dez, (trabalhos contratuais) no valor de um milhão cento e trinta e quatro mil escudos, à firma Andral, Limitada.-----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**86 – PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL – ADJUDICAÇÃO
RELATIVA À EXECUÇÃO DE MELHORIAS NA ESCADA DO LOTE 8, NA AV.ª DOS
CAVALEIROS – PORTELA DE CARNAXIDE – CP 05.01.03.07.:-----**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação cento e catorze, de dois mil, do Departamento de
Habitação, propõe-se:-----

----- Um – A adjudicação dos trabalhos referidos em epígrafe, no valor de setecentos e
oitenta mil duzentos e quatro escudos, à firma Edificadora Luz e Alves, com conclusão prevista
no prazo de duas semanas. -----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

87 – PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DE FOGOS – ADJUDICAÇÃO RELATIVA À EXECUÇÃO DE MELHORIAS NA ESCADA DO LOTE 9, NA AV.ª DOS CAVALEIROS – PORTELA DE CARNAXIDE – CP

05.01.03.07.:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação cento e doze, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um - A adjudicação dos trabalhos referidos em epígrafe no lote nove, da Avenida dos Cavaleiros, no valor de setecentos e oitenta mil duzentos e quatro escudos, à firma Edificadora Luz e Alves, com conclusão prevista no prazo de duas semanas.-----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

88 – PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DE FOGOS – ADJUDICAÇÃO RELATIVA À REPARAÇÃO DO FOGO Nº 12 B SITO NA RUA PROJECTADA À AV.ª DOS CAVALEIROS – PORTELA DE CARNAXIDE – CP 05.01.03.07.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação cento e dez, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um – A adjudicação dos trabalhos referidos em epígrafe no número doze B da Rua Projectada da Avenida dos Cavaleiros, no valor de novecentos e noventa e seis mil duzentos e oitenta e quatro escudos, à firma Edificadora Luz e Alves, com conclusão prevista no prazo de duas semanas.-----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

89 – PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DE FOGOS – ADJUDICAÇÃO RELATIVA À REPARAÇÃO DO FOGO DEVOLUTO DA AV.ª DOS CAVALEIROS, Nº 22, 3º D – PORTELA DE CARNAXIDE – CP 05.01.03.07.:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação cento e nove, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um – A adjudicação dos trabalhos referidos em epígrafe no número vinte e dois, terceiro D, da Avenida dos Cavaleiros, no valor de quatrocentos e quarenta e dois mil quatrocentos e cinquenta escudos, à firma “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”, com conclusão prevista no prazo de duas semanas.-----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

90 – PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DE FOGOS – ADJUDICAÇÃO RELATIVA À REPARAÇÃO DO FOGO Nº 27 A – 1º, SITO NA AV.ª DOS CAVALEIROS – PORTELA DE CARNAXIDE – CP 05.01.03.07.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor vereador David Justino:-----

----- “De acordo com a informação cento e treze, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um – A adjudicação dos trabalhos referidos em epígrafe, no valor de novecentos e oitenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e sete escudos, à firma Edificadora Luz e Alves, com conclusão prevista no prazo de duas semanas.-----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

91 - PROGRAMA DA PORTELA DE CARNAXIDE – 303 FOGOS – OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE FOGOS – AUTO DE MEDIÇÃO Nº 7 I – TRABALHOS NORMAIS DE INFRA-ESTRUTURAS – CP 05.01.02.03.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação cento e dezasseis, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um – O pagamento do auto de medição número sete I (trabalhos normais de infra-estruturas), no valor de doze milhões quatrocentos e setenta e três mil duzentos e sessenta e cinco escudos, à firma Edificadora Luz e Alves, referente ao mês de Novembro de mil novecentos e noventa e nove. -----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**92 – PROGRAMA DA PORTELA DE CARNAXIDE – 303 FOGOS – OBRAS DE
CONSTRUÇÃO DE FOGOS – AUTO DE MEDIÇÃO Nº 19 – TRABALHOS NORMAIS – CP**

05.01.02.03.:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação cento e dezassete, de dois mil, do Departamento de
Habitação, propõe-se:-----

----- Um – O pagamento do auto de medição número dezanove (trabalhos normais), no
valor de quarenta e oito milhões setecentos e sessenta e sete mil cento e oitenta e sete escudos, à
firma Edificadora Luz e Alves, referente ao mês de Novembro de mil novecentos e noventa e
nove. -----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

93 – ARRANJOS EXTERIORES E INFRA-ESTRUTURAS DOS 66 FOGOS DA RIBEIRA DA LAGE – AUTO DE MEDIÇÃO Nº 8 – SITUAÇÃO DE NOVEMBRO DE 1999 – CP 05.01.03.03.: -

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação cento e vinte e dois, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um – O pagamento do auto de medição número oito, Novembro de mil novecentos e noventa e nove, referente às infra-estruturas e arranjos exteriores, no valor de dois milhões oitocentos e cinquenta e dois mil novecentos e oitenta e três escudos, à firma Edifer, Sociedade Anónima. - -----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

94 – AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS Nº 8 – SITUAÇÃO DE NOVEMBRO DE 1999 DA RIBEIRA DA LAGE – RENOVAÇÃO URBANA – CP 05.01.03.03.:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação cento e vinte, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um – O pagamento do auto de revisão de preços número oito, referente à construção de cento e sessenta e seis fogos da Ribeira da Lage, no valor de um milhão oitocentos e sete mil cento e dezasseis escudos, à firma Edifer, Sociedade Anónima. -----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

95 – ARRANJOS EXTERIORES E INFRA-ESTRUTURAS DOS 100 FOGOS DA RIBEIRA DA LAGE – AUTO DE MEDIÇÃO Nº 9 – SITUAÇÃO DE NOVEMBRO DE 1999 – RENOVAÇÃO URBANA – CP 05.01.03.03.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação cento e vinte e um, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um – O pagamento do auto de medição número nove, Novembro de mil novecentos e noventa e nove, referente às infra-estruturas e arranjos exteriores, no valor de sete milhões duzentos e dois mil duzentos e setenta e um escudos, à firma Edifer, Sociedade Anónima. -----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

96 – APROVAÇÃO DOS TRABALHOS A MAIS, A MENOS E IMPREVISTOS DO PROGRAMA DA RIBEIRA DA LAGE – FECHO FINAL DE CONTAS – RENOVAÇÃO URBANA – CP 05.01.03.03.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação cento e vinte e três, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um – A aprovação dos trabalhos a mais, a menos e imprevistos, num total de catorze milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e nove escudos, acrescido de IVA e revisão de preços, conforme listagem junta ao processo. -----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

97 – APROVAÇÃO DO PROJECTO E LANÇAMENTO DE CONCURSO LIMITADO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO PARA OS ARRANJOS EXTERIORES DO BAIRRO DA LAGE – CP 05.04.02.16.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Englobado no processo de Ordenamento e Recuperação do Bairro da Lage, encontra-se a proposta de arranjos exteriores entre a Igreja e a entrada do Bairro. -----

----- Os presentes projectos de execução permitirão continuar a dar forma à zona central do Bairro, sendo este um factor extremamente estimulante e positivo para o processo de recuperação. -----

----- Face ao acima exposto, propõe-se: -----

----- - Que a Câmara aprove os projectos de execução dos arranjos exteriores do Bairro da Lage. -----

----- - Que aprove o lançamento de concurso limitado sem publicação de anúncio, estimando-se que a obra custe quinze milhões e quinhentos mil escudos e com um prazo de execução de noventa dias.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

98 – ADJUDICAÇÃO DA IMPRESSÃO DA REVISTA “OEIRAS MUNICIPAL” PARA O ANO 2000 – CP 11.01.07.03.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Através do processo apenso, número cinquenta e quatro, de noventa e nove, convidaram-se as empresas Tipografia Peres, Palma Artes Gráficas, Gráfica Europam e Sogapal, Comércio e Indústria de Artes Gráficas, Limitada, a apresentarem orçamento para a execução de quatro edições da publicação supracitada, no ano corrente. -----

----- Todas as empresas consultadas, à priori, reuniam os quesitos necessários e suficientes para executar a publicação nas condições requeridas e, na reunião de negociação conjunta, subjacente, ficou claro da necessidade de cumprimento estrito de prazos, das penalizações contratuais previstas e do fornecimento atempado do respectivo suporte informático para introdução na Internet.-----

----- Assim sendo e porque se mantêm inalterados os pressupostos que levaram à edição periódica desta revista, propõe-se que seja adjudicada pelo mais baixo preço apresentado, ou seja, a proposta da empresa Europam, pelo valor de onze milhões trezentos e cinquenta mil escudos, valor a acrescer eventualmente de IVA. -----

----- Mais se propõe a aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

99 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA PISCINA E POLIDESPORTIVO NA OUTURELA

– AUTO DE MEDIÇÃO Nº 3 – CP 02.02.02.05.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com o parecer da fiscalização, foram analisados os trabalhos da empreitada “Construção da Piscina e Polidesportivo – Outurela”, realizados pela firma Alberto Martins de Mesquita & Filhos, Limitada, no valor de vinte milhões vinte e cinco mil e cinquenta e três escudos, mais IVA, à taxa legal em vigor, pelo que se propõe o seu pagamento.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

100 – PROJECTO DE ENQUADRAMENTO E RECUPERAÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO LOCALIZADO NO LARGO AVIÃO LUSITÂNIA, EM OEIRAS, PARA IMPLANTAÇÃO DA ESTÁTUA DE HOMENAGEM AO MAESTRO CÉSAR BATALHA: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No âmbito da homenagem ao Maestro César Batalha a localizar no Largo Avião Lusitânia em Oeiras, foi elaborado o projecto de execução que visa a implantação da estátua e recuperação do espaço público envolvente. -----

----- Para a execução desta obra, estima-se um custo de cerca de dois milhões vinte e sete mil trezentos e sessenta e cinco escudos, abrangendo trabalhos de modelação, repavimentação, construção civil e cantaria. -----

----- Nesta conformidade, propõe-se a aprovação do projecto de execução agora apresentado, por forma a iniciar-se a obra.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

101 – CEDÊNCIA DE TERRENO – CASA DOS PRÍNCIPES:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Através dos requerimentos números dez mil trezentos e cinquenta e oito-PV/noventa e nove e dez mil trezentos e cinquenta e nove-PV/noventa e nove, de cinco de Novembro, vem a Firma Casa dos Príncipes-Investimentos Imobiliários, Limitada, titular dos processos números cinco mil duzentos e noventa e um-PB/noventa e oito e cinco mil duzentos e noventa-PB/noventa e oito, solicitar autorização para efectivação das cedências dos terrenos previstos nos referidos processos. -----

----- Assim e de harmonia com o disposto na alínea h), do número um, do artigo sexagésimo quarto, da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, proponho que seja aceite por esta Câmara Municipal a cedência de terrenos com a área de trezentos e oitenta e quatro vírgula quarenta e cinco metros quadrados, destinada a integrar os bens do domínio privado do Município.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

102 – PROCESSO DE NOTIFICAÇÃO Nº 234/96 – DESPEJO SUMÁRIO DA ARRECADAÇÃO AFECTA AO 5º ESQUERDO/FRENTE, DO Nº 10, DA RUA PORTO ALEGRE, EM OEIRAS:----

----- I – O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Considerando que a arrecadação afecta à fracção autónoma correspondente ao quinto esquerdo/frente do número dez, da Rua de Porto Alegre, em Oeiras, tem vindo a ser utilizada como habitação depois de ter sido transformada; -----

----- Considerando que, após várias notificações para utilizar a arrecadação de acordo com a respectiva licença, sob pena de despejo sumário nos termos do artigo centésimo sexagésimo quinto, do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, o proprietário da mesma continuou a utilizar o espaço em desconformidade; -----

----- Verificando-se que, até à presente data e, não obstante ter-se concedido audiência ao interessado, nos termos do artigo centésimo e seguintes, do Código do Procedimento Administrativo, não foram tomadas pelo notificado quaisquer medidas tendentes à resolução do problema e não cumpriu a última notificação de vinte e dois de Novembro de noventa e nove;----

----- Dispondo o artigo centésimo sexagésimo quinto, do Regulamento Geral Edificações Urbanas que, “As Câmaras Municipais poderão ordenar a demolição, bem como o despejo sumário dos inquilinos e demais ocupantes das edificações utilizadas sem as respectivas licenças ou em desconformidade com elas”, propõe-se: -----

----- Um - Que a Câmara Municipal delibere, nos termos da disposição legal supracitada e atentos os factos suprareferidos, o despejo sumário da arrecadação afecta à fracção autónoma correspondente ao quinto esquerdo/frente, da Rua de Porto Alegre, número dez, em Oeiras.-----

----- Dois - Que a Câmara delibere aprovar esta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

103 – PARTICIPAÇÃO NA BOLSA DE TURISMO DE LISBOA – EXECUÇÃO DO STAND DA CMO – CP 08.01.07.12.: -----

----- I – O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “A Câmara Municipal de Oeiras participa na Bolsa de Turismo de Lisboa Dois Mil, que se realizará de dezanove a vinte e três de Janeiro. -----

----- Tendo em vista a necessidade de garantir uma cuidada participação a nível da imagem e “layout” do nosso stand e considerando a importância deste evento a nível nacional, foram solicitadas propostas e cotações a três empresas, especialistas neste tipo de projectos, por forma a averiguar da sua capacidade para efectuar com competência e profissionalismo o respectivo serviço: -----

----- - Expografe – Exposições e Artes Gráficas – dois milhões duzentos e oitenta e cinco mil cento e cinquenta e seis escudos (com IVA); -----

----- - Central Prod – Produção Gráfica – (apresentou maquete mas até à data não apresentou o valor); -----

----- - Estrelas de Papel – Edições e Artigos de Papelaria – dois milhões setenta mil e novecentos escudos (com IVA). -----

----- Assim e depois de cuidada avaliação das propostas, tendo em atenção o tempo de decisão e execução deste trabalho, as dúvidas quanto ao real impacto da proposta das Estrelas de Papel, às necessidades imediatas e aos objectivos da CMO para o Turismo de Oeiras e porque a Expografe tem experiência, tendo sido quem construiu o nosso stand na última participação da CMO na BTL, propõe-se: -----

----- - Que a Câmara delibere aprovar, por ajuste directo, à empresa Expografe – Exposições e Artes Gráficas, Limitada, o serviço de execução do stand da CMO na BTL Dois Mil, pelo montante de dois milhões duzentos e oitenta e cinco mil cento e cinquenta e seis

escudos, com IVA incluído, ao abrigo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, artigos octogésimo primeiro e octogésimo sexto, ponto um, da alínea d), respectivamente. -----

----- Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

104 – ESTUDO DE VIABILIDADE TENDO EM CONTA A EVENTUAL CONSTITUIÇÃO DE UMA EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS SÓCIO-CULTURAIS:-----

----- I – O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

----- “O volume de equipamentos desportivos que estão sob gestão municipal aconselham a que se reflita com cuidado sobre o melhor modelo de intervenção que garanta um adequado retorno social e desportivo dos investimentos realizados e ao mesmo tempo reduza na medida do possível a despesa pública com a sua manutenção. -----

----- A conclusão próxima de mais duas piscinas (cobertura da piscina de Barcarena e nova da Outurela) renovam a urgência em estudar este problema. -----

----- Por outro lado, o elevado número de equipamentos sócio-culturais que a Câmara já gere, aconselha também a que sejam vistos numa lógica integrada de gestão de equipamentos municipais.-----

----- A recente regulamentação de criação de empresas municipais e a experiência de outros municípios justificam a nosso ver, que a Câmara Municipal de Oeiras estude a possibilidade de criação de um modelo daquele tipo para a gestão de todos os equipamentos sócio-culturais. -----

----- Assim sendo, propõe-se que:-----

----- a) A Câmara Municipal de Oeiras encomende um estudo de viabilidade económico-financeira, tendo em conta a eventual constituição de uma empresa municipal de gestão de equipamentos.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

105 – PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES EM REGIME DE COMODATO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS E O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE N.ª. SR.ª. DA CONCEIÇÃO DE OUTURELA:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Submete-se para apreciação do Executivo Camarário minuta de protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Oeiras e o Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição de Outurela, relativo a cedência de instalações destinadas a Creche, Jardim de Infância e ATL, o qual a seguir se transcreve: -----

----- Protocolo de Cedência de Instalações em Regime de -----

----- Comodato entre a Câmara Municipal de Oeiras e o -----

----- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Conceição de Outurela-----

A criação de equipamento dirigido à infância é uma necessidade do Concelho no âmbito de um programa integrado de inserção e desenvolvimento social das populações envolvidas. Neste sentido, a CMO tem vindo a efectuar esforços no sentido de alargamento de valências de apoio a este grupo etário e a todas as áreas que revelem maiores carências.-----

Tendo em vista os processos de realojamento em curso, pretende-se facilitar a criação de estruturas sociais adequadas, procurando-se levar a cabo um programa de inserção social das populações locais envolvidas associando à construção dos novos empreendimentos municipais, políticas de acção social activas que possam contribuir para a elevação social das famílias.-----

Tendo em conta o antecedente e atendendo ainda o interesse em incrementar a intervenção da autarquia na área da infância parece, assim, existirem condições para a celebração do presente protocolo:- -----

O Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição possui conhecimentos e treino de trabalho de acção social. -----

Entre -----

O Município de Oeiras, pessoa colectiva de direito público número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, neste acto representado pelo seu Presidente, Doutor Isaltino Afonso Morais, como primeiro outorgante; -----

E -----

O Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Conceição de Outurela, pessoa colectiva número quinhentos milhões oitocentos e quarenta e nove mil quatrocentos e oitenta, representado por Padre Manuel Martins, portador do Bilhete de Identidade número trezentos e noventa e três mil novecentos e dezanove, emitido em dezassete de Novembro de oitenta e três, como segundo outorgante, celebra-se o presente protocolo, que se regerá pelas seguintes cláusulas:-----

-----Primeira-----

O Município de Oeiras é dono e legítimo proprietário dos espaços construídos que ficam afectos a este protocolo, sitos na Alameda João Meneses, números dois, quatro, seis, oito, oito A e dez, no Bairro de São Marçal, destinados a creche, jardim de infância e ATL, sendo a área bruta de jardim de infância e creche de oitocentos e oitenta e cinco metros quadrados e ATL de duzentos e dezasseis metros quadrados.-----

-----Segunda-----

O primeiro outorgante cede ao segundo outorgante em regime de comodato durante o período de dois anos tacitamente renovado, se não for denunciado por nenhuma das partes com a antecedência mínima de seis meses, os espaços identificados na cláusula primeira e que terão os seguintes fins: -----

Creche -----

Jardim de Infância -----

ATL. -----



-----Terceira-----

A lotação dos referidos equipamentos é de quarenta e cinco utentes para Creche e setenta e cinco utentes para Jardim de Infância, sendo a dotação do ATL a definir oportunamente.-----

-----Quarta-----

As obras de conservação decorrentes do uso do espaço interior ora cedido em regime de comodato e durante a vigência deste são da responsabilidade do segundo outorgante que assume a obrigação de entregar os espaços no fim do presente comodato em boas condições de manutenção.-----

-----Quinta -----

A CMO reserva-se o direito de prescindir o presente protocolo a qualquer tempo caso o espaço cedido venha a ser utilizado para fins diversos do convencionado.-----

-----Sexta-----

A gestão e manutenção destas instalações, bem como as despesas decorrentes da sua ocupação, tais como as relativas ao consumo de água, electricidade e telefone, são da exclusiva responsabilidade do segundo outorgante.-----

-----Sétima -----

A comparticipação financeira nos encargos para funcionamento das actividades previstas, a decorrer nos espaços que são matéria deste protocolo, será determinada por acordos de cooperação a estabelecer entre o segundo outorgante e as entidades com capacidades específicas para o serviço às populações mais carenciadas, poderá ser ainda incrementado a cooperação de entidades privadas tanto individuais como empresariais, no âmbito da Lei do mecenato social. ---

-----Oitava-----

As dúvidas resultantes da interpretação ou execução do presente protocolo, os casos omissos e os litígios decorrentes da implementação do mesmo, serão resolvidos por acordo entre as entidades signatárias. -----

-----Nona-----

O presente protocolo entra em vigor a partir da data da sua assinatura e manter-se-á pelo prazo de dois anos, se não for denunciado por nenhuma das partes, com a antecedência mínima de um ano.-----

As partes aceitam o presente protocolo e obrigam-se ao seu total cumprimento. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Afonso Morais -----

O Presidente da Direcção Centro Social Paroquial Nossa Senhora do Cabo, Pároco Manuel Martins.” -- -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

106 – ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À LIGA DOS COMBATENTES

– NÚCLEO DE OEIRAS – CP 03.04.13.05.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Um – Introdução-----

----- A Liga dos Combatentes é uma Instituição de Utilidade Pública que tem por objectivo a protecção social, dirigidas, aos combatentes e viúvas carenciadas dos mesmos, residentes no Concelho de Oeiras.-----

----- Dois – Proposta -----

----- Assim, propõe-se:-----

----- Dois.um – A atribuição de uma comparticipação financeira no valor de setenta e cinco mil escudos, à Liga dos Combatentes – Núcleo de Oeiras, como forma de contribuição nas despesas inerentes aos serviços que presta; -----

----- Dois.dois – Cabimento contabilístico;-----

----- Dois.três – Pagamento sequente; -----

----- Dois.quatro – Comunicação à Instituição; -----

----- Dois.cinco – Aprovação em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**107 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE CARNAXIDE PARA
FUNCIONAMENTO DOS INFANTÁRIOS – CP 03.01.13.04.:-----**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No âmbito do protocolo assinado para transferência dos estabelecimentos de infância sob suporte das Juntas de Freguesia, submete-se à consideração do Executivo a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Carnaxide, no montante de dois milhões oitocentos e sessenta e nove mil oitocentos e dois escudos e relativo ao mês de Dezembro.-----

----- Este quantitativo corresponde aos encargos a suportar pela Câmara e que decorrem da diferença entre os encargos mensais com o pessoal dos estabelecimentos do Jardim de Infância e Creche “Primeiro de Maio” e o ATL - Actividades de Tempos Livres “Arco Íris” e o quantitativo recebido da IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, pela Junta de Freguesia.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

108 – APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES – CP 01.02.13.05.: ----

----- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

----- “Um - Introdução -----

----- Através do Programa da Rede das Bibliotecas Escolares, de iniciativa do Ministério da Educação e em colaboração com a Autarquia, têm vindo a ser instaladas bibliotecas em escolas do primeiro ciclo. -----

----- Encontram-se já em pleno funcionamento seis bibliotecas em escolas deste nível de ensino: EB Um Outurela/Portela, EB Um, Dois, Três Sophia de Mello Breyner, EB Um Linda-a-Velha número um, EB Um Sylvia Philips, EB Um Paço de Arcos número quatro e EB Um Algés número um. -----

----- Dois – Proposta -----

----- Face à importância da existência deste recurso na escola, que tem vindo a ser apoiado tecnicamente pela Biblioteca Municipal, propõe-se:-----

----- Dois.um - A concessão dos seguintes apoios financeiros como apoio à manutenção e funcionamento das bibliotecas escolares:-----

----- Dois.um.um – EB Um Outurela/Portela: cem mil escudos; -----

----- Dois.um.dois – EB Um, Dois, Três Sophia de Mello Breyner: cem mil escudos; -----

----- Dois.um.três – EB Um Linda-a-Velha número um: cem mil escudos; -----

----- Dois.um.quatro – EB Um Sylvia Philips: cem mil escudos; -----

----- Dois.um.cinco – EB Um Paço de Arcos número quatro: cem mil escudos;-----

----- Dois.um.seis – EB Um Algés número um: cem mil escudos;-----

----- Dois.dois - Cabimento contabilístico no valor de seiscentos mil escudos. -----

----- Dois.três - Pagamento sequente. -----

----- Dois.quatro - Comunicação.-----

-----Dois.cinco – Aprovação em minuta.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

109 – APOIO AO CLUBE DO MAR COSTA DO SOL – CP 01.05.13.17.: -----

----- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

----- “Um – Introdução-----

----- No âmbito das actividades relacionadas com a preparação da Expo Noventa e Oito, foram criados “Clubes do Mar” em escolas de todo o país, de que é exemplo o Clube do Mar Costa do Sol, com o qual a Câmara estabeleceu um protocolo de colaboração. -----

----- Terminado o período de realização da Expo Noventa e Oito, as actividades desenvolvidas pelo Clube repartem-se pela Escola Básica Dois, Três Conde de Oeiras e Escola Secundária de Linda-a-Velha. -----

----- A continuação do projecto é, a todos os títulos, meritória pela dimensão e alcance das actividades desenvolvidas, prestigiando o próprio Concelho. -----

----- O protocolo estabelecido prevê a prestação de apoios de natureza logística e de um apoio financeiro anual. Este apoio, de carácter global, é definido em função da apresentação do relatório das acções realizadas no ano lectivo anterior e do plano de actividades a desenvolver. ---

----- Serão ainda objecto de análise projectos que pela sua dimensão e relevância justifiquem um apoio específico. -----

----- Dois – Proposta -----

----- Assim, proponho: -----

----- Dois.um - A concessão dos seguintes apoios financeiros às duas escolas: -----

----- Dois.um.um - Escola Básica Dois, Três Conde de Oeiras: quinhentos mil escudos; ---

----- Dois.um.dois - Escola Secundária de Linda-a-Velha: quinhentos mil escudos; -----

----- Dois.dois - Cabimento contabilístico no valor de um milhão de escudos. -----

----- Dois.três - Pagamento sequente. -----

----- Dois.quatro - Comunicação às escolas. -----

-----Dois.cinco - Aprovação em minuta.”-----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

110 – BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS CARENCIADOS DO ENSINO SUPERIOR – CP

01.05.13.14.:-----

----- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

----- “Um – Introdução-----

----- Em reunião realizada em vinte e dois de Dezembro de noventa e nove, aprovou o Executivo Camarário a lista definitiva dos candidatos contemplados com a atribuição de bolsa de estudo, bem como o processamento dos pagamentos referentes ao período de um de Outubro a trinta e um de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove. -----

----- Dois – Proposta -----

----- Dando sequência ao processo, proponho: -----

----- Dois.um - Disponibilização da verba para pagamento das vinte e cinco bolsas correspondente ao período de um de Janeiro a trinta e um de Julho de dois mil, no valor de três milhões cento e cinquenta mil escudos.-----

----- Dois.dois - Cabimento contabilístico para esta importância. -----

----- Dois.três - Pagamento aos contemplados. -----

----- Dois.quatro - Aprovação em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**111 - ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO COM A COOPERATIVA DE HABITAÇÃO
ECONÓMICA DE PAÇO DE ARCOS – CP 10.01.13.01.: -----**

----- I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Na sua reunião ordinária realizada em dez de Setembro de mil novecentos e noventa e sete, esta Câmara Municipal deliberou aprovar a alteração da cláusula quinta do protocolo com a Cooperativa de Habitação Económica de Paço de Arcos, tendo em vista a manutenção dos espaços verdes envolventes da referida Cooperativa tendo esta passado a receber, mensalmente, um subsídio no montante de cento e cinquenta mil escudos. -----

----- A Direcção da Cooperativa CHEPA alega que o subsídio que a CMO lhe atribui não é suficiente para manter os espaços verdes com a qualidade desejada. -----

----- Atendendo a que o subsídio pago é de cerca de vinte e cinco escudos por metro quadrado e comparando este valor com o valor médio que a CMO está a pagar a empresas da especialidade, cerca de trinta - trinta cinco escudos por metro quadrado, pode-se concluir que o subsídio pago está um pouco abaixo deste valor, pelo que se admite a revisão do mesmo, passando a ser de duzentos mil escudos.-----

----- Em face do que antecede, proponho:-----

----- - A aprovação do aumento do subsídio mensal a atribuir à Cooperativa de Habitação Económica de Paço de Arcos, de cento e cinquenta mil escudos para duzentos mil escudos a partir do mês de Janeiro de dois mil. -----

----- - A aprovação da alteração à cláusula quinta do referido protocolo, passando a ter a seguinte redacção:-----

----- “A CMO atribuirá mensalmente, a partir do mês de Janeiro de dois mil, um subsídio no montante de duzentos mil escudos ao segundo outorgante, destinado à manutenção dos espaços referidos na cláusula primeira.”-----

----- A comunicação da presente deliberação à referida Cooperativa. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**112 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À SOCIEDADE MUSICAL SIMPATIA E GRATIDÃO –
PORTELA ATLÉTICO CLUBE – CP 02.01.09.01.:-----**

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “As obras levadas a efeito na sede social da associação designada em epígrafe, para além do acompanhamento por técnicos desta Autarquia, têm sido suportadas mediante a atribuição de um subsídio, repartido por três tranches, dos quais foram já concedidos dois, conforme deliberação tomada na reunião deste órgão executivo do dia dez de Novembro do ano transacto, ponto quarenta e dois. -----

----- Pela informação mil trezentos e vinte, de noventa e nove, da Divisão de Administração Directa, refere a Técnica da Divisão de Administração Directa, que acompanha a citada obra, que os trabalhos estão na fase final, faltando alguns acabamentos, sugerindo o pagamento da terceira e última tranche. -----

----- Em face do que antecede e tendo concordado com o exposto, proponho: -----

----- - Atribuição de um subsídio no valor de dois milhões cento e cinquenta mil escudos, correspondente à terceira e última tranche, à Sociedade Musical Simpatia e Gratidão - Portela Atlético Clube; -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

113 – Pº 178-DIM/DEIM/99 – REORDENAMENTO DO CRUZAMENTO DA ALAMEDA ANTÓNIO SÉRGIO/AV.º 25 DE ABRIL/RUA ALEXANDRE HERCULANO – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º E ÚLTIMO AUTO DE MEDIÇÃO – CP 09.01.03.33.:-----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o terceiro e último auto de medição de trabalhos, da empreitada designada em epígrafe, no montante de cinco milhões quinhentos e catorze mil novecentos e setenta e seis escudos, o qual corresponde a: -----

----- - Trabalhos previstos – dois milhões setecentos e dezasseis mil setecentos e quatro escudos;-----

----- - Trabalhos a mais de natureza prevista – novecentos e oito mil cento e cinquenta e três escudos; -----

----- - Trabalhos a mais de natureza não prevista – um milhão oitocentos e noventa mil cento e dezanove escudos. -----

----- Segundo a informação número dois, de dois mil, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, os trabalhos a mais de natureza prevista resultaram do facto de terem sido ultrapassadas as quantidades previstas para: -----

----- -Execução de camada granular com características de sub-base, em agregado britado de granulometria extensa;-----

----- -Execução de camada de mistura betuminosa a quente na regularização e/ou reperfilagem de pavimentos existentes (em mistura betuminosa densa); -----

----- - Trabalhos especiais de pavimentação, remoção de pavimentos, ilhéus e passeios existentes, com a profundidade necessária à colocação do pavimento; -----

----- - Drenagem: alteamento de caixas de visita. -----

----- A firma Alves Ribeiro apresentou proposta de preços para trabalhos a mais de

natureza não prevista que surgiram durante a execução da empreitada, os mesmos consideram-se aceitáveis, sendo o montante de um milhão oitocentos e noventa mil cento e dezanove escudos. -

-----Ainda segundo a mesma informação número dois, de dois mil, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- Aprovação dos preços unitários;-----

----- Aprovação dos trabalhos a mais no valor de dois milhões setecentos e noventa e oito mil duzentos e setenta e dois escudos; -----

----- Aprovação do auto no valor de cinco milhões setecentos e noventa mil setecentos e vinte e cinco escudos, o qual inclui a importância de duzentos e setenta e cinco mil setecentos e quarenta e nove escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Alves Ribeiro, Limitada; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

114 – Pº 6-DIM/DEIM/98 – CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DA COBERTURA PARA A PISCINA MUNICIPAL DE BARCARENA – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 6º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 02.02.03.07.:-----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o sexto auto de medição de trabalhos, da empreitada designada em epígrafe, no montante de dez milhões quinhentos e cinquenta e um mil cento e noventa e quatro escudos, referente a trabalhos previstos. - -----

----- Conforme folha de dedução de aditamentos, junto ao processo, constata-se que a dedução no mês de Dezembro tem o montante de quatro milhões setecentos e onze mil duzentos e vinte escudos.-----

----- Segundo a informação número quarenta e três, de dois mil, do Serviço de Edifícios Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de dez milhões quinhentos e cinquenta e um mil cento e noventa e quatro escudos; -----

----- -A aprovação do pagamento ao empreiteiro – Construções Andral, Limitada, do montante de cinco milhões oitocentos e trinta e nove mil novecentos e setenta e quatro escudos (dez milhões quinhentos e cinquenta e um mil cento e noventa e quatro escudos menos quatro milhões setecentos e onze mil duzentos e vinte escudos), acrescido de duzentos e noventa e um mil novecentos e noventa e nove escudos de IVA à taxa de cinco por cento;-----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**115 – Pº 117–DIM/DAD/99 – PINTURA EXTERIOR NA PISCINA DE LINDA-A-VELHA –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP
02.02.03.03.:-----**

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de três milhões seiscientos e quatro mil trezentos e seis escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de três milhões setecentos e oitenta e quatro mil quinhentos e vinte e um escudos, o qual inclui a importância de cento e oitenta mil duzentos e quinze escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma C.J.G. - Construções, Limitada;-----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

116 – Pº 162-DIM/DAD/99 – FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE REVESTIMENTO ANTIDERRAPANTE NUMA CURVA DE LAVEIRAS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 09.01.03.04.: -----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dois milhões novecentos e catorze mil setecentos e quarenta e quatro escudos, o qual corresponde a: -----

----- - Trabalhos previstos – dois milhões trezentos e oitenta e nove mil e duzentos escudos;-----

----- - Trabalhos a mais de natureza prevista – quinhentos e vinte e cinco mil quinhentos e quarenta e quatro escudos. -----

----- Os trabalhos a mais de natureza prevista referem-se ao fornecimento e aplicação de revestimento antiderrapante num pavimento betuminoso e resultam do facto das quantidades previstas terem sido ultrapassadas, carecendo de aprovação.-----

----- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de vinte e dois por cento;-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais no valor de quinhentos e vinte e cinco mil quinhentos e quarenta e quatro escudos;-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de três milhões sessenta mil quatrocentos e oitenta e um escudos, o qual inclui a importância de cento e quarenta e cinco mil setecentos e trinta e sete escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Fernando L. Gaspar, Limitada; -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**117 – Pº 141-DIM/DSA/99 – CLIMATIZAÇÃO DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALGÉS –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DOS 1º A E 2º A AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS –
CP 11.05.07.09.:** -----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No decorrer da obra em epígrafe e devido a alterações de construção civil foi necessário proceder a trabalhos que não foram previstos no início da obra, pelo que foi solicitada à firma adjudicatária proposta para os trabalhos suplementares a executar. -----

----- A C.M.E. – Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima, apresentou duas propostas no valor total de novecentos e cinquenta e três mil quatrocentos e dez escudos, sendo a primeira de quinhentos e quarenta mil escudos e a segunda de quatrocentos e treze mil quatrocentos e dez escudos. -----

----- Os valores foram considerados aceitáveis e os trabalhos a mais foram executados encontrando-se os respectivos autos de medição junto ao processo, sendo os primeiro A e segundo A, nos valores de quinhentos e quarenta mil escudos e quatrocentos e treze mil quatrocentos e dez escudos, respectivamente. -----

----- Estes trabalhos representam uma percentagem na ordem de dezanove vírgula cinco por cento do valor da adjudicação. -----

----- Em face do que antecede, proponho:-----

----- - A aprovação dos primeiro A e segundo A autos de medição de trabalhos a mais no valor global de novecentos e cinquenta e três mil quatrocentos e dez escudos, acrescido de quarenta e sete mil seiscentos e setenta e um escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa C.M.E. – Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima;- -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

118 – ESTACIONAMENTO PROIBIDO NA SAÍDA DA RAQUETE NA ALAMEDA SALVADOR

ALLENDE, EM ALGÉS: -----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Tendo chegado reclamações à Parques Tejo - Parques de Oeiras, Empresa Municipal, contra o estacionamento na saída do parque de estacionamento na raquete da Alameda Salvador Allende, em Algés e visto tratar-se de um troço com um perfil transversal estreito, propôs a Divisão de Estudos e Projectos a proibição do estacionamento, sujeito a reboque, no troço assinalado na planta anexa à informação número setecentos e setenta, de noventa e nove, da Divisão de Estudos e Projectos. -----

----- Tendo concordado com a informação número setecentos e setenta, de noventa e nove, da Divisão de Estudos e Projectos, proponho que a Câmara delibere aprovar: -----

----- - A proibição de estacionamento, sujeito a reboque, no troço da Alameda Salvador Allende, em Algés, assinalado na planta junto à informação número setecentos e setenta, de noventa e nove, da Divisão de Estudos e Projectos; -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

119 - Pº 264-DIM/DAD/98 - REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE CALÇADAS EM BARCARENA, CAXIAS E QUEIJAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 4º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.03.: -----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o quarto e último auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dois milhões dezoito mil quinhentos e noventa escudos, o qual corresponde a: -----

----- - Trabalhos previstos – quatrocentos e trinta e seis mil quinhentos e quarenta escudos;--- -----

----- - Trabalhos a mais de natureza prevista – um milhão quinhentos e oitenta e dois mil e cinquenta escudos. -----

----- Em vinte e nove de Julho de noventa e nove, foi aprovado antecipadamente trabalhos a mais, até ao valor da adjudicação. -----

----- Os trabalhos a mais foram aprovados na reunião de Câmara de treze de Outubro de noventa e nove. -----

----- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de onze vírgula um por cento. --

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dois milhões cento e dezanove mil quinhentos e vinte escudos, o qual inclui a importância de cem mil novecentos e trinta escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa C.M.E. - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima; -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

120 – Pº 226-DIM/DAD/99 – EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO ANTIDERRAPANTE EM PASSEIO NO BAIRRO AUTO-CONSTRUÇÃO – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 09.01.03.03.: -----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de quatro milhões trinta e um mil setecentos e oitenta escudos, o qual corresponde a:-----

----- - Trabalhos previstos – três milhões setecentos e oitenta e sete mil cento e cinquenta escudos;--- -----

----- - Trabalhos a mais de natureza prevista – duzentos e quarenta e quatro mil seiscentos e trinta escudos. -----

----- Verificou-se ainda a existência de trabalhos a menos no montante de sete mil quinhentos e setenta escudos. -----

----- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de seis vírgula um por cento. ---

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais no valor de duzentos e quarenta e quatro mil seiscentos e trinta escudos; -----

----- - A aprovação dos trabalhos a menos no valor de duzentos e cinquenta e dois mil e duzentos escudos; -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões duzentos e trinta e três mil trezentos e sessenta e nove escudos, o qual inclui a importância de duzentos e um mil quinhentos e oitenta e nove escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa Triquímica, Sociedade Anónima; -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

121 - Pº 238-DIM/DAD/99 - LIMPEZA DE ENTULHOS NAS TRASEIRAS DA MISERICÓRDIA, OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.04.:-----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de três milhões e novecentos mil escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões e noventa e cinco mil escudos , o qual inclui a importância de cento e noventa e cinco mil escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma José Ribeiro Alves, Limitada;-----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

122 – Pº 141–DIM/DAD/98 – EXECUÇÃO DE ENCAIXES PARA CONTENTORES DE LIXO – LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 22.12.99 – PONTO 222 – CP 06.01.03.01.: -----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Em reunião de Câmara realizada em vinte e dois de Dezembro de noventa e nove, ponto duzentos e vinte e dois, foi deliberado aprovar o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada em epígrafe.-----

----- Porém, por lapso, foi indicado na proposta o montante de quinhentos e vinte e um mil cento e vinte e cinco escudos, correspondente ao valor de trabalhos a mais de natureza prevista, quando deveria ter sido indicado o montante de quinhentos e vinte e um mil setecentos e sessenta e cinco escudos.-----

----- Em face do que antecede, proponho:-----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais de natureza prevista no valor de quinhentos e vinte e um mil setecentos e sessenta e cinco escudos;-----

----- - A aprovação dos trabalhos a menos no valor de trezentos e noventa e seis mil seiscentos e quarenta e um escudos;-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões setecentos mil e vinte e um escudos, o qual inclui a importância de duzentos e vinte e três mil oitocentos e onze escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa M.B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima;-----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**123 – PM-1123/B – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DOS SMAS – ACABAMENTOS –
APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS – CP 11.05.02.03.:-----**

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No projecto patenteado a concurso estava previsto executar os tubos de queda em ferro galvanizado. Tendo-se verificado que não existem acessórios de redução no mercado e após aprovação pelo projectista, solicitou-se ao adjudicatário proposta de preços para a sua substituição por tubagem de ferro fundido centrífugo “Metallit”. -----

----- Através da carta três/doze mil novecentos e trinta e sete, de seis de Outubro de noventa e nove, “Aditamento número cinco” apresenta a EDIFER, Sociedade Anónima, uma proposta que importa em três milhões trezentos e vinte e dois mil oitocentos e sessenta escudos de trabalhos a mais e um milhão setecentos e sessenta mil quatrocentos e vinte e cinco escudos de trabalhos a menos, resultando um agravamento do custo da obra de um milhão quinhentos e sessenta e dois mil quatrocentos e trinta e cinco escudos, valores que mereceram parecer favorável por parte da fiscalização CINCLUS, conforme refere a Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais através da informação mil trezentos e cinquenta e seis, de noventa e nove, do Serviço de Edifícios Municipais.-----

----- No projecto inicial estava previsto que as espessuras dos peitoris variassem entre os dois e os seis centímetros, provocando vistas heterogéneas nos alçados, pelo que o projectista optou pela espessura de quatro centímetros. Esta alteração provocou uma readaptação das larguras dos pré-fabricados que constituem os vãos. -----

----- Para o efeito e pelas cartas três/treze mil quinhentos e oitenta e um e três/treze mil quinhentos e oitenta e dois, de dezoito de Outubro de noventa e nove, respectivamente - “Aditamento número seis” e “Aditamento número sete”, apresentou a empresa adjudicatária, propostas cujos trabalhos a mais totalizam nove milhões quinhentos e quinze mil cento e vinte e

sete escudos, sendo valor dos trabalhos a menos de três milhões noventa mil quatrocentos e trinta e dois escudos, resultando um agravamento do custo da obra de seis milhões quatrocentos e vinte e quatro mil seiscientos e noventa e cinco escudos, valores que mereceram parecer favorável por parte da fiscalização CINCLUS, conforme refere a Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais através da informação mil trezentos e cinquenta e sete, de noventa e nove, do Serviço de Edifícios Municipais. -----

-----O projecto que serviu de base à construção ora em curso foi elaborado há alguns anos. Entretanto houve legislação que foi alterada, sendo obrigatório munir este tipo de edifícios de instalações sanitárias para deficientes, o que antes não estava previsto. Deste modo procedeu, o projectista, às alterações necessárias para o efeito o que implicou, para além do aumento de quantidades, demolições de alvenarias que entretanto já tinham sido executadas.-----

-----Pela carta três/treze mil quinhentos e oitenta e três, de dezoito de Outubro de noventa e nove - “Aditamento número oito” apresenta a EDIFER, Sociedade Anónima, uma proposta que importa em dois milhões cento e doze mil e oitenta e cinco escudos de trabalhos a mais e quatrocentos e dezassete mil oitocentos e dez escudos de trabalhos a menos, resultando um agravamento do custo da obra de um milhão seiscientos e noventa e quatro mil duzentos e setenta e cinco escudos, valores que mereceram igualmente parecer favorável por parte da fiscalização CINCLUS, conforme refere a Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais através da informação mil trezentos e cinquenta e oito, de noventa e nove, do Serviço de Edifícios Municipais. -----

-----De igual forma no projecto em concretização, apenas estava contemplada a localização da implantação dos bancos de gelo e o seu fornecimento. Dado tratar-se de equipamento que devido às suas características, tem que ser protegido, o projectista apresentou a solução para o efeito a qual passa pela construção de um pequeno edifício. -----

-----Como resposta a esta situação, o empreiteiro apresentou três propostas, tendo o



projectista, optado pela solução número dois, isto é, a construção de um edifício semi-enterrado, por ser a mais vantajosa, tanto tecnicamente como em termos de custos. -----

----- Assim sendo apresentou a adjudicatária pela carta três/quinze mil duzentos e quarenta e nove, de vinte e dois de Novembro de noventa e nove - “Aditamento número nove”, uma proposta que importa em seis milhões duzentos e setenta e sete mil setecentos e quarenta e dois escudos de trabalhos a mais e um milhão cento e quarenta e cinco mil cento e cinquenta e quatro escudos de trabalhos a menos, resultando um agravamento do custo da obra de cinco milhões cento e trinta e dois mil quinhentos e oitenta e oito escudos, valores que mereceram também parecer favorável por parte da fiscalização CINCLUS, conforme refere a Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais através da informação mil trezentos e cinquenta e nove, de noventa e nove, do Serviço de Edifícios Municipais. Os trabalhos a menos resultam de ter sido alterada a localização dos bancos de gelo, havendo lugar a uma menor quantidade de material (tubagens) por ter diminuído a distância da sua implantação ao edifício.-----

----- Os trabalhos a mais contemplados nas quatro propostas acima enunciadas implicam um agravamento do custo da empreitada de quatro vírgula sete por cento. -----

----- Em face do que antecede e tendo concordado com o exposto, proponho:-----

----- - Aprovação dos trabalhos referentes à substituição da tubagem dos esgotos pluviais em ferro galvanizado por ferro fundido, no montante global de três milhões trezentos e vinte e dois mil oitocentos e sessenta escudos, como trabalhos a mais da empreitada em título;-----

----- - Aprovação de trabalhos a menos, no valor de um milhão setecentos e sessenta mil quatrocentos e vinte e cinco escudos;-----

----- - Aprovação dos trabalhos relativos às alterações introduzidas ao projecto devido às diferenças de espessuras dos peitoris em cantaria o que implicou um reajustamento das dimensões dos pré-fabricados que compõem os vãos, no montante global de nove milhões quinhentos e quinze mil cento e vinte e sete escudos, como trabalhos a mais da empreitada em

título; -----

----- Aprovação de trabalhos a menos, no valor de três milhões noventa mil quatrocentos e trinta e dois escudos; -----

----- Aprovação dos trabalhos referentes à construção das instalações sanitárias para deficientes, no montante global de dois milhões cento e doze mil e oitenta e cinco escudos, como trabalhos a mais da empreitada em título; -----

----- Aprovação de trabalhos a menos, no valor de quatrocentos e dezassete mil oitocentos e dez escudos; -----

----- Aprovação dos trabalhos alusivos à construção da cabine para protecção dos bancos de gelo, no montante global de seis milhões duzentos e setenta e sete mil setecentos e quarenta e dois escudos, como trabalhos a mais da empreitada em título; -----

----- Aprovação de trabalhos a menos, no valor de um milhão cento e quarenta e cinco mil cento e cinquenta e quatro escudos; -----

----- Comunicação da aprovação dos trabalhos a mais ao Tribunal de Contas; -----

----- Comunicação do teor da presente deliberação à empresa adjudicatária, bem como à CINCLUS, Sociedade Anónima; -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**124 – Pº 82-DIM/DEIM/97 – RECUPERAÇÃO DO PALÁCIO RIBAMAR, EM ALGÉS –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 9º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP
02.03.03.06.:-----**

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No âmbito da empreitada designada em epígrafe, a empresa fiscalizadora Renticom – Engenheiros Associados Limitada, juntamente com o representante do adjudicatário procederam à elaboração do nono auto de medição de trabalhos no montante de sete milhões quinhentos e sessenta e nove mil quinhentos e sete escudos, referente a trabalhos previstos. -----

----- Segundo a informação número quarenta e sete, de dois mil, do Serviço de Edifícios Municipais, os trabalhos mereceram parecer favorável da fiscalização; -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de sete milhões novecentos e quarenta e sete mil novecentos e oitenta e dois escudos, o qual inclui a importância de trezentos e setenta e oito mil quatrocentos e setenta e cinco escudos, de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à Renticom – Engenheiros Associados, Limitada; -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

125 – PM-444 – PLANO INTEGRADO DE PAÇO DE ARCOS – ERROS E OMISSÕES – CP

09.01.02.01.:-----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No âmbito da empreitada designada em epígrafe a firma REFER, Empresa Pública, através da telecópia à qual foi atribuído o número dois mil setecentos e vinte e seis, de noventa e nove, entregou a lista de erros e omissões apresentada pelo empreiteiro dentro do prazo estabelecido por lei.-----

----- O processo de análise foi longo, envolvendo o empreiteiro, o projectista, a fiscalização e o representante do dono de obra (REFER), sendo agora possível estabelecer o valor de erros e omissões passíveis de aceitação, nos termos do artigo décimo terceiro, do Decreto-Lei quatrocentos e cinco, de noventa e três.-----

----- As listagens conducentes aos erros e omissões perfazem o valor de trinta e cinco milhões duzentos e noventa e nove mil trezentos e quarenta e três escudos. Segundo os termos do contrato-programa em vigor, cabe à Câmara Municipal de Oeiras a importância de dez milhões quinhentos e noventa e seis mil cento e setenta e seis escudos, de acordo com o parecer da fiscalização, Consulgal. -----

----- O montante agora obtido representa um vírgula cinquenta e sete por cento do valor da adjudicação e perfaz um total de quarenta vírgula setenta e dois por cento de trabalhos a mais na empreitada.

----- Em face do que antecede, proponho:-----

----- - Aprovação de erros e omissões no montante de onze milhões cento e vinte e cinco mil novecentos e oitenta e cinco escudos, o qual inclui a importância de quinhentos e vinte e nove mil oitocentos e nove escudos, de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa Teixeira Duarte, Sociedade Anónima; -----

----- - Comunicação da aprovação à REFER, Empresa Pública, Teixeira Duarte,
Sociedade Anónima e Consulgal, Sociedade Anónima; -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II – a Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

126 – PROCº 240 DIM/DEIM/99-CONSTRUÇÃO DE OSSÁRIOS NO CEMITÉRIO DE OEIRAS

– ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA – CP 06.03.02.02.: -----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Tendo em vista a execução da empreitada mencionada em epígrafe e na sequência da abertura de concurso limitado, foram admitidas cinco firmas as quais apresentaram as propostas a seguir referidas e que serão acrescidas do IVA respectivo:-----

----- - Sociedade de Construções José Moreira, Limitada, proposta no montante de dezoito milhões seiscientos e cinco mil oitocentos e oitenta escudos, com o prazo de execução de cento e oitenta dias; -----

----- - Quinagre - Estudos e Construções, Limitada, proposta no montante de dezanove milhões seiscientos e noventa e seis mil seiscientos e sessenta e quatro escudos , com o prazo de execução de seis meses;-----

----- - Projeconsult - Sociedade de Consultadoria de Engenharia Civil e Construções, Limitada, proposta no montante de dezassete milhões novecentos e noventa e sete mil duzentos e doze escudos, com o prazo de execução de seis meses;-----

----- - Copi - Construções Cíveis, Obras Públicas e Industriais, Limitada, proposta no montante de dezasseis milhões trezentos e cinquenta e quatro mil setecentos e cinquenta e um escudos, com o prazo de execução de cento e oitenta dias;-----

----- - C. M. E.- Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima, proposta no montante de vinte e cinco milhões novecentos e sessenta e sete mil quatrocentos e quarenta e oito escudos, com o prazo de execução de seis meses.-----

----- As propostas foram analisadas pela comissão constituída para o efeito, tendo esta concluído, conforme consta do relatório de análise das propostas, que a mais vantajosa para esta Câmara Municipal é a da concorrente Copi - Construções Cíveis, Obras Públicas e Industriais,

Limitada, dado ser a de menor preço. -----

-----Refiro que foi comunicado aos concorrentes, através de Telecópia, que o relatório de análise de propostas se encontrava à consulta, nos termos do artigo centésimo primeiro, do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, não tendo sido, todavia, apresentada qualquer reclamação, ao mesmo. -----

-----Em face do que antecede, proponho: -----

----- Que se adjudique a empreitada em título, por série de preços à empresa Copi - Construções Civas, Obras Públicas e Industriais, Limitada, pelo montante de dezasseis milhões trezentos e cinquenta e quatro mil setecentos e cinquenta e um escudos , ao qual acresce oitocentos e dezassete mil setecentos e trinta e oito escudos respeitante ao IVA, à taxa legal em vigor – cinco por cento - e com o prazo de execução de cento e oitenta dias, de acordo com o número um, do artigo centésimo trigésimo segundo, do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março;-----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

127 – PROCºS 171/2000, 6793-PV/99 E 5417-PB/98 – APENSOS AO 658/58 – ÓNUS DE RENÚNCIA – MARIA LUÍSA DE CARVALHO CAROLAS:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Por Maria Luísa de Carvalho Carolas, viúva na qualidade de proprietária, foi apresentado processo com vista à legalização pelo aumento do valor das obras realizadas no prédio sito em Linda-a-Velha, na Rua do Brasil, número vinte e seis, que constam do fecho das varandas em alumínio anudizado, com cobertura em chapa ondulada nos alçados laterais, suprimir floreiras, arranjo da entrada, onde foram colocados três arcos, uma floreira no primeiro piso, ampliação do hall, em suprimimento da área da sala, foi criado um fogão de sala e fecharam-se por dentro as janelas dessa parede, foram suprimidas as portas de correr, mantendo as áreas distintas, no piso superior foi fechada uma janela, mantendo-se as restantes. -----

----- As referidas obras foram autorizadas a título precário por despacho de seis de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove.-----

----- Foi apresentada declaração que constituí o processo cento e setenta e um, de dois mil, através do qual a interessada renuncia ao valor das obras avaliadas em um milhão trezentos e cinquenta mil escudos. -----

----- Pelos documentos apresentados verifica-se que o prédio encontra-se descrito na Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número cento e seis, de catorze de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, e inscrito na matriz sob o artigo quatrocentos e cinquenta e um, da freguesia de Linda-a-Velha .-----

----- Deste modo proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aceitar a declaração apresentada através do processo cento e setenta e um, de dois mil, expressa por Maria Luísa de Carvalho Carolas, proprietária do referido prédio. -----

----- - Autorizar a emissão da certidão comprovativa desta deliberação com vista ao

necessário registo na Conservatória do Registo Predial de Oeiras.-----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem
como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

128 - PROCº 6802-PL/99 APENSO AO 5054 – PL/95 (3º VOLUME) – EMISSÃO DE ALVARÁ DE LOTEAMENTO – A. LOPES FARINHA, LIMITADA: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Vem A. Lopes Farinha, Limitada, através do processo em título solicitar a emissão do alvará de loteamento relativo à operação urbanística em Tercena, cujo loteamento foi aprovado em deliberação de Câmara em catorze de Março de noventa e sete. -----

----- Através da informação número oitocentos e oitenta e cinco, de noventa e nove, da Divisão de Gestão Urbanística, junta ao processo, os respectivos serviços da Câmara concluíram pela aprovação do processo e pela emissão do respectivo alvará de loteamento, tendo sido para o efeito elaboradas as necessárias condições técnicas que retratam o conjunto de obrigações das partes. -----

----- Pelo exposto, proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aprovar as plantas que constituem o processo seis mil oitocentos e dois-PL, de noventa e nove; -----

----- - Aprovar as condições técnicas elaboradas pela Divisão de Gestão Urbanística, juntas ao processo; -----

----- - Emitir o alvará de loteamento; -----

----- - Comunicar ao requerente.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

129 – Pº 8337 – PB/99 E REGISTO 11717/99 APENSOS AO 1285/56 (2º VOLUME) – ÓNUS DE RENÚNCIA – ANÍBAL SEQUEIRA FERNANDES: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Por Aníbal Sequeira Fernandes, casado, na qualidade de proprietário, foi apresentado processo oito mil trezentos e trinta e sete-PB, de noventa e nove, com vista à legalização pelo aumento do valor das obras realizadas no prédio sito em Linda-Velha, na Rua Engenheiro Frederico Ulrich, número quarenta e nove-B, que constam da elevação parcial de paredes laterais a tardóz (sala de jogos), no tecto substituição da chapa zincada por caneletes metálicos, assentes em elementos metálicos, com aplicações em chapas de gesso e estafe revestidas a estuque. -----

----- As referidas obras foram autorizadas a título precário por despacho de dezanove de Novembro de noventa e nove.-----

----- Foi apresentada declaração que constituí o processo onze mil setecentos e dezassete, de noventa e nove, através da qual o interessado renuncia ao valor das obras avaliadas em oitocentos mil escudos, em caso de eventual expropriação ou demolição pela Câmara e apresentadas certidões de descrição e inscrição matricial. -----

----- Trata-se do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número quatro mil trezentos e quarenta e oito, de onze de Agosto de noventa e dois e inscrito na matriz sob o artigo cento e noventa e seis-B da Freguesia de Linda-a-Velha. -----

----- Deste modo, proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aceitar a declaração apresentada através do processo, expressa por Aníbal Sequeira Fernandes, proprietário do referido prédio.-----

----- - Autorizar a emissão da certidão comprovativa desta deliberação com vista ao necessário registo na Conservatória do Registo Predial de Oeiras.”-----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

130 - EMPREENDIMENTO S. MARÇAL - REALOJAMENTO - APROVAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO E DOS VALORES DE RENDAS: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Na sequência do processo de realojamento de vinte famílias no Empreendimento de São Marçal e informação número duzentos e sessenta e um, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um – A aprovação do mapa de localização das famílias;-----

----- Dois – A aprovação das rendas constantes no quadro que a seguir se transcreve; -----

----- Três – A entrada em vigor das referidas rendas a um de Março de dois mil; -----

----- Quatro – A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- “Empreendimento de São Marçal -----

----- Lista de Representantes de Família -----

----- Morada / Nome / Renda -----

----- Rua António Gomes Leal-----

----- Dois / Armando Maria dos Santos / dezanove mil novecentos e trinta escudos -----

----- Dois A / António Augusto Velosa / cinquenta mil cento e trinta escudos-----

----- Quatro / João Carvalho Silva / quarenta e oito mil e seiscentos escudos -----

----- Quatro A / Maria Alves Monteiro / ...-----

----- Seis / Edite Ferreira Costa de Carvalho / seiscentos e dez escudos -----

----- Seis A / José Alberto Batista Peralta / seis mil setecentos e oitenta escudos -----

----- Oito / Emilita Mendes Gonçalves / três mil seiscentos e oitenta escudos -----

----- Oito A / Francisca Pereira Marques / dez mil e trinta escudos-----

----- Dez / Rosalina Moreira Rocha Semedo / três mil e quarenta escudos -----

-----Dez A / Domingas Fachadas Godinho / seis mil setecentos e noventa escudos-----

-----Doze / Laurinda dos Anjos Ferreira / catorze mil seiscentos e vinte escudos -----

-----Doze A / José Pereira da Silva / seiscentos e dez escudos-----

-----Dezasseis / Maria Alexandrina Ribeiro Pereira da Silva Cardoso / seis mil e setenta
escudos ---- -----

-----Dezasseis A / Victor Manuel Viegas Marques Sopinha / vinte e nove mil e
novecentos escudos-----

-----Dezoito / Filipa Maria Andrade / cinco mil duzentos e trinta escudos -----

-----Dezoito A / António Manuel da Silva / dez mil quatrocentos e trinta escudos -----

-----Vinte / José Manuel Almeida Furtado / dezasseis mil seiscentos e setenta escudos----

-----Vinte A / José da Costa Fernandes / ... -----

-----Vinte e dois / António Morais de Sousa / seiscentos e dez-----

-----Vinte e dois A / Domingos António Pina / onze mil setecentos e setenta escudos.” ---

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

131 – ATRIBUIÇÃO DE FOGOS NO Bº DOS NAVEGADORES – APROVAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO E DOS VALORES DE RENDAS: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação número duzentos e cinquenta e quatro, dois mil, do Departamento de Habitação e dos despachos nela exarados, propõe-se: -----

----- Um – A aprovação da localização das famílias constantes no quadro que a seguir se transcreve; -----

----- Dois – A fixação das respectivas rendas, com entrada em vigor a um de Março de dois mil; -- -----

----- Três – A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- “Bairro dos Navegadores -----

----- Representantes de Família-----

----- Morada / Nome / Núcleo de Origem / Tipologia / Renda Mensal Corrigida-----

----- Lote quarenta – cave A / Amélia Maria Costa / Fundo do Montijo, Contendor número seis / T Dois / seiscentos e dez escudos-----

----- Lote trinta e cinco – terceiro esquerdo / José Maria dos Reis Costa Afonso / Alto dos Agudinhos, número sete D / T Um / dezoito mil trezentos e cinquenta escudos -----

----- Lote quarenta e um – rés-do-chão esquerdo / Juvencio Sanches Moreno / Pedreira dos Húngaros, Rua P, número onze / T Dois / dezasseis mil setecentos e trinta escudos -----

----- Lote quinze – rés-do-chão esquerdo / Maria Lina Lopes Almeida / Pedreira dos Húngaros, Rua Q, número sete / T Quatro / quarenta e três mil quinhentos e dez escudos -----

----- Lote dezanove – primeiro direito / Francisco Alexandre Pinto / Pedreira dos Húngaros, Rua Q , número doze / T Três / seiscentos e dez escudos-----

-----Lote quarenta – cave B / Joaquim Pereira / Alto de Santa Catarina, Calçada do Forno,
número sete / T Dois / seiscentos e dez escudos -----
-----Lote trinta e dois – rés-do-chão direito / Daniel Ferreira / Pedreira dos Húngaros, Rua
Z, número quatro / T Dois / seiscentos e dez escudos -----
-----Lote vinte e quatro – cave A / Maria da Veida / Pedreira dos Húngaros, Rua P,
número oito / T Dois / cinco mil trezentos e setenta escudos -----
-----Lote trinta e sete – terceiro direito / Hirondina Rocha Delgado Freire / Pedreira dos
Húngaros, Rua N, número oito / T Dois / dois mil setecentos e setenta escudos-----
-----Lote quarenta e dois – primeiro esquerdo / Luís Lopes da Costa / Pedreira dos
Húngaros, Rua F, número trinta e três / T Um / seiscentos e dez escudos-----
-----Lote dezoito – rés-do-chão direito / Vicente Furtado Mendes / Pedreira dos
Húngaros, Largo M, número vinte e dois / T Dois / seis mil quatrocentos e setenta-----
-----Lote vinte e um – segundo esquerdo / Rosalina Mendes Correia / Pedreira dos
Húngaros, Rua F, número dezasseis / T Quatro / sete mil quatrocentos e quarenta escudos -----
-----Lote quarenta e três – rés-do-chão direito / Manuel Joaquim Pina da Veiga / Talude
de Queijas, trinta e cinco / T Dois / treze mil e setenta escudos.” -----
-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

132 – RECUPERAÇÃO DA CAPELA S. SEBASTIÃO DE BARCARENA – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 11º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS NORMAIS – CP 02.03.02.07.: ---

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela fiscalização do Gabinete de Projectos Especiais foi elaborado o décimo primeiro Auto de Medição de Trabalhos Normais referente à empreitada de Recuperação da Capela São Sebastião de Barcarena, no valor de oitocentos e quarenta mil trezentos e um escudos.--- -----

----- Os trabalhos foram executados de acordo com o caderno de encargos. -----

----- Assim, e em face do acima exposto, propõe-se:-----

----- Que seja aprovado o presente auto de medição cujo valor total é de oitocentos e quarenta mil trezentos e um escudos, ao qual se acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor cujo montante é de quarenta e dois mil e quinze escudos, totalizando a importância de oitocentos e oitenta e dois mil trezentos e dezasseis escudos, bem assim o sequente pagamento à firma EDICON Limitada.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

133 – RECUPERAÇÃO DA CAPELA S. SEBASTIÃO DE BARCARENA – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 12º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS NORMAIS – CP 02.03.02.07.: ---

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela fiscalização do Gabinete de Projectos Especiais foi elaborado o décimo segundo Auto de Medição de Trabalhos Normais referente à empreitada de Recuperação da Capela São Sebastião de Barcarena, no valor de quatrocentos e setenta e três mil trezentos e nove escudos.--- -----

----- Os trabalhos foram executados de acordo com o caderno de encargos. -----

----- Assim, e em face do acima exposto, propõe-se:-----

----- Que seja aprovado o presente auto de medição cujo valor total é de quatrocentos e setenta e três mil trezentos e nove escudos, ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor cujo montante é de vinte e três mil seiscentos e sessenta e cinco escudos, totalizando a importância de quatrocentos e noventa e seis mil novecentos e setenta e quatro escudos, bem assim o sequente pagamento à firma EDICON Limitada.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

134 – CRITÉRIOS DE APOIO À IMPRENSA REGIONAL DO CONCELHO DE OEIRAS PARA O ANO 2000: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A acentuada evolução tecnológica registada nos últimos anos, as mudanças na organização social e os novos estilos de vida, corroboram os cenários desenvolvidos nos últimos anos pela Câmara Municipal de Oeiras, relativamente à imprensa regional de cariz tradicional. ---

----- O entendimento do interesse municipal neste domínio, aconselha à manutenção de alguns apoios, enfatizando-se a função social da imprensa regional.-----

----- As opções agora tomadas sobrelevam a dimensão humana da gestão política e pressupõem em pleno entendimento das orientações expressas. -----

----- Neste contexto, a clareza das regras adiante explanadas encontra paralelo no rigor exigido face às contrapartidas enunciadas. -----

----- Mantendo-se inalterável o pressuposto de que a imprensa vive dos seus leitores e ouvintes, a autarquia mantém abertura para ponderar apoios a projectos de qualidade inequívoca, que visem de forma sustentada, aumentar a respectiva audiência.-----

----- Assim, os critérios de apoio reger-se-ão pelos seguintes princípios: -----

----- Um – Imprensa Regional Escrita: -----

----- Um.um – Publicações com mais de um ano de existência continuada: -----

----- Mediante solicitação prévia, formal, caso a caso e com a garantia expressa de predominância informativa nessa edição, sobre o Concelho de Oeiras.-----

----- Um anúncio mensal, sendo os valores a praticar, para publicações de índole aproximada à da grande imprensa, para anúncio de página em preto vezes branco, até cento e cinquenta e sete mil e quinhentos escudos e para página a cores, até cento e noventa mil escudos, valores a acrescer de impostos e sem quaisquer outros encargos adicionais para o Município; ----

-----Para publicações de índole diversa o apoio publicitário poderá ir até setenta por cento das verbas supracitadas;-----

-----Não será autorizada em qualquer situação, publicidade acumulada numa mesma edição de qualquer publicação, respectivamente da Câmara Municipal de Oeiras, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora e de qualquer outra instituição ou empresa maioritariamente participada pela autarquia; -----

-----O incumprimento de qualquer dos pressupostos, será proporcionalmente sancionado.

-----Um.um.dois – Apoios a edições especiais e suplementos -----

-----Serão ponderados caso a caso, face a propostas concretas, em função do seu manifesto interesse para o município, e, em regra os investimentos publicitários não deverão ultrapassar o exposto no número anterior, e não são acumuláveis numa mesma edição; -----

-----O eventual apoio publicitário a propostas de suplementos, terá ainda em linha de conta uma periodicidade irregular na sua publicação. -----

-----Um.dois – Sobre os restantes meios de comunicação social escrita -----

-----Os investimentos publicitários com este cariz, carecem de um manifesto interesse para a Câmara Municipal de Oeiras, o que pressupõe a sua prévia avaliação objectiva e eventual calendarização, em função das prioridades da autarquia; -----

-----Extra-critérios de apoio, a autarquia relacionar-se-à com os diversos meios de comunicação social, pelas formas que entender como mais convenientes para atingir as finalidades que prossegue.-----

-----Um.três – Oferta de exemplares -----

-----De cada uma das edições apoiadas publicitariamente ao abrigo deste documento, deverão ser entregues pelo menos vinte exemplares na autarquia. -----

-----Dois – Rádios Locais -----

-----O investimento publicitário nas rádios locais, carece de avaliação caso a caso, e será



priorizado em função de indicadores positivos do respectivo impacto neste concelho. -----

----- Assim sendo, propõe-se ao Executivo Camarário a aprovação deste documento a vigorar a partir do mês de Fevereiro (inclusivé), do corrente ano.”-----

----- II – A Câmara, por maioria, com abstenção do Senhor Vereador Arnaldo Pereira, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**135 – CONTRATO DE LICENCIAMENTO DE PRODUTOS MICROSOFT – ADITAMENTO À
ADESÃO DO CONTRATO MICROSOFT SELECT ENTERPRISE – CP 11.02.05.26.:-----**

----- I – O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Um – Em vinte e nove de Setembro de mil novecentos e noventa e nove, ponto cinquenta e dois, a Câmara deliberou a adesão ao Programa Enterprise Agreement da Microsoft para licenciamento de software para um parque de quinhentas máquinas, através da ICL Portugal, ao abrigo do Acordo Master oitenta e cinco-cinquenta mil e quarenta e três com a Direcção Geral do Património do Estado e Instituto da Informática, por um período inicial de três anos, podendo ser extensível por mais um , caso assim a Câmara Municipal de Oeiras o entenda, pelo valor anual de dezoito milhões oitocentos e dezanove mil escudos, acrescido de IVA à taxa em vigor de dezassete por cento totalizando vinte e dois milhões dezoito mil duzentos e trinta escudos. ----

----- Dois – Recentemente a ICL Portugal enviou-nos o ofício junto ao processo, alertando para as vantagens de licenciarmos mais uma máquina, passando o total a ser de quinhentos e uma e com um acréscimo de custo anual de trinta e sete mil seiscentos e trinta e oito escudos. Com este adicional, de mais uma máquina, a Câmara Municipal de Oeiras beneficia assim de um crédito para o dobro nas incidências de suporte (oitenta) e dias de consultoria (quatro). -----

----- Três – Nesse sentido, proponho que a Câmara delibere o aditamento para mais uma máquina ao Programa Enterprise Agreement da Microsoft, passando a ser o total de quinhentas e uma máquinas, através da ICL Portugal (Acordo Master oitenta e cinco-cinquenta mil e quarenta e três com a Direcção Geral do Património do Estado e Instituto da Informática), sendo o acréscimo de custo anual de trinta e sete mil seiscentos e trinta e oito escudos, num total de cento e doze mil novecentos e catorze escudos, para os três anos de vigência do contrato, acrescido de IVA à taxa em vigor de dezassete por cento, nos termos da alínea a), do número um, do artigo octogésimo sexto, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de

Junho.” ----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

136 – DOAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO EM BARCARENA PARA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE BARCARENA: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Considerando que em mil novecentos e setenta e um, Guy Nuno de Brée, Maria João Monestier de Brée de Vale e Vasconcelos e Henrique Álvaro de Brée, na qualidade de únicos proprietários do terreno descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras, sob a ficha dois mil quinhentos e setenta e um (proveniente da descrição número seis mil quinhentos e setenta e seis Livro B-vinte e um) e inscrito na matriz sob os artigos seiscentos e cinquenta e nove (parte), mil e trinta e três, mil e quarenta e nove e mil e cinquenta, colocaram gratuitamente à disposição da CMO uma área de dois mil quinhentos e quarenta e um metros quadrados, para a ampliação do cemitério de Barcarena; -----

----- Considerando que a referida parcela de terreno se encontra efectivamente integrada no cemitério, não tendo, porém, sido formalizada a sua transferência para o património municipal; -----

----- Considerando que é do interesse do Município e dos Doadores regularizar a situação registral do terreno em causa, proponho: -----

----- Um - Que seja aprovada a doação da parcela de terreno, com a área de dois mil quinhentos e quarenta e um metros quadrados, a destacar do terreno acima descrito, situada no lugar e freguesia de Barcarena, pertencente a Guy Nuno de Brée, Maria João Monestier de Brée de Vale e Vasconcelos e Henrique Álvaro de Brée; -----

----- Dois - Que seja aprovada esta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

137 – ACORDO DE GEMINAÇÃO OEIRAS/MINDELO – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO – CP 01.05.13.12.: -----

----- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

----- “Um – Introdução-----

----- No âmbito do Acordo de Geminação entre as Autarquias do Mindelo em São Vicente de Cabo Verde e Oeiras e de harmonia com os critérios definidos e aprovados pelos dois Municípios têm, anualmente, vindo a ser atribuídas bolsas de estudo a estudantes de São Vicente que se candidatam à frequência de estudos superiores.-----

----- De acordo com o regulamento estabelecido, cada bolseiro poderá, sem perda de bolsa, repetir no decorrer do curso um dos anos em que não tenha tido êxito.-----

----- Para o presente ano lectivo a Câmara Municipal de São Vicente seleccionou dois bolseiros: - -----

----- - Francesco Nascimento Mota;-----

----- - Janine da Graça Cruz. -----

----- Assim, encontram-se a ser apoiados os seguintes estudantes:-----

----- - Júlio Rosário dos Santos - Curso de Sociologia; -----

----- - José Maurício Évora Costa - Curso de Engenharia Mecânica; -----

----- - Francesco Nascimento Mota - Curso de Engenharia de Electrónica e de Computador; -----

----- - Gilson Roberto Duarte Modesto - Curso de Engenharia Electrotécnica; -----

----- - Maria da Conceição Delgado - Curso de Sociologia;-----

----- - Nélida Araújo Matias - Curso de História; -----

----- - Janine da Graça Cruz - Curso de Ciências Farmacêuticas. -----

----- Dois – Proposta -----

-----Assim, proponho:-----

-----Dois.um - A atribuição de uma bolsa mensal no valor de quarenta mil escudos/mês a cada um dos alunos referenciados, pelo período de Janeiro a Dezembro de dois mil.-----

-----Dois.dois - O valor global proposto é de três milhões trezentos e sessenta mil escudos. --- -----

-----Dois.três - Cabimento contabilístico para esta importância. -----

-----Dois.quatro - Pagamento sequente. -----

-----Dois.cinco - Aprovação em minuta.”-----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**138 – PER/FAMÍLIAS – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CMO RESPEITANTE À
CONCESSÃO DE COMPARTICIPAÇÃO A FUNDO PERDIDO – CP 05.01.09.01.: -----**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Considerando que o munícipe Arnaldo de Barros Tavares, que residia no Beco dos
Pombais, número oito, em Linda-a-Velha, iniciou um processo de aquisição de habitação própria,
ao abrigo do Programa PER/Famílias, encontrando-se aprovado, desde seis de Julho último,
processo esse que não concluiu, proponho que esta Câmara Municipal revogue a deliberação
tomada, respeitante à aprovação da concessão da comparticipação, a fundo perdido, no montante
de um milhão oitenta e oito mil e novecentos escudos. -----

----- A escritura de aquisição de uma habitação por este munícipe, realizada em catorze de
Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, no Primeiro Cartório Notarial de Santarém,
refere um valor superior ao preço de venda, que consta do processo cento e quarenta e oito
PER/Famílias – vide ofício junto ao processo, número quatro mil oitocentos e onze, do Instituto
Nacional de Habitação - , assim como pela sua leitura se verifica que a aquisição não obedeceu
às condições impostas pela legislação que regula aquele Programa, o qual consagra o registo de
um ónus de inalienabilidade, pelo período de vinte e cinco anos. -----

----- Face ao exposto, proponho que esta Câmara Municipal delibere: -----

----- - Revogar a deliberação tomada por este Executivo em reunião ordinária de dez de
Fevereiro de mil novecentos e noventa e nove e, consequentemente, anulando-se a
comparticipação, a fundo perdido, no montante de um milhão oitenta e oito mil e novecentos
escudos;--- -----

----- - Comunicar a deliberação tomada ao munícipe em causa, Divisão de Polícia
Municipal, tendo em vista a demolição da barraca e ao Instituto Nacional de Habitação; -----

----- Aprovar a presente proposta em minuta.”-----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**139 – ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO NA FREGUESIA DA CRUZ-QUEBRADA/DAFUNDO –
RUA CAPITÃO SALGUEIRO MAIA: -----**

----- I – O Senhor Presidente, apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Existindo um novo arruamento na localidade do Dafundo, para o qual é necessário
atribuir designação toponímica, proponho à Câmara a aprovação do topónimo a seguir
discriminado, de que se junta a respectiva biografia, o qual foi solicitado pela de Junta de
Freguesia da Cruz Quebrada / Dafundo, transmitido pelo ofício que ficou registado sob o número
dezassete mil quatrocentos e quarenta e um, de vinte e oito de Maio de mil novecentos e noventa
e nove. --- -----

----- - Rua Capitão Salgueiro Maia – (mil novecentos e quarenta e quatro/mil novecentos e
noventa e dois);-----

----- - Arruamento com início na Rua Joseph Bleck e fim sem saída.”-----

----- “Curriculum de topónimo -----

----- Nome: Fernando José Salgueiro Maia -----

----- Data de nascimento: um de Julho de mil novecentos e quarenta e quatro (Castelo de
Vide) -----

----- Falecido: três de Abril de mil novecentos e noventa e dois -----

----- Actividade Profissional: Capitão -----

----- Fez os estudos secundários nos Colégios Nun’Alvares de Tomar e no Liceu Nacional
de Leiria. Possuía o Curso Geral de Comando e Estado Maior e era licenciado em Ciências
Políticas e Sociais e em Ciências Antropológicas e Etnológicas. -----

----- Tenente-coronel de cavalaria, foi um distintíssimo oficial do Exército Português, que
honrou como poucos. Foi ainda um cidadão excepcional a vários títulos. -----

-----Como militar destacou-se sempre pelo dinamismo, coragem, iniciativa, espírito de sacrifício, frontalidade, lealdade, invulgar capacidade para o comando de chefia, quer em situações de combate, quer nas instruções de treino. -----

-----Homem de acção, ferido em combate, mas também cidadão atento às realidades do seu tempo e às injustiças, desempenhou um papel determinante na implantação da democracia e da liberdade em Portugal, com acções de maior relevo no Vinte e Cinco de Abril e no Vinte e Cinco de Novembro. Homem de cultura, prestou relevantes contributos na preservação, conservação e divulgação do seu património histórico, quer organizando dois museus militares relacionados com a Cavalaria, quer publicando obras sobre fortificação. -----

-----De realçar ainda a sua permanente disponibilidade para a formação e o fortalecimento do espírito democrático e do amor a Portugal, trazida em frequentes palestras a alunos de escolas, em autarquias e em colectividades populares, sendo de destacar o contributo dado ao Centro de Documentação Vinte e Cinco de Abril da Universidade de Coimbra. -----

-----Era membro da Associação dos Amigos dos Castelos e publicou vários trabalhos de índole histórica, militar e antropologia de que se destacam: -----

----- Anotações para a História dos Blindados em Portugal; -----

----- História Breve da Cavalaria; -----

----- O Islamismo entre Povos da Guiné-Bissau;-----

----- O Poder Militar na História da Colonização Portuguesa dos Séculos Quinze e Dezassete;- -----

----- O Fim da Colonização Portuguesa no Quadro da Política Internacional; -----

----- Introdução ao Estudo dos Movimentos Militares Portugueses; -----

----- Bandeiras ou Estandartes da Cavalaria; -----

----- História Breve da Construção da Fortaleza de São José ou da Amura, em Bissau.”--

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem



como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

140 – CONCURSO LIMITADO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA AQUISIÇÃO DE CONTENTORES PARA RESÍDUOS SÓLIDOS – CP 06.01.05.02.: -----

----- I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Tendo em vista a implementação do sistema de contentores privativos para resíduos sólidos em várias zonas de moradias, considerando a entrega de novos contentores e a substituição dos contentores danificados, torna-se necessária a aquisição de seiscentos contentores de cento e vinte litros, duzentos e cinquenta contentores de duzentos e quarenta litros, duzentos contentores de trezentos e sessenta litros e cento e cinquenta contentores de oitocentos litros.-----

----- Encontrando-se esta aquisição prevista no Plano de Actividades de dois mil, proponho:- -----

----- - A aprovação do programa de concurso e do caderno de encargos. -----

----- - A designação do júri, composto pela Coordenadora da Divisão de Higiene Pública, Doutora Zalinda Maria Campilho Coelho Correia Boura, que presidirá, Engenheira Ana Cristina Coelho dos Santos Vieira e Técnico Nuno Vasco Lima Caetano. -----

----- - A abertura de concurso ao abrigo da alínea c), do número um, do artigo septuagésimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho. - -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

141 – CONCURSO LIMITADO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO DE DIVERSOS PRODUTOS QUÍMICOS, DURANTE O ANO DOIS MIL, DESTINADOS À LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE MÁQUINAS E VIATURAS – CP

11.07.06.06.:-----

----- I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Tendo em vista o fornecimento contínuo de diversos produtos químicos, durante o ano dois mil, destinados à limpeza e desinfecção de máquinas e viaturas que constituem o parque motorizado desta Câmara Municipal. -----

----- Encontrando-se esta aquisição prevista no Plano de Actividades de dois mil, proponho:- -----

----- - A aprovação do programa de concurso e do caderno de encargos. -----

----- - A designação do júri, composto pelo Chefe da Divisão de Viaturas e Equipamento, Engenheiro João Kopke mimoso de Barros Alpoim, que presidirá, Engenheiro Paulo Manuel Figueira Abreu Riscado e Engenheira Maria de Lurdes Ema Rodrigues.-----

----- - A abertura de concurso ao abrigo da alínea c), do número um, do artigo septuagésimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho. - -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

142 – ENCARGOS FINANCEIROS DE 1999 QUE FICARAM POR PAGAR EM 17 DE JANEIRO DE 2000:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Determina o artigo vigésimo oitavo, do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um, de oitenta e três, de vinte e um de Julho, que os encargos regularmente assumidos relativos a anos anteriores serão satisfeitos de conta das verbas adequadas do orçamento que estiver em vigor no momento em que for efectuado o pagamento. -----

----- Proponho o pagamento das facturas constantes da relação junta ao processo que totaliza um bilião trezentos e oitenta e três milhões trezentos e vinte e oito mil setecentos e treze escudos, à medida das disponibilidades financeiras da Autarquia.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

143 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS INFANTÁRIOS - CP 03.01.13.04.: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No âmbito do protocolo assinado para transferência dos estabelecimentos de infância sob suporte das Juntas de Freguesia, submete-se à consideração do Executivo a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Porto Salvo, no montante de quatro milhões trezentos e setenta mil duzentos e vinte escudos e relativo ao mês de Novembro e subsídio de Natal.----- -----

----- Este quantitativo corresponde aos encargos a suportar pela Câmara e que decorrem da diferença entre os encargos mensais com o pessoal do estabelecimento de Infância Creche e Jardim de Infância “O Pingolé” e “O Chorão”, Jardim de Infância “Tão Balalão” e o ATL de Vila Fria e o quantitativo recebido da IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, pela Junta de Freguesia.”----- -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----- -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

144 – PAGAMENTO À ORQUESTRA SINFÓNICA JUVENIL NO ÂMBITO DO CONCERTO CORAL SINFÓNICO – CP 02.01.07.39.:-----

----- I – O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “No âmbito da programação musical do ano dois mil, foi proposto a esta autarquia, pela Orquestra Sinfónica Juvenil, a realização, no dia vinte e seis de Fevereiro, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Igreja Paroquial de Linda-a-Velha, de um Concerto Coral Sinfónico com a participação do Coro de Linda-a-Velha, agente cultural do nosso Concelho, que assim, pela primeira vez, se apresenta com uma Orquestra Sinfónica. -----

----- Este Concerto Coral Sinfónico, que prevê a participação de quatro cantores líricos solistas, (soprano, mezzo-soprano, tenor e baixo) e do Coro de Linda-a-Velha, com a apresentação da Missa em dó menor, K.quatrocentos e vinte e sete (Grosse Messe), de Mozart, é um dos mais complexos e interessantes concertos do género, criados por este compositor. O concerto tem a Direcção Musical do Maestro Christopher Bochmann. -----

----- Assim, pelo exposto, propõe-se o pagamento da quantia de novecentos e oitenta mil escudos - Isentos de I.V.A., que inclui o cachet da Orquestra de cinquenta elementos, quatro cantores solistas, Maestro, Produção, Seguros, Carregadores e Direitos de Execução da Obra, à entidade que tutela a Orquestra Sinfónica Juvenil, Círculo Musical Português.-----

----- Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

145 – ADJUDICAÇÃO DA CONCEPÇÃO, DESIGN E PRODUÇÃO GRÁFICA DE 5.000 EXEMPLARES DE 6 FOLHETOS DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA – CP 08.01.07.03.:-----

----- I – O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Considerando a necessidade de criar, produzir e distribuir de forma eficaz informação turística, com por cento direccionada, com uma qualidade e imagem comum, atraente e útil, de fácil manuseamento, focando vários pontos de interesse turístico do Concelho, nomeadamente: -----

----- - fortificações; -----

----- - igrejas e capelas; -----

----- - jardins; -----

----- - praias/piscinas; -----

----- - palácios e quintas; -----

----- - hotéis e congressos. -----

----- Considerando que toda esta informação deverá ser distribuída no mesmo formato, com uma imagem comum e bem identificativa, ideal para distribuir nos postos de informação, em hotéis e agências de viagens, em locais de maior fluxo de pessoas com centros comerciais, estações dos Caminhos de Ferro, galerias de arte, recepção do Taguspark, Quinta da Fonte, etc., bem como em eventos especiais como por exemplo na Bolsa de Turismo de Lisboa Dois mil, de dezanove a vinte e três de Janeiro.-----

----- Considerando a importância e o alcance deste meio promocional foram solicitadas propostas e cotações a quatro empresas, especialistas neste tipo de projectos, por forma a averiguar da sua capacidade para efectuar com competência o respectivo serviço, a saber: -----

----- - Arco da Velha – trezentos mil escudos sem digitalização e não apresentou proposta para produção; -----

----- Expografe – Exposições e Artes Gráficas – dois milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil e oitenta escudos com IVA incluído; -----

----- Central Prod – Produção Gráfica – um milhão oitocentos e oitenta e cinco mil trezentos e sessenta e um escudos com IVA incluído; -----

----- Estrelas de Papel – Edições e Artigos de Papelaria – dois milhões quatrocentos e vinte e um mil e novecentos escudos com IVA incluído. -----

-----Face aos valores apresentados e depois de cuidada análise das propostas, propõe-se: -

----- que a Câmara delibere aprovar por ajuste directo à empresa Central Prod o serviço de concepção, design e produção gráfica de cinco mil exemplares de cada um dos seis folhetos turísticos, pelo montante de um milhão oitocentos e oitenta e cinco mil trezentos e sessenta e um escudos com IVA incluído ao abrigo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, artigos octogésimo primeiro e octogésimo sexto, ponto um, alínea b) e ponto um, alínea d). -----

----- que esta proposta seja aprovada em minuta.”-----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

146 – NORMAS REGULAMENTARES PARA O CONCURSO DE GUIONISMO:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Na sequência de proposta solicitada e apresentada para a realização do concurso em epígrafe, propõe-se ao Executivo Camarário a aprovação das normas regulamentares que a seguir se transcrevem. -----

----- Mais se propõe a aprovação desta parte da acta em minuta.” -----

----- “Grande Prémio de Ficção “Oeiras, Parque dos Poetas e das Tecnologias” -----

----- Normas Regulamentares -----

----- Um – A Câmara Municipal de Oeiras no âmbito do seu Festival Internacional de Vídeo vai promover a realização do Primeiro Grande Prémio de ficção “Oeiras, Parque dos Poetas e das Tecnologias” destinado a todos os escritores, guionistas e argumentistas portugueses nas modalidades de série e mini-série tendo em vista a promoção da escrita de ficção para televisão.-- -----

----- Considera-se, no âmbito deste concurso que a mini-série constatará de uma história narrada em três episódios de cinquenta minutos, enquanto a série corresponde a treze episódios de cinquenta minutos cada. -----

----- Dois – Poderá concorrer ao Primeiro Grande Prémio de Ficção “Oeiras, Parque dos Poetas e das Tecnologias” qualquer cidadão português, maior de dezoito anos mediante a obrigação de preenchimento dos seguintes requisitos: -----

----- Dois.um – É obrigatório que a acção narrativa principal esteja centrada no Concelho de Oeiras, e produza uma identificação objectiva com alguns dos seus símbolos dinâmicos podendo as acções narrativas de menor importância ocorrer em qualquer parte do território nacional;-- -----

----- Dois.dois – A construção de cada guião em qualquer das modalidades, série ou mini-

série, não poderá ter mais do que cinco personagens principais, não havendo número limite para personagens secundários nem para figuração; -----

-----Três – Apenas são admitidas a concurso obras originais apresentadas em formato A-Quatro, impressas, podendo o suporte de apresentação ser em papel ou em disquete. -----

-----Quatro – Cada candidato deverá apresentar para qualquer das modalidades: -----

-----Quatro.um – Sinopse da história até vinte e cinco páginas; -----

-----Quatro.dois – Descrição anamnésica dos personagens principais; -----

-----Quatro.três – Listagem dos principais cenários para gravação; -----

-----Quatro.quatro – O primeiro episódio escrito e duas sinopses até dez páginas cada uma para a modalidade de mini-série; -----

-----Quatro.cinco – O primeiro episódio escrito e doze sinopses até dez páginas cada uma para a modalidade de série. -----

-----Cinco – Os candidatos deverão entregar sete exemplares dos materiais referidos no ponto anterior, identificados com um pseudónimo, entregando ao mesmo tempo um envelope lacrado com a identidade completa, morada e contactos telefónicos. -----

-----Seis – Apenas serão abertos os envelopes dos vencedores, devendo os restantes concorrentes solicitar a devolução dos seus trabalhos nos trinta dias subsequentes ao anúncio da atribuição dos prémios, findos os quais a Organização procederá à sua destruição. -----

-----Sete – A data limite para entrega dos trabalhos é no dia vinte nove de Março de dois mil, devendo os candidatos proceder ao seu depósito no seguinte endereço: -----

-----Câmara Municipal de Oeiras-----

-----Gabinete de Relações Públicas -----

-----Largo Marquês de Pombal -----

-----Dois mil setecentos e oitenta e quatro – quinhentos e um Oeiras.-----

-----Oito – Para a atribuição do Primerio Grande Prémio de Ficção “Oeiras, Parque dos



Poetas e das Tecnologias”, a Câmara Municipal de Oeiras nomeará um júri com personalidades de reconhecida competência na área da ficção cujas decisões não admitem recurso e que decidirão os vencedores. -----

----- Ao júri reserva-se-lhe o direito de não atribuir qualquer dos prémios caso a sua qualidade não o justifique. -----

----- Nono – O vencedor do Primeiro Grande Prémio de Ficção “Oeiras, Parque dos Poetas e das Tecnologias” da modalidade “mini-série”, para além do respectivo troféu, receberá o prémio pecuniário de dois milhões e quinhentos mil escudos. -----

----- Dez – O vencedor do Primeiro Grande Prémio de Ficção “Oeiras, Parque dos Poetas e das Tecnologias” da modalidade “série”, para além do respectivo troféu, receberá o prémio pecuniário de cinco milhões de escudos. -----

----- Onze – Este valor pecuniário representa a cedência de todos os direitos de autor, assim como dos direitos conexos, à Câmara Municipal de Oeiras que se compromete a editar os trabalhos vencedores e bem assim, a desenvolver contactos tendentes à sua produção de vídeo e/ou para estações de televisão. -----

----- Doze – O anúncio dos vencedores e a respectiva entrega do Primeiro Grande Prémio de Ficção terá lugar na cerimónia de encerramento do Quinto Festival Internacional de Vídeo de Oeiras, prevista para ter lugar em um de Julho próximo, em hora e local a designar. -----

----- Normas Regulamentares do Júri -----

----- Um – O Júri do Primeiro Grande Prémio de Ficção “Oeiras, Parque dos Poetas e das Tecnologias” é constituído pelos seguintes elementos:-----

----- Presidente: Doutor Luís Macedo e Sousa -----

----- Jurados: Director do Departamento de Acção Social e Cultural da CMO, ou seu representante, Francisco Moita Flores – escritor e guionista, Coordenador do Primeiro Grande Prémio, Jorge Paixão da Costa – realizador de televisão e cinema, João Lopes – crítico de

cinema, Alexandre Manuel – jornalista e editor, e uma personalidade a convidar pela autarquia. -

-----Dois – Os guiões submetidos a concurso serão examinados por Francisco Moita Flores que procederá ao primeiro exame cuja finalidade é apenas formal, isto é, se preenche os requisitos estipulados no regulamento do Primeiro Grande Prémio de Ficção “Oeiras, Parque dos Poetas e das Tecnologias”. -----

-----Três – Conferidos os trabalhos aceites, serão distribuídos equitativamente a todos os membros do júri que os classificarão com uma pontuação de um a dez. -----

-----Quatro – Os dez trabalhos – cinco para a mini-série, cinco para a série – com maior classificação, tornarão a ser examinados por todos os jurados. -----

-----Cinco – A decisão final para cada uma das modalidades será tomada em reunião aberta, com discussão sobre as várias candidaturas, devendo o vencedor apurado ser votado por maioria de três votos. -----

-----Seis – O júri pode não atribuir qualquer dos prémios. -----

-----Sete – O júri, se assim o entender, pode atribuir menções honrosas a título de reconhecimento pela qualidade do trabalho, sem vincular com essa atitude qualquer obrigação por parte da Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Oito – O júri compromete-se em entregar os resultados definitivos até ao dia um de Junho de dois mil. -----

-----Nove – Os elementos do júri terão direito a receber um subsídio de compensação de duzentos e cinquenta mil escudos cada. -----

-----Dez – O júri é nomeado por despacho do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e as suas funções consideram-se extintas quando tiver lugar a última reunião para deliberação sobre os vencedores. -----

-----Onze – Lavrar-se-ão actas do início da actividade assim como do escrutínio final. Os membros do júri têm direito a declaração de voto se assim o entenderem.” -----



----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

147 - PER/FAMÍLIAS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO DESTINADA À AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA DO MUNÍCIPE SEBASTIÃO TEIXEIRA DOS SANTOS - CP 05.01.09.01.: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Através do ofício número quatrocentos e cinquenta e um, datado de treze de Janeiro corrente, comunica o Instituto Nacional de Habitação que o processo de candidatura ao programa mencionado em epígrafe relativo à reabilitação de habitação própria do munícipe Sebastião Teixeira dos Santos (duzentos e catorze PERF, noventa e nove), se encontra aprovado, com a matrícula número quatro ponto vinte ponto um.-----

----- Em face do que antecede, proponho que esta Câmara Municipal delibere: -----

----- - Conceder, tendo em consideração o disposto no número cinco, do artigo quarto, do Decreto-Lei número setenta e nove, de noventa e seis, a fundo perdido, uma comparticipação de novecentos e catorze mil e trezentos escudos, destinada à reabilitação da habitação própria, permanente e exclusiva do munícipe e seu agregado familiar, sita na Freguesia do Fiolhoso, Concelho de Murça, devendo o Departamento de Ambiente e Equipamento, conjuntamente com a Divisão de Polícia Municipal, assegurar a demolição tempestiva da barraca número quarenta e cinco, na Quinta de Salregos, em Carnaxide; -----

----- - A comparticipação só poderá ser libertada, contra a entrega de declaração, sob compromisso de honra, de que esses valores serão unicamente utilizados no pagamento de obras de reabilitação a efectuar na habitação sita na Freguesia do Fiolhoso, Concelho de Murça; -----

----- - Aprovar a presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

148 – ALIENAÇÃO DE FOGO SITO NO CDH DE LAVEIRAS/CAXIAS, AV.^a JOÃO DE FREITAS BRANCO, Nº 39, 3º-D, A ADRIANO AUGUSTO DA SILVA: -----

----- I – O Senhor presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Um – A alienação de um fogo do antigo lote sete do CDH de Laveiras/Caxias, actual número trinta e nove, da Avenida João de Freitas Branco, em Laveiras, pelo preço unitário de oito milhões duzentos e noventa e oito mil escudos – T Dois, à seguinte entidade: -----

----- - Adriano Augusto da Silva – terceiro D / T Dois. -----

----- Dois – A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

149 – PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO – ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO ECONÓMICA POR RENÚNCIA AO REALOJAMENTO AO GRUPO DE ISOLADOS RECENSEADOS NO Nº 17 A – RUA F – QUINTA DA CARAPUÇA – CP 05.01.09.01.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “De acordo com a informação número setenta e cinco, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A atribuição de uma compensação económica, por renúncia ao realojamento no valor de uma milhão de escudos, a cada um dos indivíduos recenseados na Rua F, número dezassete A, da Quinta da Carapuça e abaixo designados:-----

----- - Upá Gomes, natural da Guiné-Bissau, nascido a dezassete de Setembro de cinquenta e oito, portador da Autorização de Residência número duzentos e quarenta e seis mil setecentos e vinte, tipo A, emitida pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com o número fiscal cento e noventa e cinco milhões quinhentos e oitenta e dois mil quinhentos e setenta e oito. -----

----- - Garcia António Pedigue, natural da Guiné-Bissau, nascido a oito de Abril de sessenta, portador da Autorização de Residência número duzentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um, tipo A, emitida pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com o número fiscal duzentos e sete milhões quinhentos e noventa mil cento e vinte e cinco. -----

----- - Rui Almeida, natural da Guiné-Bissau, nascido a quinze de Julho de sessenta e sete, portador da Autorização de Residência número duzentos e setenta e um mil novecentos e oitenta e quatro, com o número de contribuinte cento e noventa e sete milhões setecentos e quarenta e seis mil setecentos e cinco. -----

----- Dois – A demolição do alojamento citado. -----

----- Três – A aprovação da proposta em minuta.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**150 – ATRIBUIÇÃO DE DOIS FOGOS A AGREGADOS RECENSEADOS NO ÂMBITO DO
PER NO ALTO DOS BARRONHOS:-----**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Em virtude da urgência de desocupação de algumas zonas consideradas prioritárias
no núcleo do Alto dos Barronhos e na sequência das informações dois mil setecentos e vinte seis,
de noventa e nove, e quarenta e sete, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A atribuição com carácter provisório do fogo T Um sito na Avenida dos
Cavaleiros, número trinta, segundo B, no Bairro da Outurela/Portela ao isolado Diamantino
Ribeiro Lopes, recenseado no âmbito do PER no número vinte e sete, do Alto dos Barronhos. ----

----- Dois – A atribuição com carácter provisório do fogo T Dois sito na Rua Alves Redol,
Bloco C, primeiro direito, Bairro Casal do Deserto ao grupo de isolados recenseados no âmbito
do Per no número noventa e quatro, do Alto dos Barronhos, cujo representante é Feliciano
Ribeiro Tavares. -----

----- Três – A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

151 – DESPEJO SUMÁRIO DE LUÍS MANUEL MARQUES BATISTA – RUA QUINTA DO SALES, 9 – 3º DTº: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador David Justino: -----

----- “Na sequência da informação cento e trinta e sete, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um – A execução do despejo sumário ao agregado familiar de Luís Manuel Marques Batista, residente na Rua Quinta do Sales, nove, terceiro direito, no Bairro da Encosta da Portela, por incumprimento do pagamento de rendas. -----

----- Dois – Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**152 – PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA
PARA ALUGUER DE CINCO VIATURAS PARA RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
URBANOS, DURANTE OS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DO ANO 2000 –
ADJUDICAÇÃO – CP 11.07.07.06.: -----**

----- I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Havendo necessidade e muita urgência em proceder ao aluguer de cinco viaturas para recolha de resíduos sólidos urbanos durante o primeiro trimestre do corrente ano, consultaram-se cinco firmas, das quais três apresentaram as seguintes propostas:-----

----- - Serurb – Serviços Urbanos, Limitada: -----

----- Três viaturas de quinze metros cúbicos – proposta no montante de setecentos e sessenta mil e quinhentos escudos / mês / viatura, com o IVA incluído; -----

----- Duas viaturas de doze metros cúbicos – não apresentou preço.-----

----- - Ecoambiente – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, Limitada: - -----

----- Três viaturas de quinze metros cúbicos – proposta no montante de seiscentos e quarenta e três mil e quinhentos escudos / mês / viatura, com o IVA incluído;-----

----- Duas viaturas de doze metros cúbicos – proposta no montante de seiscentos e catorze mil duzentos e cinquenta escudos / mês / viatura, com o IVA incluído;-----

----- - Levap – Sociedade de Equipamentos Ecológicos e Ambientais, Limitada: -----

----- Três viaturas de quinze metros cúbicos – proposta no montante de novecentos e seis mil setecentos e cinquenta escudos / mês / viatura, como IVA incluído; -----

----- Duas viaturas de doze metros cúbicos – proposta no montante de seiscentos e cinquenta e oito mil cento e vinte e cinco escudos / mês / viatura, com o IVA incluído. -----

----- Após análise destas propostas, a Comissão de Apreciação concluiu que a proposta

mais vantajosa para este Município é a da firma Ecoambiente, Limitada, pelo facto de cumprir na integra as condições exigidas na consulta, para além de apresentar o preço mais baixo. -----

-----Ao abrigo do número quatro, do artigo centésimo quinquagésimo nono, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de oito de Junho, está dispensada a audiência prévia dos concorrentes uma vez que foram admitidas todas as propostas apresentadas e o critério de adjudicação foi unicamente o preço mais baixo. -----

-----Em face do que antecede, proponho: -----

----- O aluguer, para o primeiro trimestre do corrente ano, de três viaturas de quinze metros cúbicos, pelo montante de cinco milhões setecentos e noventa e um mil e quinhentos escudos (seiscientos e quarenta e três mil e quinhentos escudos / mês / viatura) e de duas viaturas de doze metros cúbicos, pelo montante de três milhões seiscientos e oitenta e cinco mil e quinhentos escudos (seiscientos e catorze mil duzentos e cinquenta escudos / mês / viatura), num total de nove milhões quatrocentos e setenta e sete mil escudos, com o IVA incluído à taxa de dezassete por cento à firma Ecoambiente – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, Limitada, ao abrigo da alínea a), do número um, do artigo octogésimo primeiro, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

153 – CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO DE PNEUS DURANTE O ANO DE 2000, DESTINADOS ÀS MÁQUINAS E VIATURAS DESTE MUNICÍPIO – CP

11.07.06.04.:-----

----- I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Tendo em vista o fornecimento contínuo de pneus, durante o ano dois mil, destinados às máquinas e viaturas que constituem o parque motorizado desta Câmara Municipal;

----- Encontrando-se esta aquisição prevista no Plano de Actividades de dois mil, proponho:- -----

----- - A aprovação do programa de concurso e do caderno de encargos. -----

----- - A designação do júri, composto pelo Chefe da Divisão de Viaturas e Equipamento, Engenheiro João Kopke Mimoso de Barros Alpoim, que presidirá, Engenheiro Paulo Manuel Figueira Abreu Riscado e Engenheira Maria de Lurdes Ema Rodrigues.-----

----- - A abertura de concurso ao abrigo da alínea a), do número um, do artigo septuagésimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho. - -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

154 – RESÍDUOS DE DERIVADOS DE MADEIRA – APROVAÇÃO DE MINUTA DE PROTOCOLO COM AS INDÚSTRIAS JOMAR, S.A.: -----

----- I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Tendo como objectivo a constante melhoria da qualidade do Meio Ambiente e dando seguimento à política de reciclagem e separação de resíduos sólidos urbanos há muito implementada no Concelho, tem-se procurado de forma regular e sistemática ir alargando o leque de material a reciclar. -----

----- Atendendo a que recebemos um contacto da firma Jomar que tem em funcionamento um inovador e integrado serviço de reciclagem de resíduos de madeira, que inclui a respectiva recolha, triagem e reutilização no processo produtivo de aglomerados que, por parecer interessante, pretende-se implementar.-----

----- Atendendo a que o serviço proposta é de evidente interesse, quer em termos ambientais quer económicos, uma vez que nos permitirá: -----

----- - Assegurar a recolha de desperdícios de madeira que de outra forma seriam indevidamente abandonados;-----

----- - Assegurar a redução do consumo de madeiras do Parque Nacional; -----

----- -Assegurar a redução dos custos de gestão dos resíduos e naturalmente os correspondentes custos ambientais que daí advêm. -----

----- Atendendo a que o serviço proposto não implica qualquer custo para a Câmara, já que quer a recolha e o transporte quer as caixas para deposição dos resíduos de madeira são da responsabilidade da firma acima referida, proponho:-----

----- - O estabelecimento de um acordo entre as Indústrias Jomar, Sociedade Anónima e a CMO nos termos da minuta de protocolo, ficando a primeira responsável pela disponibilização dos respectivos elementos estatísticos.-----

----- A aprovação da minuta de protocolo, que a seguir se transcreve. -----

----- A comunicação da presente deliberação à empresa. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----“Minuta de Protocolo -----

Entre -----

O Município de Oeiras, representado neste acto pelo Presidente da Câmara Municipal, licenciado em Direito, Isaltino Afonso Morais, com poderes para outorgar o presente protocolo, adiante designado abreviadamente por CMO, -----

E -----

Indústrias Jomar – Madeiras e Derivados, Sociedade Anónima, representada pelo Seu Director, Engenheiro José Joaquim Cardoso Borges, com sede em Freixieiro, Perafita, Matosinhos, como segundo outorgante, adiante designada por Empresa, é celebrado o protocolo composto pelas estipulações seguintes, que ambos afirmam desejar pontualmente cumprir. -----

-----Primeira-----

Tendo como objectivo a constante melhoria da qualidade do Meio Ambiente e dando seguimento à política de reciclagem e separação de resíduos sólidos urbanos há muito implementada no Concelho, tem-se procurado de forma regular e sistemática ir alargando o leque de material a reciclar. ----

-----Segunda-----

A CMO e a Empresa acordam estabelecer entre si normas que visam a implementação do inovador e integrado serviço de reciclagem de resíduos de madeira, incluindo a respectiva recolha, triagem e reutilização no processo produtivo de aglomerados. -----

-----Terceira-----

A reciclagem será efectuada no Aterro de Vila Fria, onde a Empresa colocará duas caixas com a capacidade de trinta e oito metros cúbicos e a recolha será da responsabilidade da CMO, após



contacto telefónico com a Empresa, com vinte e quatro horas de antecedência. -----

-----Quarta-----

Os resíduos de derivados de madeira deverão encontrar-se o mais possível isentos de vidro, materiais ferrosos de média dimensão ou alumínio, plásticos ou outros similares. -----

-----Quinta-----

Os resíduos de jardim provenientes das podas de árvores ou arbustos deverão estar isentos de qualquer tipo de ramagem.-----

-----Sexta-----

Em casos de recolha de móveis de grande dimensão, solicita-se aos responsáveis que procedam ao desmembramento dos mesmos por motivos de ocupação de espaço no interior da caixa.-----

-----Sétima-----

Os resíduos deverão ser colocados no interior das caixas de modo organizado de forma a ocupar na totalidade o espaço disponível. -----

-----Oitava-----

A colocação dos resíduos no interior não deverá ultrapassar o limite das respectivas caixas, nomeadamente em termos de altura para não comprometer o correcto transporte e manuseamento das cargas. -----

-----Nona-----

A colocação de resíduos nas respectivas caixas terá que ser solicitada e acompanhada pelo responsável presente no momento no respectivo Aterro.-----

-----Décima-----

As dúvidas resultantes da interpretação ou execução do presente protocolo, os casos omissos e os litígios decorrentes da implementação do mesmo, serão resolvidos por acordo entre as duas entidades designadas.-----

Feito em Oeiras aos ... dias do mês de ... do ano dois mil em duas exemplares que depois de

rubricados nas suas três páginas vão ser assinados pelas duas partes, ficando cada uma com um exemplar.-- -----

O Presidente da Câmara -----

O Segundo Outorgante.”-----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**155 – ELIMINAÇÃO DE CANTEIROS EM VÁRIOS LOCAIS DO CONCELHO –
APROVAÇÃO DO PROCESSO DE CONCURSO – CP 09.01.03.03.: -----**

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Tendo em vista a execução da empreitada designada em epígrafe, procedeu-se à elaboração do respectivo processo de concurso, cujo preço base é de vinte milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil escudos. -----

----- Em face do que antecede e de harmonia com o disposto na alínea b), do número dois, do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, com a redacção dada pela Lei número cento e sessenta e três, de noventa e nove, de catorze de Setembro, proponho: -----

----- - A abertura de concurso limitado; -----

----- - A aprovação do processo de concurso; -----

----- - A designação da Comissão de Abertura das Propostas, constituída por: Chefe da Divisão de Administração Directa, que presidirá; um Técnico da Divisão de Administração Directa e Chefe da Repartição de Apoio Administrativo ao Departamento de Infra-Estruturas Municipais; -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

156 – PROCº 141 – DIM/DSA/99 – JUNTA DE FREGUESIA DE ALGÉS – CLIMATIZAÇÃO – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º E 2º AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP

11.05.07.09.:-----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Serviços de Apoio foram elaborados os primeiro e segundo autos de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de três milhões setecentos e cinquenta e seis mil oitocentos e oitenta e dois escudos, sendo o valor do primeiro auto de dois milhões novecentos e sessenta e quatro mil e quinhentos escudos e o valor do segundo auto de setecentos e noventa e dois mil trezentos e oitenta e dois escudos, correspondentes a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação dos primeiro e segundo autos de medição de trabalhos no montante global de três milhões novecentos e quarenta e quatro mil setecentos e vinte e seis escudos, o qual inclui a importância de cento e oitenta e sete mil oitocentos e quarenta e quatro escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa C.M.E. - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima; -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

157 – PROCº 300 – DIM/DAD/99 – REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS EM BARCARENA, CARNAXIDE E QUEIJAS – APROVAÇÃO DE PROCESSO DE CONCURSO – CP 09 01.03.04.: -----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Tendo em vista a execução da empreitada designada em epígrafe, procedeu-se à elaboração do respectivo processo de concurso, cujo preço base é de vinte e quatro milhões seiscentos e dois mil novecentos e setenta e oito escudos. -----

----- Em face do que antecede e de harmonia com o disposto na alínea b), do número dois, do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, com a redacção dada pela Lei número cento e sessenta e três, de noventa e nove, de catorze de Setembro, proponho:-----

----- - A abertura de concurso limitado; -----

----- - A aprovação do processo de concurso; -----

----- - A designação da Comissão de Abertura das Propostas, constituída por: Chefe da Divisão de Administração Directa, que presidirá; um Técnico da Divisão de Administração Directa e Chefe da Repartição de Apoio Administrativo ao Departamento de Infra-Estruturas Municipais;-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

158 –Pº 2-DIM/DAD/2000-BENEFICIAÇÃO DA RUA DA EIRA VELHA, EM LINDA-A-VELHA

–APROVAÇÃO DE PROCESSO DE CONCURSO – CP 09.01.03.04.: -----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Tendo em vista a execução de empreitada designada em epígrafe, procedeu-se à elaboração do respectivo processo de concurso, cujo preço base é de nove milhões quinhentos e quarenta e um mil e quinhentos escudos. -----

----- Em face do que antecede e de harmonia com o disposto na alínea b), do número dois, do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, com a redacção dada pela Lei número cento e sessenta e três, de noventa e nove, de catorze de Setembro, proponho:-----

----- - A abertura de concurso limitado; -----

----- - A aprovação do processo de concurso; -----

----- - A designação da Comissão de Abertura das Propostas, constituída por: Chefe da Divisão de Administração Directa, que presidirá; um Técnico da Divisão de Administração Directa e Chefe da Repartição de Apoio Administrativo ao Departamento de Infra-Estruturas Municipais;-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

159 –Pº 299-DIM/DAD/99-REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS EM OEIRAS, PAÇO DE ARCOS E PORTO SALVO - –APROVAÇÃO DE PROCESSO DE CONCURSO – CP

09.01.03.04.:-----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Tendo em vista a execução da empreitada designada em epígrafe, procedeu-se à elaboração do respectivo processo de concurso, cujo preço base é de vinte e quatro milhões seiscentos e dois mil novecentos e setenta e oito escudos.-----

----- Em face do que antecede e de harmonia com o disposto na alínea b), do número dois, do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, com a redacção dada pela Lei número cento e sessenta e três, de noventa e nove de catorze de Setembro, proponho:-----

----- - A abertura de concurso limitado; -----

----- - A aprovação do processo de concurso; -----

----- - A designação da Comissão de Abertura das Propostas, constituída por: Chefe da Divisão de Administração Directa, que presidirá; um Técnico da Divisão de Administração Directa e Chefe da Repartição de Apoio Administrativo ao Departamento de Infra-Estruturas Municipais;-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**160 – PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA E A
SANEST – SMAS: -----**

----- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de dezoito de Janeiro de dois mil, deliberou aprovar a despesa respeitante à execução de obras prementes e de efeitos mais relevantes na qualidade das águas das praias e ribeiras, sob influência do Município da Amadora, no montante global cento e onze milhões cento e cinquenta mil novecentos e dez escudos tendo em conta a proposta de deliberação junto ao processo. -----

----- Face ao exposto, proponho: -----

----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração de aprovação da despesa a suportar pelos SMAS de Oeiras e Amadora, correspondente aos encargos das obras inerentes às redes domésticas, no montante global de cento e onze milhões, cento e cinquenta mil, novecentos e dez escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos da alínea b), do número um, do artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho; -----

----- - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

161 – EMPREITADA DESTINADA À INSTALAÇÃO DE UM COLECTOR UNITÁRIO NA RUA DR. JOSÉ PONTES E PARTE DA AVª D. JOSÉ I, NA REBOLEIRA, AMADORA – CONCURSO LIMITADO CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO – SMAS: -----

----- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de dezoito de Janeiro de dois mil, deliberou adjudicar a empreitada supra referida à empresa António Filipe Teodósio, Limitada, pelo valor de quarenta milhões seiscentos e vinte e um mil e seiscentos escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo sessenta por cento do valor pago pela CMA e os restantes quarenta por cento suportados pelos SMAS, tendo em conta a proposta de deliberação junto ao processo. -----

----- Face ao exposto, proponho: -----

----- Um – A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS de adjudicação da empreitada destinada à instalação de um colector unitário na Rua Doutor José Pontes e parte da Avenida Dom José Primeiro, na Reboleira, Amadora, nos exactos termos propostos pela empresa António Filipe Teodósio, Limitada, pelo valor de quarenta milhões seiscentos e vinte e um mil e seiscentos escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com o disposto na alínea b), do número um, do artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho; -----

----- Dois – A celebração de contrato escrito, nos termos do disposto no artigo quinquagésimo nono, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, e bem assim o envio ao Tribunal de Contas para efeito de fiscalização prévia; -----

----- Três – A aprovação da presente proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**162 – EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM
CARENQUE, AMADORA, ESTRADA DAS ÁGUAS LIVRES E ARRUAMENTOS
CONFLUENTES (2º FASE) - TRABALHOS A MAIS – SMAS: -----**

----- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de dezoito de Janeiro de dois mil, deliberou aprovar os trabalhos supracitados à empresa António Carvalho Batista, Limitada, no valor de oito milhões setenta e nove mil cento e oitenta escudos acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, tendo em conta a proposta de deliberação junta ao processo. -----

----- Face ao exposto, proponho: -----

----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS, da aprovação de trabalhos a mais da empreitada de substituição das redes de abastecimento de água em Carenque, Amadora, Estrada das Águas Livres e arruamentos confluentes (segunda fase) nos exactos termos propostos pela empresa António Carvalho Batista, Limitada, no valor de oito milhões setenta e nove mil cento e oitenta escudos, acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor; -----

----- Dois - A não celebração de contrato escrito, de acordo com o disposto na alínea a), do número um, do artigo quinquagésimo nono, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho; -----

----- Três - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

**163 – PROCº 301 – DIM/DAD/99 – REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS EM
ALGÉS, DAFUNDO E LINDA-A-VELHA – APROVAÇÃO DE PROCESSO DE CONCURSO –
CP 09.01.03.04.:** -----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Tendo em vista a execução da empreitada designada em epígrafe, procedeu-se à elaboração do respectivo processo de concurso, cujo preço base é de vinte e quatro milhões seiscentos e dois mil novecentos e setenta e oito escudos.-----

----- Em face do que antecede e de harmonia com o disposto na alínea b), do número dois, do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, com a redacção dada pela Lei número cento e sessenta e três, de noventa e nove, de catorze de Setembro, proponho:-----

----- - A abertura de concurso limitado; -----

----- - A aprovação do processo de concurso; -----

----- - A designação da Comissão de Abertura das Propostas, constituída por: Chefe da Divisão de Administração Directa, que presidirá; um Técnico da Divisão de Administração Directa e Chefe da Repartição de Apoio Administrativo ao Departamento de Infra-Estruturas Municipais;-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

164 – PROGRAMA ESCOLAS – OFICINAS E UNIVA – UNIDADES DE INSERÇÃO NA VIDA ACTIVA E CLUBE DE EMPREGO: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Tem sido preocupação da Divisão de Assuntos Sociais reforçar a sua intervenção na área do emprego e formação através da criação de estruturas facilitadoras de acesso ao mercado de trabalho dirigidas a grupos de população que apresentam maior vulnerabilidade à inserção profissional. -----

----- Do conjunto dos factores geradores de exclusão social, a situação perante o trabalho é sem dúvida decisiva como factor de inclusão social, visto que o acesso ao emprego se relaciona com o acesso a uma renda susceptível de suprir as necessidades básicas da família. Este é um elemento central na afirmação da identidade social dos indivíduos. -----

----- Em síntese, trata-se de proporcionar as condições para estabelecer projectos de vida, constituir um estatuto e uma identidade social, alimentar uma imagem positiva de si próprio, alargar a rede de socialidades, manter uma relação com as instituições e os serviços colectivos, adquirir direitos à saúde e à protecção social. -----

----- Neste sentido, a Autarquia apresentou candidatura ao Programa de Formação Profissional Escolas – Oficinas do Instituto de Emprego e Formação Profissional, tendo já decorrido no ano de noventa e oito/noventa e nove as acções de formação em Jardinagem, em Encadernação e em Marcenaria. Para o ano dois mil foram aprovadas as candidaturas aos cursos de Joalharia e de Cerâmica. -----

----- É objectivo do Programa Escolas – Oficinas proporcionar aos jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego e aos desempregados de longa duração, qualificações profissionais adequadas ao exercício de uma actividade, no domínio dos ofícios tradicionais, promovendo a criação de novos postos de trabalho nas modalidades de criação do próprio

emprego, constituição de uma empresa ou contratação por conta de outrém. -----

-----O montante global aprovado para as duas candidaturas ao ano dois mil é de cinquenta milhões cento e sessenta e oito mil e quatrocentos escudos. -----

-----Os cursos de formação profissional irão funcionar no início do ano dois mil. -----

-----Será ainda efectuada candidatura a um Clube de Emprego cujos objectivos são: -----

----- análise individual ou em grupo, da situação dos desempregados e das hipóteses de solução dos seus problemas; -----

----- prestação de apoio em técnicas e no processo de procura de emprego;-----

----- recolha e difusão de informação sobre oportunidades de emprego e formação profissional;-----

----- cooperação com outras entidades, tendo em vista os problemas de emprego. -----

-----O IEFPP presta apoio técnico e financeiro aos Clubes de Emprego. -----

-----Sendo em matéria de emprego preocupação da Divisão de Acção Social prestar o acolhimento, informação, orientação profissional e acompanhamento individual dos jovens desempregados. A Divisão de Acção Social organizou candidatura a uma UNIVA – Unidades de Inserção na Vida Activa pretendendo assim facilitar o processo de inclusão sócio-profissional dos jovens. -----

-----O Instituto de Emprego presta apoio financeiro anual à UNIVA nomeadamente para pequenas adaptações de infra-estruturas, aquisição de equipamento e acesso a redes de informação. A UNIVA visa facilitar e contribuir para a integração na vida dos jovens desempregados. -----

-----O IEFPP concede apoio técnico e financeiro às UNIVAS. -----

-----Prevê-se o início do funcionamento da UNIVA e Clube de Emprego no decurso do ano dois mil sendo a instalação destas estruturas respectivamente no Centro da Juventude e no Centro Comunitário do Alto da Loba.”-----



----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

165 – ESCOLAS B1 – FUNCIONAMENTO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES – PAGAMENTO A EMPRESA DE RESTAURAÇÃO – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ÀS ESCOLAS DO 1º CICLO DO CONCELHO DE OEIRAS, NOS MESES DE JANEIRO A JULHO DE 2000 – CP

01.05.07.01.:-----

----- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

----- “Um – Introdução-----

----- O Decreto-Lei número trezentos e noventa e nove-A, de oitenta e quatro, de vinte e oito de Dezembro, regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de acção social, nomeadamente no domínio dos Refeitórios Escolares. -----

----- A gestão dos Refeitórios Escolares é da responsabilidade das Câmaras Municipais (artigo sétimo, número um), as quais poderão confiar o seu controlo directo aos órgãos directivos de cada estabelecimento de ensino. Estes órgãos directivos, por sua vez, também o poderão delegar em professores ou monitores designados pelo Director do estabelecimento de ensino ou pelo conselho escolar (artigo sétimo, número dois e número quatro). -- -----

----- Tratando-se de um serviço essencial, dado que o mesmo se refere ao fornecimento de refeições para os alunos das Escolas B Um, não podendo o mesmo ser interrompido, dada a importância que reveste no sucesso escolar dessas crianças, foi consultada a Empresa Gertal- Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação Sociedade Anónima, empresa que tem assegurado o fornecimento das refeições em mil novecentos e noventa e nove, no sentido de auscultar a sua disponibilidade em assegurar o fornecimento de refeições transportadas e a confecção de refeições nas Escolas supra citadas, conforme quadro a seguir apresentado, nos meses de Janeiro a Julho de dois mil, tendo esta

respondido afirmativamente, conforme documento em anexo, que faz parte integrante desta proposta.-----

-----Dois – Proposta -----

-----Assim, proponho:-----

-----Dois.um - A atribuição do fornecimento de noventa e cinco mil e dezoito refeições incluindo o serviço de empratamento, distribuição, lavagem de loiça, limpeza e arrumação de cozinha e refeitório, ao custo unitário de quatrocentos e oitenta escudos e oitenta e sete centavos, acrescido de doze por cento de I.V.A., às Escolas B Um com refeições transportadas e a atribuição do fornecimento de duzentas e sessenta e sete mil oitocentas e seis refeições, incluindo os mesmos serviços, ao custo unitário de trezentos e vinte escudos e oito centavos, acrescido de doze por cento de I.V.A., às Escolas B Um com o fornecimento de refeições na modalidade de confecção local, por ajuste directo, em conformidade com as alíneas c), e h), do número um, do artigo octogésimo sexto do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, e a alínea g), do número um, da Lei cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, à Empresa Gertal- Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, Sociedade Anónima, nos meses de Janeiro a Julho de dois mil. -----

-----Dois.dois - A aprovação do cabimento contabilístico no valor de cento e trinta e um milhões quatrocentos e dez mil seiscentos e cinquenta e um escudos acrescidos de doze por cento de I.V.A.-- -----

-----Dois.três - Aprovação da celebração de contracto escrito, em conformidade com os artigos quinquagésimo nono e sexagésimo primeiro, bem como aprovação da minuta, nos termos do artigo sexagésimo quarto, todos do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho.-----

-----Dois.quatro - Comunicação. -----

-----Dois.cinco - Aprovação em minuta.”-----



-----	“Escolas com serviço de confecção local -----
-----	Número / Escola / Média Refeições Dia -----
-----	Um / Escola Básica Um Tercena / oitenta e cinco -----
-----	Dois / Escola Básica Um Oeiras Número Dois / cento e dez-----
-----	Três / Escola Básica Um Oeiras Número Três / cento e noventa -----
-----	Quatro / Escola Básica Um Número Quatro / duzentos e noventa -----
-----	Cinco / Escola Básica Um Oeiras Número Cinco / cento e cinquenta -----
-----	Seis / Escola Básica Um Algés Número Um / noventa -----
-----	Sete / Escola Básica Um Dafundo / oitenta -----
-----	Oito / Escola Básica Um Paço de Arcos Número dois / noventa -----
-----	Nove / Escola Básica Paço de Arcos Número Três / oitenta -----
-----	Dez / Escola Básica Um Paço de Arcos Número Quatro / cento e dez -----
-----	Onze / Escola Básica Um do Murganhal / sessenta e oito -----
-----	Doze / Escola Básica Um Porto Salvo Número Três / cento e cinquenta -----
-----	Treze / Escola Básica Um Barcarena Número Dois / setenta -----
-----	Catorze / Escola Básica Um Caxias Número Um / setenta -----
-----	Quinze / Escola Básica Um Outurela/Portela / cento e seis -----
-----	Total / mil setecentos e trinta e nove. -----
-----	Escolas com serviço de refeições transportadas -----
-----	Número / Escola / Média Refeições Dia -----
-----	Um / Escola Básica Um Algés Número Dois / cem -----
-----	Dois / Escola Básica Um Cruz-Quebrada / cinquenta e cinco-----
-----	Três / Escola Básica Um Oeiras Número Um / noventa -----
-----	Quatro / Escola Básica Um Paço de Arcos Número Um / cento e sessenta e dois -----
-----	Cinco / Escola Básica Um Ribeira da Lage / sessenta-----

-----Seis / Escola Básica Um de Valejas / quarenta e oito -----

-----Sete / Escola Básica Um de Barcarena Número Um / vinte e dois -----

-----Total / quinhentos e trinta e sete. -----

-----Oito* / Escola Básica Um Linda-a-Velha Número Um / sessenta -----

-----Nove* / Escola Básica Um Porto Salvo Número Um / oitenta -----

-----(* previsão – refeitório escolar em funcionamento no último trimestre escolar Abril
dois mil)--- -----

-----Total / seiscentos e setenta e sete.”-----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

166 – ACORDO DE GEMINAÇÃO OEIRAS/MINDELO – CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL/MAIS 18 FOGOS NO Bº DA FONTE DO FRANCÊS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CÂMARA MUNICIPAL DE S. VICENTE/CABO VERDE PARA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL – CP 11.02.03.01.:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Um – Introdução-----

----- Resultante do Protocolo de Geminação entre Oeiras e Mindelo, estabelecido por Acordo mútuo em mil novecentos e oitenta e oito, têm as Autarquias de Oeiras e de São Vicente/Cabo Verde, vindo a desenvolver várias acções de cooperação, objectivando projectos de criação de infra-estruturas e de condições de fixação de população, e que se traduzam numa real melhoria das suas condições de vida, nos aspectos sociais, económicos e culturais. -----

----- O âmbito e objectivos desta cooperação, a acção correspondente ao Apoio da CMO, para a Construção de Habitação Social pela Câmara Municipal de São Vicente, tem vindo a desenvolver-se no que respeita ao acompanhamento técnico, formação e apoio na aquisição de materiais de construção.-----

----- Desta cooperação já resultaram a construção de vinte e quatro fogos no Bairro Francisco Sá Carneiro (já construídos e habitados com sucesso, desde mil novecentos e noventa e oito) e dezoito fogos na primeira fase do Bairro da Fonte do Francês (já construídos e entregues em Novembro de mil novecentos e noventa e nove). -----

----- Existem agora condições para o processamento da continuidade deste apoio, destinado à construção da segunda fase do Bairro da Fonte do Francês, constituída por mais dezoito fogos de habitação social. -----

----- Para a contabilização do valor deste subsídio, a Câmara Municipal de São Vicente, apresentou as medições e orçamento dos materiais respectivos, com proposta de um fornecedor

consultado e escolhido por aquela Autarquia. -----

-----Esta proposta foi objecto de análise, concluindo-se serem os valores apresentados, os correntemente praticados no mercado, e comparativamente com o anterior subsídio atribuído à primeira fase deste empreendimento (também de dezoito fogos) verifica-se uma diferença que se coaduna com a resultante da inflação. -----

-----O valor total destes materiais destinados às primeiras dezoito casas do Conjunto Habitacional da Fonte do Francês foi de três milhões quatrocentos e setenta e dois mil cento e oitenta e quatro escudos. -----

-----O valor apresentado para a segunda fase deste Bairro é de três milhões setecentos e setenta e dois mil e oitocentos e oitenta e cinco escudos, isentos de IVA (por se tratar de material de exportação) e onde já se encontram incorporadas as despesas de despacho e frete para São Vicente.-----

-----A atribuição deste subsídio significa assim, o financiamento por parte da CMO, de duzentos e nove mil seiscentos e cinco escudos / fogo nesta segunda fase.-----

-----No Conjunto do Bairro (trinta e seis fogos para um total de subsídio de sete milhões duzentos e quarenta e cinco mil e sessenta e nove escudos) este valor por fogo correspondeu a duzentos e um mil duzentos e cinquenta e dois escudos. -----

-----Dois – Proposta -----

-----Com base em todos os antecedentes referidos e documentos junto ao processo, e na continuidade do apoio da Câmara Municipal de Oeiras à Câmara Municipal de São Vicente para a construção de habitação social, proponho : -----

-----Dois.um - A atribuição de um subsídio à Câmara Municipal de São Vicente/Cabo Verde no valor de três milhões setecentos e setenta e dois mil e oitocentos e oitenta e cinco escudos destinados à aquisição de materiais de construção dos dezoito fogos da segunda fase do Bairro da Fonte do Francês. -----



----- Dois.dois - O cabimento contabilístico para o quantitativo indicado.-----

----- Dois.três - A autorização do pagamento à Empresa F. Alinho, Importação e Exportação, para o efeito consultada e escolhida pela Câmara Municipal de São Vicente, conforme antecedentes junto ao processo, no valor do subsídio referido, correspondente a três milhões setecentos e setenta e dois mil e oitocentos e oitenta e cinco escudos isento de IVA (por se tratar de material de exportação) e onde já se encontram incorporadas as despesas de despacho e frete para a ilha de São Vicente. -----

----- Dois.quatro - A comunicação à Câmara Municipal de São Vicente.-----

----- Dois.cinco - A aprovação em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

167 – FUNDOS PERMANENTES:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Determina o artigo trigésimo, do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um, de oitenta e três, de vinte e um de Julho, que em caso de reconhecida necessidade, poderá ser autorizada a constituição de fundos permanentes, de conta de determinadas dotações visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis. -----

----- A constituição e a reposição dos fundos permanentes, obriga à movimentação da correspondente rubrica de “Operações de Tesouraria”. -----

----- Os administradores dos fundos, apenas os podem utilizar para pagamento de pequenas despesas de bens que desaparecem no acto da sua primeira utilização, isto é, consumidos na produção do trabalho, por conseguinte, não inventariáveis, em virtude da sua presumível curta duração.-----

----- Quaisquer despesas que sejam efectuadas e que não tenham cabimento ao conceito referido nesta proposta, serão suportadas pelos respectivos administradores. -----

----- Faz parte integrante desta proposta a ordem de serviço junta ao processo. -----

----- Assim, proponho a constituição dos seguintes fundos permanentes a desbloquear em duodécimos nos termos do despacho:-----

----- Valor Mensal / Valor Anual-----

----- Gabinete da Presidência / quinhentos mil escudos / seis milhões de escudos -----

----- Gabinete de Estudos / sessenta mil escudos / setecentos e vinte mil escudos-----

----- Gabinete de Desenvolvimento Municipal / sessenta mil escudos / setecentos e vinte mil escudos-----

----- Gabinete de Protecção Civil / cem mil escudos / um milhão e duzentos mil escudos--

----- Gabinete de Projectos Especiais / sessenta mil escudos / setecentos e vinte mil

escudos ---- -----

-----Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico / cinquenta mil escudos / seiscentos mil
escudos ---- -----

-----Gabinete Projecto Urban / sessenta mil escudos / setecentos e vinte mil escudos -----

-----Gabinete de Relações Públicas / sessenta mil escudos / setecentos e vinte mil escudos

-----Gabinete de Estudos Arqueológicos / cinquenta mil escudos / seiscentos mil escudos

-----LEMO / vinte e cinco mil escudos / trezentos mil escudos -----

-----Divisão de Recursos Humanos / cento e vinte mil escudos / dois milhões e
quatrocentos mil escudos -----

-----Divisão de Informática / cem mil escudos / um milhão e duzentos mil escudos -----

-----Departamento de Finanças e Património / cento e cinquenta mil escudos / um milhão
e oitocentos mil escudos -----

-----Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística / cem mil escudos / um milhão e
duzentos mil escudos -----

-----Departamento de Infra-Estruturas Municipais – Repartição Administrativa / cem mil
escudos / um milhão e duzentos mil escudos -----

-----Divisão de Serviços de Apoio / cem mil escudos / um milhão e duzentos mil escudos

-----Departamento de Habitação – Repartição Administrativa / cento e cinquenta mil
escudos / um milhão e oitocentos mil escudos -----

-----Departamento de Habitação / cinquenta mil escudos / seiscentos mil escudos-----

-----Departamento de Ambiente e Equipamento / cem mil escudos / um milhão e
duzentos mil escudos -----

-----Divisão de Espaços Verdes e Equipamento Urbano / cinquenta mil escudos /
seiscentos mil escudos -----

-----Divisão de Higiene Pública / cinquenta mil escudos / seiscentos mil escudos -----



----- Divisão de Abastecimento Público e Fiscalização Sanitária / cinquenta mil escudos / seiscentos mil escudos-----

----- Divisão de Viaturas e Equipamento / cento e cinquenta mil escudos / um milhão e oitocentos mil escudos -----

----- Departamento de Assuntos Sociais e Culturais / duzentos e cinquenta mil escudos / três milhões de escudos -----

----- Gabinete das Eleições / duzentos mil escudos /-----

----- Os Administradores dos Fundos Permanentes deverão proceder à sua reposição até vinte e seis de Dezembro de dois mil.-----

----- A aprovação da presente proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

168 – Pº 79/DHI/94 – RUA QUINTA DE CORUCHE, EM PAÇO DE ARCOS – ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA – CP 09.01.02.03. -----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Tendo em vista a execução da empreitada mencionada em epígrafe e na sequência da abertura de concurso limitado, foram admitidas quatro firmas as quais apresentaram as propostas a seguir referidas e que serão acrescidas do IVA respectivo:-----

----- - Alves Ribeiro, Sociedade Anónima, proposta no montante de cinquenta e quatro milhões oitocentos e sessenta e dois mil cento e noventa e um escudos, com o prazo de execução de quatro meses;-----

----- - Tomás de Oliveira - Empreiteiros, Sociedade Anónima, proposta no montante de cinquenta e seis milhões novecentos e cinquenta e seis mil trezentos e oitenta e um escudos, após correcção, com o prazo de execução de quatro meses; -----

----- - Armando Cunha, Limitada, proposta no montante de quarenta e oito milhões cento e cinquenta e seis mil trezentos e dez escudos, com o prazo de execução de quatro meses;-----

----- - Tecnovia - Sociedade de Empreitadas, Sociedade Anónima, proposta no montante de quarenta e sete milhões novecentos e oitenta e um mil trezentos e nove escudos, com o prazo de execução de quatro meses. -----

----- As propostas foram analisadas pela comissão constituída para o efeito, tendo esta concluído, conforme consta do relatório de análise das propostas, que a mais vantajosa para esta Câmara Municipal é a da concorrente Tecnovia - Sociedade de Empreitadas, Sociedade Anónima, dado ser a de menor preço.-----

----- Refiro que foi comunicado aos concorrentes, através de Telecópia, que o relatório de análise de propostas se encontrava à consulta, nos termos do artigo centésimo primeiro, do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, não tendo sido, todavia,

apresentada qualquer reclamação, ao mesmo. -----

-----Em face do que antecede, proponho: -----

----- Que se adjudique a empreitada em título, por série de preços à empresa Tecnovia, Sociedade de Empreitadas, Sociedade Anónima, pelo montante de quarenta e sete milhões novecentos e oitenta e um mil trezentos e nove escudos, ao qual acresce dois milhões trezentos e noventa e nove mil e sessenta e cinco escudos respeitante ao IVA, à taxa legal em vigor –cinco por cento- e com o prazo de execução de quatro meses, de acordo com o número um, do artigo centésimo trigésimo segundo, do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

169 – PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES – 2000:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Propõe-se a presente alteração ao Plano de Actividades por não implicar a criação de novos projectos, de acordo com o disposto no artigo quarto, do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um, de oitenta e três, de vinte e um de Julho, a qual se submete à aprovação do Executivo Camarário. -----

----- O montante do reforço é de quatrocentos e quatro mil trezentos e noventa e seis contos e respeita às acções discriminadas em mapa em anexo. -----

----- Para compensação dos reforços das acções em mapas em anexo, houve necessidade de fazer deduções em acções que se consideram excessivamente dotadas ou que se prevê, já, que os valores inscritos não venham a ser utilizados no ano em curso. -----

----- Nestes termos, indicam-se seguidamente as acções propostas para reforço, cujo valor corresponde às acções propostas para dedução.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

----- Após esta votação entrou na sala o Senhor Vereador David Justino -----

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

170 – MOÇÃO – AML - NOVAS TRAVESSIAS SOBRE O ESTUÁRIO DO TEJO:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Área Metropolitana de Lisboa; Novas Travessias sobre o Estuário do Tejo-----

----- Moção -----

----- Um – Nas últimas semanas tem-se assistido ao aparecimento, em diversos órgãos de Comunicação Social, de notícias referentes à futura organização territorial da Área Metropolitana de Lisboa através do PROTAML (Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa) e igualmente à aplicação de verbas provenientes do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio através das orientações do Plano Estratégico da Região de Lisboa Oeste e Vale do Tejo. -----

----- Dois – Ambos estes planos, que se complementam entre si, têm sido acompanhados pelos Municípios envolvidos na Região, com maior ou menor grau de empenhamento, propõem potenciar o desenvolvimento da Região, e criar uma rede de complementaridades funcionais, articulando as questões sócio-culturais, económicas e ambientais. -----

----- Do mesmo modo ambos os planos consideram o Estuário do Tejo o ponto fulcral da AML e determinante para o equilíbrio e qualificação de toda a Região envolvente.-----

----- É facto que o Estuário é um forte pólo de dinâmica sócio-cultural, económica e ambiental, como unidade territorial expressiva e que tem vindo a ser extremamente agredido pelo desequilíbrio de articulação entre as duas margens que têm vindo a potenciar atracções em espinha de peixe com todos os inconvenientes que daí advêm. -----

----- Toda a dinâmica de crescimento da AML se tem afirmado ao longo de radiais de acesso, deixando para segundo plano (sine-die) as circulares necessárias à construção de uma eficaz rede de acessibilidades e como tal indutora de factores de mobilidade e multipolaridade funcional e económica. -----

-----Três – O PROTAML, e bem aconselha a diversificação de novas travessias sobre o Estuário do Rio Tejo. É uma questão que não é nova e já nas anteriores versões vinha expresso como proposta a concretizar.-----

-----A Ponte Vasco da Gama não constitui com a Vinte e Cinco de Abril o fecho do primeiro anel circular na AML ligando Lisboa, Almada, Seixal, Barreiro, constituindo somente metade de um segundo anel circular da Região, o que não resolve os constrangimentos actuais nem propicia a resolução de evidentes assimetrias de desenvolvimento.-----

-----Temos portanto, meio anel com a Ponte Vinte e Cinco de Abril e meio anel com a Ponte Vasco da Gama que se articulam mais uma vez através de radiais projectadas para outros fins que não estes.-----

-----Sendo assim, é fundamental que os anéis de distribuição da Região se completem e se articulem entre si de modo a reduzir os impactos de concentração ao longo das radiais e produzindo efeitos de complementaridade. Isto é, é necessário ligar ambas as margens do Estuário do Tejo de modo a permitir uma correcta gestão territorial e a aplicação de um modelo de desenvolvimento sustentado que privilegie os aspectos sócio-culturais, ambientais e económicos na directa razão do respeito pela preservação da identidade própria de cada parcela do território que contribui para o todo da AML (incluindo o Estuário). Pior impacto do que fazer uma nova travessia é provavelmente o impacto de não a fazer. A Região de Lisboa está muito mais desequilibrada pela ausência de relação entre margens do que estaria se já existissem soluções geradoras de complementaridades funcionais. -----

-----Quatro – Contrariamente às afirmações de municípios parece não entenderem que o seu progresso e desenvolvimento, só é realizável com o acompanhamento dos seus territórios vizinhos e da Região no prosseguimento dos mesmos objectivos, Oeiras afirma-se como espaço motor de desenvolvimento na região de Lisboa mas compreende que o seu sucesso também está dependente do avanço qualificado dos seus vizinhos próximos e tudo fará para a concretização de



objectivos comuns promotores de futuro. -----

----- Nestas condições é fundamental que se manifeste a seguinte posição face às novas travessias do Tejo: -----

----- a) Concordância com o corredor proposto para a nova travessia em Algés – Trafaria como forma de constituir o Segundo Anel da Região de Lisboa (Algés – Trafaria – Monte da Caparica – Coina – Moita – Montijo – Parque das Nações – Loures – Odivelas – Amadora – Algés). Esta ponte, juntamente com a Ponte Vasco da Gama constituem uma circular fundamental para a Região de Lisboa permitindo a articulação de diferentes pólos de centralidade com o interior e o exterior da AML ao mesmo tempo que em termos de acessibilidades fecha uma malha por acabar e em que a CRIL poderá vir a ter a expressão para a qual de facto foi projectada. -----

----- b) Concordância com a nova travessia para o Barreiro, constituindo com a Vinte e Cinco de Abril o Primeiro Anel Circular da AML. -----

----- c) Concordância com a nova travessia do carregado que, com o prolongamento da CREL até este local constitui o terceiro arco de distribuição da AML e finalmente propicia a existência do IP Um sem recurso à Ponte Vinte e Cinco de Abril. -----

----- d) Concordância com a necessidade de os estudos e projectos acolherem o modo de transporte ferroviário de forma a constituir-se de forma eficaz um sistema integrado de transportes colectivos. -----

----- Sendo que todos os estudos e projectos devem ser pensados, elaborados e executados com respeito pelos impactos que podem ou não produzir, também se devem aproveitar as oportunidades e de modo nenhum tomar posições de antagonismo que comprometam o futuro mas, pelo contrário, preservar as necessárias condições que permitam o Desenvolvimento Sustentado da Região de Lisboa.” -----

----- II – No uso da palavra o **Senhor Vereador Jorge Bico da Costa** disse representar os

munícipes do concelho de Oeiras, já que por eles foi eleito com esse objectivo, e nesse contexto lamenta que esta moção não tenha aparecido antes, dado que quando a CRIL foi construída, ela foi construída em metade, ou seja, esqueceram-se de muitas coisas que são essenciais e, nessa altura, esqueceram-se também de fazer uma moção a solicitar o seu prolongamento para a outra margem. --- -----

-----Intervindo, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** lamentou que esta moção só fosse agendada agora, pensando que as moções têm essa desvantagem, não há tempo para se pensar sobre elas, já que este assunto exige uma certa reflexão.-----

-----Continuando, disse que existem aspectos que lhe agradam, nomeadamente o reconhecimento de toda a dinâmica crescente da AML que se tem verificado nos últimos anos, porque de facto, deixou para segundo plano construções necessárias a uma regra eficaz, tendo o Senhor Vereador Jorge Bico da Costa referido o que pensa, na medida em que a rede não foi tão bem planeada como devia ter sido e embora tenha percebido a intenção do Senhor Presidente, o facto de por vezes a bancada do PS ter que estar contra o partido que defende e que está no Governo e apesar de saber que no passado o Senhor Presidente também tomou algumas atitudes dessas, o que efectivamente lamenta é que essas atitudes não sejam suficientes para corrigir as anomalias incompreensíveis em obras que foram feitas e que ainda hoje precisam de ser remediadas, já que não há mais do que remediar situações mal congeminações.-----

-----Prosseguindo, disse estar de acordo com a maioria das concordâncias da moção e nesse âmbito pensa existir a garantia de que de facto já se deixou de ter a lógica de se afirmar a AML por ideais de acesso, mas por uma lógica conceptual mais abrangente e mais do que a lógica é que se passou à prática de realização, ou seja, agora já se fala em duas ou três pontes, quando no passado fazer só uma era uma dor de cabeça e isso levava anos em discussão, enquanto que hoje sabe-se que há quem seja capaz de fazer mais duas ou três, e esta moção demonstra isso precisamente, e vem confirmar a confiança que o PS tem que existem pessoas



que conseguem realizar os enquadramentos necessários nesse contexto, apesar de pensar que é muito arrojado definir-se traçados e fórmulas de como devem ser as novas pontes.-----

----- Em síntese, só para dizer que tem a garantia que irão ser construídas aquelas que foram melhores e serão eleitos os grupos de trabalho para o efeito, o que o leva a concordar grosso modo com o que vem na moção, havendo apenas questões de pormenor que os técnicos terão oportunidade de estudar e pensar quais são as melhores soluções e só depois disso se estabelecerão as respectivas decisões.-----

----- Intervindo, o **Senhor Vereador Luís Pires** disse que na sua opinião, esta moção, acima de tudo vem demonstrar que finalmente os municípios que envolvem o Tejo, se estão a entender e que vêem que a região precisa de ser tratada no seu todo e não individualmente, saudando esta nova visão de gestão territorial que irá concertiza remediar alguns dos defeitos que levam a que se tenha hoje em dia melhor qualidade de vida na referida região. Acrescentou que as concordâncias lhe parecem de uma maneira geral aceitáveis para toda a gente, salvo algum pormenor de discussão técnica, no entanto, o que é importante é que todas as travessias são importantes e fazem falta, mas terá que se levar em linha de conta que a travessia de Algés não venha prejudicar, quer em termos ambientais, quer em termos de congestionamento o Município de Oeiras.-

----- De novo no uso da palavra, o **Senhor Presidente** disse pretender responder tanto ao Senhor Vereador Jorge Bico da Costa, como ao Senhor Vereador Emanuel Martins, que corroboram a tese que o Senhor Ministro Jorge Coelho defendeu aquando da assinatura do auto de consignação da Variante à Duzentos e Quarenta e Nove-Três. Como é sabido, numa cerimónia o Presidente da Câmara fala antes do Ministro, o que levou a que o Senhor Ministro falasse depois e dissesse tudo o que tinha a dizer, politicamente argumentou o que tinha a argumentar e naturalmente que seguindo o protocolo era feio se de uma forma deseducada e incorrecta interrompesse o Senhor Ministro, ou depois dele falar o contrariasse. Acrescentou que

efectivamente, a CRIL ficou a meio, pior seria que nem se tivesse iniciado, mas o que acontece é que foi o Governo do PSD que construiu a CRIL desde Algés à Buraca e avançou com outra parte para a Expo Noventa e Oito, deixando efectivamente uma parte da CRIL por fazer, mas, o que está feito foi iniciado pelo Governo PSD e o Governo anterior, porque os socialistas quando falam no Governo anterior, falam no Governo PSD, o do Cavaco, e o Governo anterior não foi este mas sim o último do Governo Socialista, acrescentando que a CREL foi feita na totalidade pelo Governo do PSD e durante esse Governo houve a força da argumentação suficiente para que se possa constatar que nesse Governo foi feita a auto-estrada, contrariando a oposição de uma parte significativa de Municípios da AML que queriam que a CREL só se fizesse para o próximo ano, tendo sido feito o primeiro troço da CRIL de Algés à Buraca e o primeiro troço da CREL do Estádio Nacional a Queluz; portanto, foram os dois iniciados em Oeiras, o que demonstra a força que Oeiras tinha nessa altura. -----

-----Continuando e a propósito de se ter dito que uma obra devia ser levada a cabo até ao fim, na sua opinião está-se a elogiar o Governo do PSD que iniciou a obra, porque o Governo do PS esteve quatro anos no poder e não fez um único metro, o que para si não deixa de ser estranho que a CRIL estivesse parada durante quatro anos, perguntando o que é que o Governo esteve a fazer durante este tempo e deixar a CRIL tal e qual o Cavaco a deixou, pensando que quem peca é o Governo do PS que durante quatro anos não fez nada e devia ter feito. -----

-----Prosseguindo, lembrou que esta tese não é de agora, porque ao nível da discussão do PDM ela foi discutida, assim como, não é só agora que os municípios se entendem, eles já se entendem há muitos anos ou antes, eles entendiam-se melhor no tempo do Governo do PSD, do que agora, que se entendem muito pior, por culpa de quem dirige a Junta Metropolitana de Lisboa, porque no tempo em que era dirigida por um comunista – o Daniel Branco, a Junta reunia, tinha quatro grupos de trabalho que apresentavam trabalho, o qual era um contributo extraordinário e a Doutora Teresa Zambujo, na altura Presidente da CCR teve oportunidade de



constatar isso, ou seja, que havia uma dinâmica extraordinária dos municípios até como oposição ao Governo, mas, neste momento a Junta Metropolitana presidida pelo ilustre Presidente da CMLisboa não existe, ou seja, desde que ela é presidida pelo Doutor João Soares só serve para ele se mostrar em representação da Junta Metropolitana, isto é, fez discursos aquando da inauguração da Ponte Vasco da Gama e da Expo Noventa e Oito. De resto a Junta foi assassinada pelo Doutor João Soares, o que provoca que não exista coordenação entre os Municípios, porque se o querem fazer, têm que se armar de boa vontade e ligar-se à CCR, mais do que propriamente à Junta Metropolitana, o que o leva a dizer ao Senhor Vereador Luís Pires que está enganado quanto à coordenação da Área Metropolitana, porque infelizmente não há coordenação por culpa do Doutor João Soares, precisamente porque os socialistas não se entenderam quanto ao número de vice-presidentes, já que todos o queriam ser e como não se entenderam nessa matéria, a Junta Metropolitana simplesmente desapareceu. -----

----- Intervindo o **Senhor Vereador Luís Pires** esclareceu que no plano estratégico, o trabalho que foi executado, integrou todas as autarquias, retorquindo o **Senhor Presidente** que este plano entrou na gaveta no dia em que o então Ministro das Obras Públicas – Ferreira do Amaral, disse que a ponte de travessia do Tejo se iria fazer entre Sacavém e o Montijo e porque o Ministro Valente Oliveira defendia o Barreiro, ou seja, o plano ficou na gaveta e esteve lá durante o Governo do PSD e mais quatro anos de Governo PS. Acrescentou que é um instrumento muito importante para a gestão da AML, e como é sabido, pessoalmente considera que o importante não é aquele que promete, é aquele que faz, porque no dia em que for inaugurada a Variante à Duzentos e Quarenta e Nove-Três lá estará para agradecer ao Ministro Jorge Coelho, na medida em que fez protocolos com outros que prometeram e tal promessa nunca avançou, apesar de dizerem que o concurso já foi lançado por outro ministro, mas como sabe como funcionam essas coisas e como é fácil meter um assunto desses na gaveta, mesmo que esteja aberto o concurso, adjudica-se quando se quer, faz-se a consignação também quando se

quer e depois é o visto do Tribunal de Contas, etc, e o que sabe é que foi com o Ministro Jorge Coelho que a estrada avançou e já está em obras, não deixando de expressar o devido reconhecimento ao Ministro Jorge Coelho, mas também não lhe reconhece autoridade para dizer que a CRIL ficou a meio já que esteve quatro anos no poder e teve esse tempo para a concluir, esperando para ver quando é que ela será concluída. -----

-----Intervindo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** argumentou que essa questão não é bem assim, retorquindo o **Senhor Presidente** que na cerimónia o Ministro foi o último a falar, mas nesta reunião será ele o último a falar, opinando o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que é lógico que tenha que ser o último a falar, porque também é o último a responder e para isso não precisa de pedir licença, acrescentando que na CRIL só foram feitos os troços fáceis de fazer, que já estavam assessorados, etc., o que ficou por fazer foi aquilo que não se podia fazer e não foi o Governo PS que impôs que a CRIL acabasse dentro da Praça Dom Manuel Primeiro e essa situação não pode ser conotada a quem veio depois. O correcto teria sido fazerem logo o projecto de modo que a CRIL continuasse para o outro lado, mas como é sabido, tal não foi feito, apesar de saber que o Senhor Presidente se debateu muitas vezes por isso, reconhece o que se passou, mas não pode aceitar que o Governo que veio depois é que seja o culpado, até porque o Senhor Presidente também tem que reconhecer que se faziam as obras necessárias, porque havia necessidade em termos eleitorais e foi isso que aconteceu, teve que se acabar a auto-estrada a correr, a CREL foi inaugurada a correr e por isso caiu e a CRIL apareceu mas sem um plano completo; no entanto, o actual Governo irá tratar dos novos acessos, lança obras agora que não se está à espera de eleições, o que de facto é um acto importante. -----

-----O **Senhor Presidente**, intervindo de novo, lembrou que antes das eleições legislativas, mostrou-se muito satisfeito com o Senhor Ministro aquando da inauguração da Pista de Canoagem, do Estádio do Jamor, no entanto, três dias depois da inauguração secou, porque afinal rompia água por todos os lados e continua a não haver pista de canoagem, apesar de ter



sido inaugurada com toda a pompa e circunstância, o que prova que quem tem telhados de vidro não pode andar à pedrada, retorquindo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que isso não tem nada a ver com o que aconteceu na CREL, opinando o **Senhor Presidente** que na CREL em oito dias repararam o que tinham a reparar e pronto. Quanto à CRIL o troço que vem da Buraca para Miraflores foi uma obra extraordinária, na medida em que veio resolver muitos problemas e por esse facto não se pode considerar uma obra inútil,volvendo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que nunca disse que era uma obra inútil. -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Presidente** explicou que a zona da Pontinha não avançou porque existiam muitas barracas, elas eram tantas na zona da Amadora que chegaram a pensar em fazer a CRIL por baixo das barracas, concluindo que o que impediu que esse troço se fizesse foi justamente a incapacidade da CMAmadora, porque na altura o Governo propôs um acordo à CMOeiras e esse mesmo acordo foi proposto à CMAmadora só que esta rejeitou-o com o argumento que a questão da habitação era um problema da responsabilidade do Governo, porque era essa a posição oficial daquela Autarquia e como tal recusou-se a aceitar, daí que o Governo também não esteve para o fazer, mas a CMOeiras aceitou o acordo, realojou quatrocentas famílias e permitiu que se fizesse o troço de Miraflores, o que prova que o que se fez não foi o mais fácil, mas onde houve disponibilidade para o fazer, acrescentando que reclama e critica o facto de a CRIL ter parado na Praça Dom Manuel Primeiro e não ter continuado para o outro lado, mas também ficou muito satisfeito de ter sido feito o troço que vem da Buraca até Miraflores, porque quem vai hoje para Lisboa e quer ir para o Aeroporto sabe muito bem a facilidade que tem ao sair de Algés, Linda-a-Velha, Miraflores, Carnaxide e até de Queijas, não sendo necessário dizer mal porque o dito Governo fez uma parte da CRIL, fez a CREL na totalidade, fez a IP Um e a auto-estrada Lisboa-Cascais – A Cinco, lançou a Ponte Vasco da Gama e lançou as obras da rodovia, o que o leva a esperar para ver que obras esta Governo lança, já que o Governo Socialista já tem quatro anos e no final destes quatro anos que se seguem terá

oito. -----

-----No uso da palavra o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** disse que este tipo de discussão é muito interessante, mas está-se a afastar do conteúdo da moção, a qual pretende exprimir o apoio deste Executivo ao PROTAML e como sempre esteve de acordo, também estará agora, no entanto, gostaria de fazer uma observação relativamente à CRIL, na medida em que, como é sabido, esses eixos só são eficazes quando são concluídos, o certo é que houve outro factor de perturbação que teve a ver com a zona de Benfica e dos pareceres do IPPAR, que inicialmente apresentou uma solução em coluna, depois uma solução semi enterrada, depois uma solução aérea, sendo esse um factor que dificultou o andamento daquela obra.-----

-----Continuando, propôs que a par desta moção se aprovelem outras relacionadas com questões e acessibilidades do concelho, disponibilizando-se para participar no seu conteúdo, na medida em que esses problemas não se esgotam aqui. -----

-----Intervindo o **Senhor Vereador Lopes Neno** lembrou que há cerca de sete anos , quem inviabilizou o prolongamento da CRIL para o lado sul, ou seja, o troço da Praça Dom Manuel Primeiro, foi a Câmara de Lisboa, na pessoa do seu Vereador Machado Rodrigues que defendia a ideia, que a CRIL devia ser em túnel aberto acabando com aquelas praças, passando inferiormente à Marginal e ao Caminho de Ferro e nessa altura apontaram a solução para cima dos prédios de Algés, tendo sido aprovado na CMO nessa ocasião, uma moção contra o Governo de então que era PSD, na medida em que essa obra deveria ser coordenada também com o Ministério do Ambiente devido à duplicação da Ribeira de Algés. -----

-----III – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

171 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

----- Às dezoito horas e cinquenta minutos o Senhor Presidente declarou interrompida a reunião para dar lugar à intervenção do público, tendo a mesma sido reiniciada às dezanove horas, após o que usaram da palavra os seguintes munícipes:-----

----- Primeiro – Francisco Carreiro Nunes, morador na Rua das Pedreiras, Vivenda Nunes, em Leião que veio chamar a atenção para o problema que assiste à população de Talaíde, na medida em que estavam convencidos que a questão dos transportes se resumia à greve dos transportes que os trabalhadores levaram a cabo, mas o que é certo é que a greve terminou e a falta de transportes continua, porque só circulam autocarros nas horas de ponta e nas outras as pessoas também precisam de se deslocar, quer ao Centro de Saúde, quer para as escolas e estão impossibilitadas de o fazer, solicitando que seja resolvido o problema urgentemente, bem como resposta a carreira cento e vinte e um, Paço de Arcos/Talaíde, a qual circulava há cerca de cinquenta anos e foi retirada. -----

----- A este munícipe o Senhor **Vereador Luís Pires** esclareceu que a Câmara tem tentado, com os meios que estão ao seu dispor, resolver o problema, acrescentando que a firma LT já foi oficiada no sentido de melhorar os transportes em toda aquela zona, na medida em que estão mal servidas de autocarros. A Autarquia é solidária com os habitantes de toda aquela área, mas confronta-se com o problema de não ter competência para poder ter uma atitude mais intensiva e que leve o operador a resolver o problema, ou a Câmara a tomar outra medida, porque a legislação que regulamenta os transportes é uma legislação que vem de mil novecentos e quarenta e oito e como se calcula está completamente desactualizada e desajustada das realidades actuais. ---- -----

----- Continuando, informou que teve uma reunião com o Director de Transportes de Lisboa, ontem teve uma conversa com o Director Geral dos Transportes e com o Sub-Director

Geral dos Transportes, estando o assunto a ser resolvido por meios que não ponham em causa os postos de trabalho da Vimeca, não esquecendo os direitos dos habitantes daquela área, os quais devem ser salvaguardados. -----

-----Segundo – Margarida Borges Sanches, moradora na Rua Conde de Rio Maior, cinquenta e cinco, terceiro esquerdo, em Paço de Arcos, que veio solicitar a atribuição de uma casa maior devido ao aumento do seu agregado familiar, respondendo o **Senhor Presidente** que quando o crescimento da família é uma crescimento natural, nomeadamente o nascimento de novos filhos, nessas circunstâncias, sempre que possível a Câmara muda essa família para uma casa maior, mas para isso tem que se deslocar ao Departamento de Habitação e colocar o problema.-- -----

-----Terceiro – António da Silva Raposo, morador na Rua Dona Filipa de Lencastre, oito, primeiro esquerdo, em Oeiras, que iniciou a sua intervenção felicitando a Câmara pelas publicações que edita, agradecendo ao Senhor Vereador que se referiu à presença do vasto público que está nesta sala. -----

-----De seguida, lembrou que em quinze de Novembro e treze de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove fez intervenções na Assembleia Municipal sobre o estado lastimável dos espaços verdes do Bairro da Medrosa, vindo agora solicitar que o Senhor Presidente informe os moradores aqui presentes da data prevista para o arranjo daquele bairro.---

-----A este munícipe o **Senhor Presidente** informou que recebeu um dossier com fotografias com a evolução do arranjo da parte nova daquele bairro, pensando que naquele documento os moradores do Bairro Velho da Medrosa são justos para com a Câmara, porque fazem um estabelecimento de uma comparação de como está o Bairro Novo e como está o Bairro Velho, pensando que não podia haver maior justiça do que essa, na medida em que a Autarquia tem construído muitos espaços verdes e tem arranjado outros que nunca foram feitos como deve ser, e obviamente que aqueles moradores cujo bairro ainda não está arranjado, questionam-se



sempre porquê o bairro ao lado e não o seu, mas acontece que existem prioridades e no Bairro Novo como tiveram que ser repostos todos os colectores pluviais, aproveitou-se e arranjaram-se também os espaços verdes. -----

----- Continuando, disse que não pode adiantar uma data para o início das obras, na medida em que o projecto está em execução, pensando em Junho estar em condições de adiar uma data concreta, já que pretende fazer um trabalho em profundidade, nomeadamente, trabalho de construção civil com a construção de muros de suporte, além de escadas, a renovação da iluminação pública, para além de toda a parte ajardinada. -----

----- Quarto – Vítor Manuel Pires de Jesus, morador na Rua Teixeira Pinto, número treze, em Lisboa, que em representação do STAL veio solicitar informação mais detalhada acerca da situação do processo da nova gestão dos SMAS, e qual a posição assumida em relação aos funcionários, quer de Oeiras, quer da Amadora, já que o processo envolve os dois municípios, solicitando esclarecimentos sobre qual a evolução desse processo e se lhes poderia ser facultado o caderno de encargos, visto haver Autarquias que entregaram este serviço directo e algumas empresas têm tido experiências negativas, porque as contas não estão a correr bem, quer no sector das águas, quer no sector dos lixos, saneamento, etc. e tanto quanto sabe, na A.M.L. os SMAS de Oeiras é o único que está bem organizado e que funciona, comparado com outros municípios e como a água dá lucro, os SMAS têm lucro. Assim, na opinião do STAL, se tudo corre bem, a gestão não devia ser entregue a entidades privadas, devia continuar entregue à Autarquia, até porque todas se queixam com falta de verba para aplicar em benefício das populações, concluindo que gostaria que o STAL fosse ouvido, principalmente sobre a questão dos trabalhadores. -----

----- Respondendo a este munícipe, o **Senhor Presidente** disse que gostaria de dizer que os sindicatos existem para defender os interesses dos trabalhadores, mas os eleitos locais existem para defender os direitos dos munícipes, entre os quais se encontram os trabalhadores dos SMAS

e como é sabido, o Executivo não discutirá com o sindicato modelos de gestão, visto estar fora da alçada do sindicato, mas a opção que for tomada acerca do modelo de gestão só à Câmara diz respeito e não discutirá isso com sindicato nenhum. Obviamente que, seja qual for a opção que a C.M.O. e a A.M. venham a decidir, no que diz respeito aos interesses dos trabalhadores, esse assunto será discutido com o STAL; de resto a Senhora Vereadora Teresa Zambujo já teve uma reunião e sem dúvida que haverá mais e pensa que muito brevemente terá a oportunidade de dar a conhecer e ouvi-los sobre a questão da salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, acrescentando que este Executivo defenderá intransigentemente os trabalhadores, que a título nenhum poderão ser prejudicados, visto existirem cláusulas que permitirão aos trabalhadores optar entre o vínculo ao Município, ou à empresa, num determinado tempo, com possibilidades das pessoas se adaptarem, concluindo que a título nenhum os funcionários dos SMAS poderão ser prejudicados.-----

-----Quanto ao caderno de encargos, lembrou que como é sabido, só poderá ser entregue às empresas que irão concorrer.-----

-----Relativamente às questões relacionadas com Oeiras e Amadora, também não as irá discutir, porque são problemas que dizem respeito às duas Câmaras, independentemente do que os jornais dizem, até porque os partidos políticos têm posições diversas e é bem conhecida a posição da CDU e do PS, mas até agora, o Presidente da Câmara da Amadora está em perfeita sintonia consigo e neste momento ainda está a ser discutido o pedido de autorização à A.M. para abertura do concurso público internacional para a concessão da gestão dos SMAS, o que significa que uma vez autorizado esse concurso, a Administração do C.A. dos SMAS, estará em condições de dar a conhecer aos trabalhadores e ao STAL, quais são as regras e as cláusulas consideradas para esse efeito. -----

-----Quinto – João Domingos Martins, morador no Largo Avião Lusitânia, número dezasseis, em Oeiras, que veio expor sobre o problema da sua habitação, na medida em que



depois que foi construído o prédio contínuo ao seu fogo, tem humidades que se infiltram entre as duas paredes, o que já provocou a queda de uma parte do tecto, respondendo o **Senhor Presidente** que irá fazer uma visita ao local para ver o que se passa.-----

----- Sexto – Anabela Osório Guerra de Nóbrega, moradora no Bairro de Trajouce, Rua Sabino Luís Pedroso, lote seis, terceiro direito, São Domingos de Rana, que disse ser funcionária e um cão tê-la mordido na hora de serviço, mas até hoje não tem o problema resolvido, na medida em que faltou ao serviço porque além de não conseguir andar, tinha que fazer os tratamentos e nesse período que faltou nunca foi remunerada, respondendo o **Senhor Vice-Presidente** que irá ver o que se passa.-----

----- Continuando, a referida munícipe disse ter sido contemplada com um fogo para compra, mas como, no momento se está a divorciar, gostaria que não lhe fosse atribuído esse fogo por enquanto, não querendo, no entanto, perder o direito logo que tenha obtido o divórcio, ao que o **Senhor Vereador David Justino** a aconselhou a escrever uma carta para o Departamento de Habitação a apresentar esse pedido.-----

----- Sétimo – Conceição Ramos Cardoso, moradora na Estrada da Circunvalação, número cinquenta e um, em Algés, que veio pedir ajuda para comprar uma casa, porque tem dois filhos e vive com os seus pais, mas como não se dá bem com o pai, precisa de sair de casa porque não quer viver no mesmo agregado familiar, ao que o **Senhor Vice-Presidente** respondeu que a Câmara neste caso não pode resolver nada e a única solução é a munícipe tentar candidatar-se ao Programa de Habitação Jovem da CMO, mas caso decida que quer ficar a viver com os pais, há sempre a hipótese de se reformular a tipologia e ter um quarto para si e para os seus filhos dentro do agregado do seu pai.-----

----- Oitavo – Júlia de Oliveira Moreira, moradora no Bairro dos Navegadores, número vinte e quatro, rés-do-chão direito, que se queixou da renda que paga, a qual considera elevada, visto ela e o marido serem reformados e receberem pouco de reforma e terem a seu cargo um

filho, ao que **o Senhor Vice-Presidente** a aconselhou a dirigir-se ao Departamento de Habitação
expor o assunto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2000-----

172 – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

----- Às vinte horas o Senhor Presidente declarou definitivamente encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta, que vai ser por si assinada e pelo Chefe da Divisão de Informática. -----

O Presidente,

O Chefe da Divisão de Informática,